



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG

THAIS DE CÁSSIA SILVA LEMOS

**A DINÂMICA DA CAFEICULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM
POÇO FUNDO-MG: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA SUCESSÃO
GERACIONAL PELA COOPFAM**

UFSJ
São João del-Rei
2022



Universidade Federal
de São João del-Rei

**A DINÂMICA DA CAFEICULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM
POÇO FUNDO-MG: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA SUCESSÃO
GERACIONAL PELA COOPFAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração:
Análise ambiental e territorial

Linha de pesquisa:

Dinâmica do Espaço Rural e Urbano

Orientador: Prof^o. Dr. Flamarion Dutra Alves

UFSJ
São João del-Rei
2022



Universidade Federal
de São João del-Rei

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A DINÂMICA DA CAFEICULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM POÇO
FUNDO-MG: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA SUCESSÃO GERACIONAL PELA
COOPFAM**

Autora: Thais de Cássia Silva Lemos

Orientador: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves – Orientador
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ

Profa. Dra. Ana Rute do Vale
Universidade Federal de Alfenas – MG

Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo

Universidade Federal de São João del-Rei
São João del-Rei

Agosto de 2022

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L364d Lemos , Thais De Cássia Silva.
A Dinâmica da Cafeicultura na Agricultura Familiar
em Poço Fundo-MG: Estratégias e Desafios na Sucessão
Geracional pela Coopfam / Thais De Cássia Silva
Lemos ; orientador Flamarion Dutra Alves . -- São
João del-Rei, 2022.
175 p.

Dissertação (Mestrado - Geografia) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2022.

1. Sucessão Geracional. 2. Cafeicultura . 3.
Juventude Rural. I. Dutra Alves , Flamarion ,
orient. II. Título.

Dedico esse trabalho a minha mãe que foi mãe e pai em minha criação e a minha irmã Maria Eduarda por sempre acreditar em mim. Por último e, não menos importante, aos meus avós que foram produtores rurais e a todos os agricultores familiares, que resistem no espaço agrário.

AGRADECIMENTOS

Eu primeiramente queria agradecer a Deus, que me deu forças de continuar na pesquisa, mesmo diante das dificuldades, do desânimo, algo que era frequente.

Agradeço a minha mãe Aparecida, por dar suporte financeiro, que me possibilitou morar em São João del-Rei, pela força, que sempre me inspirou. A meu padrasto Ernani, que foi como um pai e sempre apoiou. Agradeço também minhas irmãs, principalmente a Maria Eduarda, que sempre confiou em mim e deu diversos suportes emocionais durante esses anos de pesquisa e principalmente por acreditar na minha capacidade.

Agradeço meus amigos e amigas, pela força e confiança que depositaram em mim, sem as conversas e as motivações, acredito que tudo seria ainda mais difícil. Em especial o André, Tatiana e Laura, que sempre me apoiaram e confiaram na minha capacidade. Porém entendo a importância de todos que estiveram nessa etapa e me apoiaram, todos foram essenciais.

Aos meus amigos que adquiri no mestrado e às pessoas que conheci em São João del-Rei, que foram incríveis comigo, aos colegas do mestrado e professores, que contribuíram para os conhecimentos adquiridos e pelas conversas. Em especial agradecer ao João, um amigo que encontrei no mestrado, que além do suporte emocional e por confiar em mim, contribuiu para as construções dos mapas dessa pesquisa. E também a Mariana, amiga que também conquistei nessa etapa, que foi essencial. Ambos levarei para vida e sempre.

Agradeço ao meu orientador Flamarion, por não desistir de mim e da pesquisa e por dar suporte e acreditar em mim. Agradecer também aos conhecimentos compartilhados e aprendidos com ele, materiais enviados e sobretudo pela paciência.

Agradeço a banca, os professores Ana Rute e Márcio, por aceitarem serem minha banca e pelo apoio com os apontamentos, críticas e materiais enviados. Também estendo o agradecimento a professora Ana Rute, pelas conversas e materiais enviados que enriqueceram minha pesquisa.

Agradeço a COOPFAM e principalmente a Fernanda, coordenadora do grupo de Jovens da cooperativa, seja pelas entrevistas realizadas com a mesma e por separar e ajudar com os jovens e pais entrevistados. Agradecer pelos ensinamentos que tive diante das conversas e entrevistas, que me fez compreender o papel e lado dos jovens no campo, sobretudo das jovens mulheres.

Agradeço a todos os entrevistados, seja os jovens e seus pais, que foram essenciais para que essa pesquisa fosse possível, conversas que me fizeram aprender muito sobre o tema e o espaço agrário.

Agradeço a Pós-Graduação da UFSJ como um todo.

Mas iremos achar o tom
Um acorde com lindo som
E fazer com que fique bom
Outra vez o nosso cantar
E a gente vai ser feliz
Olha nós outra vez no ar
O show tem que continuar
(O show tem que continuar -
Fundo de Quintal)

RESUMO

O êxodo rural tem sido a realidade da maior parte das regiões brasileiras, onde o grau de urbanização do país ultrapassa 80%, uma vez que a modernização agrícola, a concentração fundiária e a falta de investimentos nas políticas públicas para a agricultura familiar, têm dificultado a permanência das pessoas no campo, sobretudo vivendo das atividades agrícolas. Essas transformações têm afetado principalmente os jovens rurais, que migram à procura de novas oportunidades e empregos nos espaços urbanos e são os principais responsáveis pelo esvaziamento do espaço rural, motivados por diversos fatores, entre eles a renda. A saída dos jovens do campo, tem comprometido a reprodução social da agricultura familiar, visto que os mesmos não possuem desejo de se tornarem sucessores e darem continuidade a produção familiar. A cafeicultura é uma produção importante para economia do país e para diversos municípios na região do Sul de Minas Gerais, que é a maior produtora de café do país, com diversas multinacionais e cooperativas. Assim, a pesquisa teve como objetivo compreender a sucessão geracional na produção cafeeira no município de Poço Fundo-MG, investigando o espaço onde o jovem está inserido e o papel da COOPFAM para a permanência dos mesmos. A justificativa da escolha da cooperativa ocorreu pela mesma possuir uma ideologia diferenciada e pela produção de café orgânico, produção de baixo custo que tem gerado renda e contribuindo para a permanência dos produtores. Foram realizadas entrevistas com jovens entre 16 e 24 anos, que estão vinculados à COOPFAM, e que moram tanto no campo como na cidade. Com as informações obtidas, foi possível compreender o desejo dos jovens em darem continuidade a produção cafeeira e se tornarem sucessores, percebe-se também que a cooperativa tem criado estratégias diante de projetos para a permanência e participação dos jovens. Mesmo diante dos obstáculos presentes, os jovens possuem a perspectiva e opção de permanecer, motivados pelos bons resultados que os pais vêm conquistando na produção e pela relação afetiva com ambiente rural.

Palavras-chave: Juventude Rural; Agronegócio; Agricultura Familiar, Sul de Minas e Cooperativismo.

ABSTRACT

The rural exodus has been the reality of most Brazilian regions, where the country's degree of urbanization exceeds 80%, since agricultural modernization, land concentration and lack of investment in public policies for family farming have made it difficult for the permanence of people in the countryside, above all living from agricultural activities. These transformations have mainly affected rural young people, who migrate in search of new opportunities and jobs in urban spaces and are the main responsible for the emptying of rural space, motivated by several factors, including income. The departure of young people from the countryside has compromised the social reproduction of family farming, since they have no desire to become successors and continue family production. Coffee production is an important production for the country's economy and for several municipalities in the southern region of Minas Gerais, which is the largest coffee producer in the country, with several multinationals and cooperatives. Thus, the research aimed to understand the generational succession in coffee production in the municipality of Poço Fundo-MG, investigating the space where young people are inserted and the role of COOPFAM for their permanence. The reason for choosing the cooperative was because it has a different ideology and because of the production of organic coffee, a low-cost production that has generated income and contributed to the permanence of producers. Interviews were conducted with young people between 16 and 24 years old, who are linked to COOPFAM, and who live both in the countryside and in the city. With the information obtained, it was possible to understand the desire of young people to continue coffee production and become successors, it is also clear that the cooperative has created strategies in the face of projects for the permanence and participation of young people. Even in the face of present obstacles, young people have the perspective and option to stay, motivated by the good results that their parents have been achieving in production and by the affective relationship with the rural environment.

Keywords: Rural Youth; Agribusiness; Family Agriculture, Southern Minas and Cooperatives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização geográfica do município de Poço Fundo-MG.	27
Figura 2- Paisagem do Relevo de Poço Fundo-MG.....	29
Figura 3 - Local da loja da COOPFAM- Poço Fundo-MG.....	46
Figura 4 - Principais Países de Exportação de Café do Brasil em 2021.....	84
Figura 5 - Principais Países de Exportação de Cafés Especiais Certificados de 2021.....	92
Figura 6 - Países de Exportação do Café da COOPFAM em 2021.....	100
Figura 7 - Arte de Divulgação da Semana do Comércio Justo e Jovens pelo Comércio Justo - 2022.	117
Figura 8 - Quitandas vendidas pelas jovens entrevistadas como forma de contribuir para renda, Poço Fundo-MG.	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Direção dos Trabalhos no Estabelecimento Agropecuários, no município de Poço Fundo-MG, 2017.	33
Gráfico 2 - Situação de Terra dos Produtores por Estabelecimento Agropecuários, no município de Poço Fundo-MG, 2017.	33
Gráfico 3 - Agentes Financeiros Responsáveis pelo Financiamento no município de Poço Fundo-MG, 2017.....	35
Gráfico 4 - Proprietários que utilizam recursos do Programas Governamentais de Crédito no município de Poço Fundo-MG, 2017.	36
Gráfico 5 - Área Plantada de Lavouras Temporárias e Permanentes (hectares) no Município de Poço Fundo-MG (1990-2019).	37
Gráfico 6 - Crescimento Total e do Café das Lavouras Permanentes (Hectares) em Poço Fundo-MG (1990-2019).....	40
Gráfico 7 - Origem da Orientação Técnica Recebida por Estabelecimentos (%) em Poço Fundo – MG, 2017.....	42
Gráfico 8 - Estabelecimentos que Utilizaram Agrotóxicos em Poço Fundo – MG, 2017.....	43
Gráfico 9 - Valor da saca de café em Dólar cotado pelo B.M & F BOVESPA, 2005-2022.....	85
Gráfico 10 - Principais Países de Exportação de Cafés Especiais em 2020.....	91
Gráfico 11 - Quantidade de membros familiares por propriedade, Poço Fundo-MG.	107
Gráfico 12 - Membros da Família que residem nas propriedades dos agricultores entrevistados - Poço Fundo-MG (%).	107
Gráfico 13 - Homens e Mulheres que vivem na propriedade que vivem nas propriedades dos agricultores entrevistados - Poço Fundo (%).	108
Gráfico 14- Renda familiar entre os agricultores familiares entrevistados - Poço Fundo (%)..	111
Gráfico 15 - Tipo de força de trabalho empregada na lavoura de café pelas famílias entrevistadas - Poço Fundo (%).	113
Gráfico 16 - Porcentagem de Jovens Cooperados e não Cooperados – Poço Fundo-MG.	120
Gráfico 17 - Jovens que trabalham com atividades agrícolas e os que trabalham com demais atividades - Poço Fundo (%).	144
Gráfico 18 - Porcentagem dos Jovens que possuem espaço agropecuário dentro da propriedade, Poço Fundo-MG.	146

Gráfico 19- Jovens que produzem de forma coletiva ou individual na cafeicultura, Poço Fundo-MG.....	147
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de Proprietários dos Estabelecimentos Agropecuários por sexo, no município de Poço Fundo-MG, 2017.	30
Tabela 2- Número de Proprietários dos Estabelecimentos Agropecuários por Idade, no município de Poço Fundo-MG, 2017.	31
Tabela 3 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Hectares no município de Poço Fundo-MG, 2017.....	34
Tabela 4 - Áreas Plantadas (hectares) Produção Temporárias de Poço Fundo-MG – (1990-2019).	41
Tabela 5- Estabelecimentos Agropecuários com Agricultura Orgânica ou Pecuária Orgânica de Poço Fundo - 2017.....	43
Tabela 6 - Contratos realizados para crédito rural no Brasil, 2017 (Mil R\$).	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo entre Agricultura Convencional x Agricultura Orgânica.....	94
Quadro 2 - Instituições e Curso que os Jovens Entrevistados cursam.	127
Quadro 3 - Relação Jovens e Permanência dos mesmos no campo dos entrevistados, Poço Fundo-MG.....	138

SIGLAS

AAO – Associação de Agricultura Orgânica

AAOCERT – Organismo de Certificação oriundo da AAO, com sede em São Paulo (extinto)

ABIO - Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro

AIC – Acordos Internacionais de Café

BCS – Organização de Certificação Alemão

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAis – Complexos Agroindustriais

CECAFÉ – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

CLAC - Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos(as) Produtores(as) e Trabalhadores(as) de Comércio Justo

COOPA/MG – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio

COOPERCAM – Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio LTDA.

COOPFAM - Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região

COOXUPÉ - Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FLO - *Fair Trade Label Organization*

FVO – *Farm Verifec Organic*

GCIPA – Grupo de Consultoria Internacional de Pesquisa Agrícola

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IBC – Instituto Brasileiro de Café

IBD – Associação de Certificados Instituto Biodinâmico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSULDEMINAS – Instituto Federal do Sul de Minas

IMO – Organização de Certificação da Suíça

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto)
MFT – Mercado *Fair Trade*
MST – Movimento dos Sem Terra
MOBI - – Mulheres Organizadas Buscando Independência
OIA - Organização Internacional Agropecuária
OIC – Organização Internacional do Café
OPTCO – *Organic Products Trading Company*
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAM - Produção Agrícola Municipal
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDA – Programa Nacional de Defensivos Agrícolas
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná
WFTO – *World Fair trade Organization*

Sumário

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 OBJETIVOS.....	22
1.1.1 OBJETIVO GERAL	22
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
2. CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DE POÇO FUNDO- MG	27
2.1 CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO DE POÇO FUNDO.....	29
2.2 INSERÇÃO DO CAFÉ NO ESPAÇO AGRÁRIO DE POÇO FUNDO.....	37
3. SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	49
3.1 O SER AGRICULTOR FAMILIAR E O CONTEXTO NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	50
3.2 SUCESSÃO GERACIONAL COMO REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	56
3.3 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE PARA JOVENS RURAIS	63
3.4 A RENDA COMO PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO	68
4. CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS: DA MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA À ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO.....	72
4.1 MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	74
4.2 O PAPEL ECONÔMICO DA CAFEICULTURA E AS ALTERNATIVAS DE MERCADO	82
4.3 CAFÉS ESPECIAIS COMO ALTERNATIVA DE MERCADO	88
4.3.1 CAFÉ ORGÂNICO	93
4.4 COOPERATIVISMO CAFEIEIRO E O COMÉRCIO JUSTO.....	97
5. CAFEICULTURA E OS COOPERADOS DA COOPFAM: DINÂMICAS, PROCESSOS E PERSPECTIVAS	106
5.1 COOPFAM E OS JOVENS RURAIS.....	114
6. JOVENS RURAIS, RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A SUCESSÃO GERACIONAL 122	
6.1 SUCESSÃO GERACIONAL: ENTRE A REALIDADE E O DESEJO DE PERMANÊNCIA	122

6. 2 JOVENS RURAIS E A CAFEICULTURA.....	141
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
APÊNDICE 1 -ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTE DO GRUPO DE JOVENS COOPFAM	164
APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COOPERADOS DA COOPFAM .	165
APÊNDICE 3 -ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS JOVENS.....	172

1. INTRODUÇÃO

As transformações no campo com a inserção do capitalismo na agricultura brasileira, sobretudo com a modernização agrícola, pós-década de 1960, com a criação de planos e estratégias do Estado para a introdução da modernização no campo, criou novas funcionalidades ao espaço agrário nacional, alterando o modo de produzir e o que produzir.

A modernização agrícola se tornou o marco das transformações agrárias, colocando os produtores reféns de um sistema moderno. A criação dos complexos agroindústrias contribuíram para o capital industrial, fortalecendo as indústrias de maquinários e fertilizantes.

As políticas e estratégias para a modernização e exportação de *commodities*, beneficiaram as multinacionais, que monopolizam o território agrário, criando dinâmicas de produção para cada região do país, com estratégias que exploram os trabalhadores rurais. Entre as produções de *commodities* está o café, que passou por diversas transformações desde sua implementação no país, a região do Sul de Minas Gerais é a principal produtora. A região possui diversas multinacionais, cooperativas comerciais, que monopolizam o território para atender o capital. Assim os produtores deixam de produzir culturas diversas e passam para monocultura cafeeira, como forma de permanecer no ambiente rural.

Por outro lado, também existem os produtores que sobrevivem com cultivos diversificados para o autoconsumo, abastecimento de mercados e feiras livres. Importante apontar que mesmo com a falta de investimentos nas políticas públicas para os agricultores familiares, a valorização ocorreu com a criação do Pronaf, na década de 1990, que além de nomear de agricultor familiar, também foi responsável pela permanência dos produtores no campo.

Consequência do processo de transformações no campo é o esvaziamento dos agricultores, que sofrem dificuldades em se inserirem na produção modernizada, levando a migração para os espaços urbanos, à procura de novas oportunidades. As dificuldades de permanecer no campo principalmente com as atividades agrícolas é constante, com isso ao êxodo-rural também torna-se constante.

Entre os que vêm deixando os espaços rurais estão os jovens, que migram com maior frequência do campo, diante das dificuldades presentes. A migração dos mesmos ocorre mais pelo insucesso do campo, do que pelas vantagens do ambiente urbano.

A saída dos jovens no campo, torna-se um dos principais responsáveis pelo esvaziamento do espaço rural, possuindo diversos fatores que influenciam diretamente nas motivações. Dessa

forma compreender a sucessão geracional e os fatores que influenciam na permanência e na sucessão geracional é essencial, pois os mesmos que se tornaram os futuros agricultores familiares, ocupando o espaço agrário brasileiro, que com o passar dos anos têm se configurado como um espaço agroindustrial. Assim o campo transforma-se cada vez mais em espaço heterogêneo e desigual, afetando os agricultores, principalmente os jovens.

As jovens mulheres, por vezes, são as que mais sofrem com essas dinâmicas no campo, o que tem levado a saírem com maiores frequências, pois as atividades realizadas por elas são consideradas de reprodução sem valorização do capital, pois não geram renda. Além disso, em sua maioria não são as escolhidas para tornarem-se sucessoras na produção rural.

A falta de renda no campo é vista como um dos principais fatores para a não permanência, pois pelas dificuldades em acesso a créditos e maquinários agrícolas, faz com que os pequenos produtores não tenham condições de inserção da produção. Então se os jovens não conseguirem ter trabalho e renda no campo, não possuirão perspectivas de permanência.

Existem diversas pesquisas que apresentam os fatores que influenciam a saída dos jovens no campo, porém mesmo que a permanência seja inferior considerada a migração, é necessário compreender os fatores que têm influenciado na permanência dos jovens no campo e na produção familiar. Sobretudo, discutir que o jovem agricultor não necessariamente, tem de ser produtor rural, pois seus anseios podem sim ser diferentes dos seus pais. Porém, que os mesmos tenham condições de permanecer.

Portanto a pesquisa possui como interesse investigar os fatores que têm influenciado a permanência e sucessivamente a sucessão geracional dos produtores familiares associados a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), localizada no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, possuindo a cafeicultura como importante produção para a economia do município, empregando e garantindo a permanência dos agricultores no campo.

A cooperativa é reconhecida internacionalmente na produção orgânica, além de estar inserida no mercado *fair trade*, que valoriza os produtores rurais, com preços mais justos, para uma maior qualidade de vida. O comércio justo procura valorização, vida digna e permanência dos produtores no campo, criando projetos que valorizem e que incluam nas produções.

Uma das exigências da cooperativa, é que os cooperados ou filhos que possuem até 18 anos, necessitam estar na escola ou terminado a educação básica. Além das exigências por parte da cooperativa diante os jovens, a mesma tem construindo projetos e até então um Grupo de Jovens,

com jovens cooperados, filhos de cooperados e não cooperados como forma de ampliar as possibilidades de permanência e inserir novos produtores e cooperados na cooperativa. Vale salientar que as cooperativas possuem importante papel em trabalhar e discutir sobre a permanência dos produtores no campo, isso faz parte da sua dinâmica como instituição. Além de que a participação e permanência dos jovens é favorável às mesmas, pois os jovens produtores serão os futuros cooperados e também ocuparam espaços na diretoria.

A problemática da pesquisa surge para compreender as motivações e fatores que influenciam na escolha da permanência dos jovens rurais de Poço Fundo-MG, a fim de investigar o espaço onde os mesmos estão inseridos. Compreendendo as relações dos jovens, com a cooperativa, produção familiar, renda e demais fatores que podem influenciar na tomada de decisão.

A escolha do município ocorreu por se tratar de produção cafeeira com importante destaque na produção orgânica, realizada pelos agricultores familiares, com relações comerciais internacionais que têm favorecido tanto os cooperados como a cooperativa. Além da produção orgânica ter bons resultados no produto final, a cooperativa está inserida no comércio justo, como já mencionado, que possui a valorização dos seus produtores e sucessivamente gerando mais renda.

Além dessas características, a autora fez parte de uma pesquisa de Iniciação Científica e de Trabalho de Conclusão de Curso, sobre o tema de gênero e cafeicultura, com o título: “AGRICULTURA FAMILIAR E RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA CAFEICULTURA ORGÂNICA: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES ASSOCIADAS A COOPFAM”, com isso foi possível identificar que a cooperativa estava realizando projetos tanto para a continuidade e participação das mulheres como para jovens, o que estava levando os mesmos a decidirem permanecer, contrário ao processo de sucessão geracional de diversos autores que trabalham com o tema. Com isso é importante compreender os processos pelos quais esses jovens permanecem no campo, mesmo que em escala menor, comparado com os que optam por sair.

Desse modo torna-se importante pesquisar sobre a juventude rural e entender as relações e os desafios enfrentados e os motivos pela permanência ou saída dos mesmos no campo. É necessário dar visibilidade para a juventude rural, que sofre com diversos processos, desde as dificuldades na propriedade à falta de políticas públicas mais eficazes que garantam a permanência dos mesmos. Diante disso a geografia agrária em seus estudos, apresentam a necessidade de discutir

e entender a situação de jovens rurais, de uma forma de compreender os problemas enfrentados, pois mesmos, serão os responsáveis pela reprodução social da agricultura familiar e assim, necessitam de maior visibilidade seja no meio acadêmico como nas políticas públicas.

O trabalho estrutura-se em seis capítulos, o primeira é a introdução do trabalho, junto aos objetivos e metodologia; o segundo com caracterização socioespacial de Poço Fundo, caracterizando o espaço agrário de Poço Fundo, principalmente para investigar o papel da cafeicultura no município; o terceiro retratando a agricultura familiar, sucessão geracional e alguns fatores que influenciam na saída dos jovens no campo; o quarto com a abordagem da modernização e mundialização da agricultura, abordando o papel econômico da cafeicultura, cooperativismo e cafés especiais com destaque na produção orgânica; quinto capítulo sobre os cooperados da COOPFAM e o papel da cooperativa para os cooperados e a sucessão geracional e por último sobre os jovens rurais a relação campo-cidade e sucessão geracional, tratando sobre as perspectivas de permanência dos produtores no campo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender a sucessão geracional na produção cafeeira no município de Poço Fundo-MG, investigando o espaço onde o jovem está inserido e o papel da COOPFAM para a permanência dos mesmos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar agrário de Poço Fundo, a fim de compreender os produtores rurais e o papel da cafeicultura para o município;
- Discutir sobre sucessão geracional, com o importante papel da reprodução social na agricultura familiar e os fatores que influenciam na tomada de decisão;
- Compreender o papel da cafeicultura, sobretudo na produção orgânica, cooperativismo e o mercado *fair trade*;

- Caracterizar a propriedade rural e o grupo familiar dos associados da COOPFAM que possuem filhos e filhas jovens, a fim de compreender as relações e perspectivas dos jovens e seus familiares na permanência e sucessão geracional.

1.2 Procedimentos Metodológicos

Para cumprir os objetivos, inicialmente foi realizado levantamento e revisão bibliográfica com os temas sobre cafeicultura, café orgânico, cooperativismo, comércio justo, agricultura familiar, sucessão geracional e entre outros. Foram realizadas importantes leituras em obras de geógrafos como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, também autores das ciências sociais, como Maria José Carneiro e o economista Ricardo Abramovay, principalmente com tema de sucessão geracional. Além das obras foram realizadas leituras em periódicos e eventos de modo geral, que contribuíram para compreender o papel e processo da cafeicultura e a sucessão geracional.

O método que será apresentado na pesquisa é o dialético, Salvador (2012, p. 106) afirma que fazer Geografia de acordo com o método dialético significa confrontar ideias, reconhecer que os pensamentos são dinâmicos e, portanto, discutíveis, já que ligados à complexidade social. A escolha do tema e as leituras realizadas levam a compreender que essa pesquisa é de cunho qualitativo, Godoy (1995) retrata que o papel importante da pesquisa qualitativa é que ela estuda e compreende os seres humanos e suas interações com os diversos ambientes que estão inseridos. Compreender os interesses dos jovens no ambiente rural é exatamente envolver com as interações deles com os ambientes e os demais sujeitos que estão inseridos.

O eixo principal da pesquisa qualitativa é a problemática que norteia toda a pesquisa e suas etapas (PESSOÃ, 2012). A problemática dessa pesquisa é entender os motivos pelos quais os jovens rurais de Poço Fundo, possuem o interesse de permanecer no campo. E se a cooperativa local tem realizado algo para influenciar e “garantir” a permanência dos jovens. A palavra garantir aparece em destaque, pois o desejo dos jovens de não permanecer pode ocorrer mesmo que a vida no campo seja favorável, diante dos seus interesses. Porém é necessário garantir que os jovens tenham a opção de permanecer no campo e sobretudo na propriedade. Compreendendo a problemática central, então a pesquisa se desenvolveu para atender os interesses da questão levantada, desde as leituras, dados secundários e dados primários.

No primeiro momento também foram realizadas a etapa de coletas de dados secundários sobre o município de Poço Fundo-MG, procurando compreender as relações socioespaciais que os

jovens estão inseridos, quem são os atores que compõe o espaço agrário de Poço Fundo, com quais produções agrícolas e como a cafeicultura ganhou espaço no município, se tornando, assim, importante para a economia local. Os dados foram coletados pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente com a utilização do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), com dados de 1990 a 2017 do Censo Agropecuário, de 1990 a 2019 na Produção Agrícola Municipal (PAM). No levantamento de dados secundários sobre Poço Fundo, também foram coletados no site da prefeitura municipal e também no site da cooperativa local, COOPFAM. Também foram coletados dados sobre a cafeicultura e os principais países de exportação dos cafés comuns e dos cafés especiais, a fim de compreender a relação de mercado exportador, com dados coletados no Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), além de demais sites especializados.

Vale salientar que a pandemia pelo Covid-19¹ interferiu, em um primeiro momento, na pesquisa, pelas incertezas de como ocorreriam as demandas das entrevistas, pois com a demora pelas vacinas e o que acarretou na adaptação das entrevistas e também no atraso da realização das mesmas.

Posteriormente, foi realizada a etapa dos dados primários, que no primeiro momento ocorreu com a coordenadora do grupo de jovens da COOPFAM, que respondeu sobre o grupo e o papel da cooperativa na construção e participação dos jovens na cooperativa. A entrevista com ela foi realizada via online, por meio do Whatsapp, algo que foi escolhido pela entrevistada, por facilitar o processo, diante das suas demandas.

No segundo momento a coordenadora selecionou 16 jovens, entre eles 8 com a produção orgânica e 8 com a produção convencional, a fim de compreender a relação do jovem com a produção familiar na cafeicultura e as perspectivas de sucessão geracional, já com os pais a fim de investigar qual os interesses dos mesmos de passar a sucessão para o filho. Separados os nomes dos entrevistados, ocorreu o momento de entrar em contato com os jovens e marcar um dia e horário para as entrevistas, porém 2 dos entrevistados selecionados pela coordenadora não conseguiram participar das entrevistas, pela demanda de tempo e demais afazeres.

Assim as entrevistas ocorreram com 14 jovens, 7 homens e 7 mulheres, entre estes 7 fazem parte da produção orgânica e 7 da produção convencional. Essa divisão de gênero e tipo de

¹ Em 11 de Março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela Organização das Nações Unidas (OMS) como uma pandemia. O termo pandemia refere-se à distribuição geográfica de uma doença e não a sua gravidade. Assim a pandemia do Covid-19 tem vários surtos, em vários países e regiões (OPAS, 2022).

produção é exatamente para compreender se aspectos interferem na tomada de decisão dos jovens. Já os responsáveis, foram entrevistados 11, pois entre os jovens tinham irmãos, também para entender se existe uma preferência entre os irmãos, em relação ao gênero. A coordenadora do grupo escolheu esses jovens por serem os mais presentes no grupo.

O grupo de jovens da COOPFAM conta com, em média, 62 jovens, nem todos são filhos de cooperados e cooperadas e trabalham com a cafeicultura, alguns estão no grupo por fazerem parte dos projetos desenvolvidos pela cooperativa com a ajuda de custo do comércio justo. Diante disso o número de entrevistados foi considerado suficiente, visto que a amostragem representa os números de jovens cooperados que fazem parte do grupo e trabalham com a cafeicultura. Pela não possibilidade da totalidade dos entrevistados, principalmente pela não participação de todos os jovens do grupo na produção cafeeira é necessário fazer uma seleção de amostragem, que torna-se assim possível contrapor a realidade dos entrevistados (GIL, 2008).

A amostragem utilizada foi estratificada, que para Gil (2008), é a seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada, que podem ser delimitadas por sexo, idade ou classe social. Que, no caso desta pesquisa, é diferenciada por gênero e produção.

A idade entre os entrevistados jovens foi de 16 a 24 anos, mesmo que essa pesquisa não leve a juventude apenas na categoria de idade, mas as relações e modo de vida delas, instituições como IBGE, consideram que juventude são jovens de idade entre 15 a 24 anos, ou seja, a pesquisa também se insere nesses parâmetros, mesmo não considerando idade como identificação do que é juventude.

Já a idade entre os pais dos entrevistados foi de 42 a 58 anos de idade, entre eles 6 são mulheres e 5 são homens. A escolha se seria o pai ou a mãe a responder o questionário aconteceu pelo jovem, que ocorreu desde a relação e disponibilidade dos pais dos jovens entrevistados.

A realização das entrevistas aconteceu de forma presencial e forma remota, com 5 dos entrevistados e as demais ocorreram por meio de ligações de voz e de vídeo pelo whatsapp. Os próprios entrevistados preferiram que as entrevistas fossem realizadas por meio de ligações, pois em relação aos jovens entrevistados, alguns deles moram durante a semana no ambiente urbano ou trabalham com outras atividades, onde as entrevistas eram realizadas em dias e horários que os mesmos tivessem disponibilidade de atender, por isso a escolha, deles, em ocorrer via online.

As entrevistas foram realizadas entre fevereiro e maio de 2022, o atraso em conseguir falar com alguém da cooperativa, que pudesse atender as demandas da pesquisa, fizeram com que

atrasasse o início da pesquisa. Outra questão, que também atrasou, foi depender da disponibilidade dos entrevistados, que pelo trabalho e outras demandas do dia a dia. Outro fator também foi o acesso à internet, pois nem sempre os entrevistados tinham um acesso que possibilitasse o envio de áudios via Whatsapp.

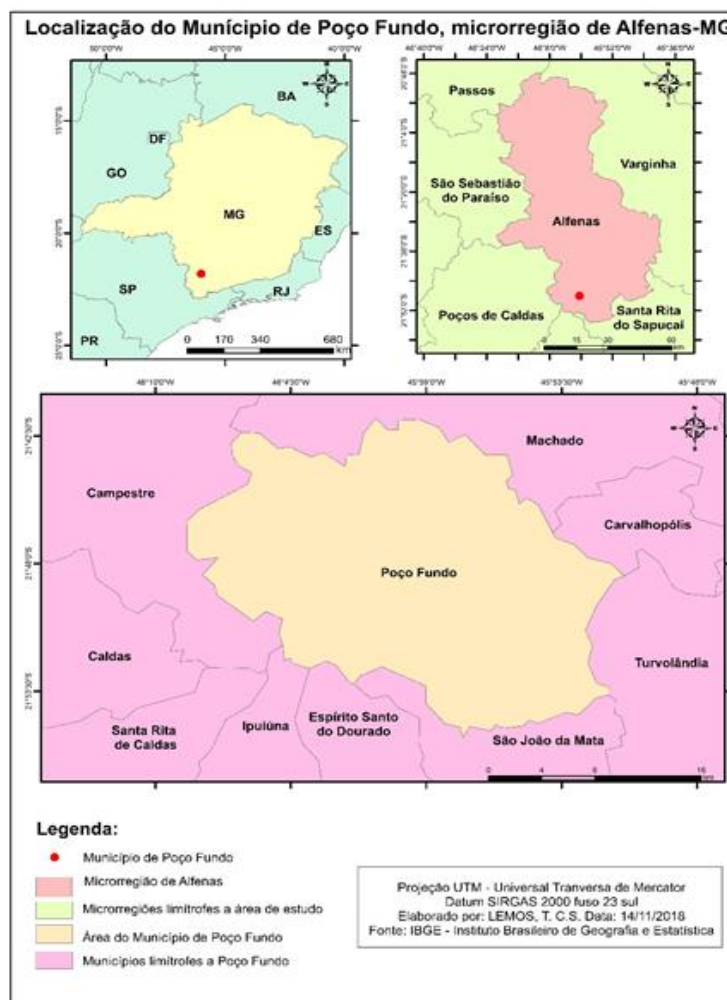
As entrevistas foram semi-estruturadas procurando investigar os objetivos propostos e também traçar o perfil dos cooperados e da propriedade rural onde os jovens estão inseridos. Para Gil (2008) as entrevistas são uma forma de interação social, em um diálogo assimétrico, uma parte da coleta de dados e a outra como fonte de informação.

A pesquisa parte de compreender as relações e transformações socioespaciais onde os jovens rurais estão inseridos e como elas podem influenciar nas tomadas de decisões dos mesmos. A juventude é múltipla e a agricultura familiar também, então essa pesquisa procura entender os fatores que influenciam na permanência dos jovens, as vontades e desejos dos mesmos em continuarem no campo. Compreender o papel da cooperativa no meio das relações desses espaços também é essencial, pois ela possui importante papel para a continuidade dos jovens na produção, afinal os mesmos serão os futuros cooperados.

2. CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DE POÇO FUNDO- MG

O espaço agrário brasileiro é diversificado e complexo, apresenta diversas realidades no que tange a agricultura familiar. No sul de Minas Gerais resalta-se algumas características que compõem sua estrutura socioeconômica e geográfica, como a presença da cafeicultura em pequenas propriedades. Dessa forma, essa seção da pesquisa abordará os aspectos socioeconômicos do município de Poço Fundo, com ênfase no espaço agrário, além de fazer uma breve caracterização da COOPFAM.

Figura 1- Localização geográfica do município de Poço Fundo-MG.



Fonte: IBGE, Elaborado: Thais Lemos

É essencial em uma pesquisa caracterizar a área que está inserida, nesse início do trabalho será destacado as características físicas e demográficas do município de Poço Fundo. O município de Poço Fundo está inserido na microrregião de Alfenas, dentro da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (Figura 1) com distância de 395 km de Belo Horizonte e 266 km de São Paulo, no município passa a rodovia MG-179 que interliga Alfenas (50km) a Pouso Alegre (60km), duas cidades importantes na dinâmica populacional regional. O município faz divisa com os municípios de Machado, Espírito Santo do Dourado, São João da Mata, Carvalhópolis, Turvolândia, Campestre, Ipuíuna e Caldas.

Quanto ao clima, Poço Fundo se encontra em uma zona tropical temperado, com temperatura média de 22,6° C anual, com chuva no índice pluviométrico de 1592,7 mm, de forma bem distribuída (EMATER, 2006).

O município está localizado na Bacia do Rio Sapucaí que integra a Bacia do Rio Grande, inserida nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Apresenta características do Bioma da Mata Atlântica, o relevo é denominado como mar de morros, os solos são classificados como latossolos e argilosos, estes têm como característica uma variação em todo o município, contribuindo, dessa forma, para a diversidade de atividades agropecuárias (GONÇALVES, 2003). Sua geologia se predomina de granito-gnaiss, migmatítico e Granulitos com vários tipos de litotipos (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO, 2019). O município de Poço Fundo situa-se na APA do Rio Machado e nessa área está o Ribeirão do Machadinho que corta o município:

[...]ocorrendo os **Compartimentos de Morrotes, Morros e Montanhas e Morros com Encostas Suaves**, onde se instala o ribeirão do Machadinho a 880m. Os vales passam a ser assimétricos e em “V”, sendo o rio Machado, o ribeirão Machadinho e o ribeirão Pinhalzinho - ambos tributários da margem direita do rio Machado - os principais níveis de base. Localizados nestes compartimentos estão os municípios de Poço Fundo e Machado (FERREIRA *et al.*, 2019, p.52).

Os autores salientam que a APA do Rio Machado apresenta uma geomorfologia diversificada, o relevo se domina em conjuntos de morros, montanhas, morros com encostas suaves, morrotes, colinas e planícies, em altitudes menores em torno de 730 m, na planície do rio Machado e as maiores altitudes, em torno de 1480 m (FERREIRA *et. al*, 2019) O predomínio do relevo com altas altitudes elevadas favorece a produção de agricultores familiares na cafeicultura, pois os latifundiários se inserem nas áreas planas para o uso e facilidade da mecanização. Além da característica de produção familiar na região, a altitude também contribuí para a produção de cafés especiais, pela relação do relevo e do clima na região, em relação aos cafés especiais Poço Fundo,

possui importante destaque pela produção de cafés orgânicos e pela participação em concursos dos cooperados da COOPFAM.

Figura 2- Paisagem do Relevo de Poço Fundo-MG



Fonte: Trabalho de Campo

A área do município é de 474, 55 km² e possui um total de 15.961 habitantes, sendo que 9.285 (58%) residem na cidade e 6.679 (42%) no meio rural (IBGE, 2010).

2.1 Características do Espaço Agrário de Poço Fundo

O município de Poço Fundo, como mencionado, tem uma população significativamente rural na qual corresponde 42% dessa população. Mesmo que o número de habitantes seja superior na cidade, a economia do município tem como dinâmica as produções no campo. A autora Lyra (2011) aponta a importância da agropecuária para o município:

A renda média familiar é de um salário mínimo, sendo a maioria da população empregada no setor agropecuário (café, leite, fumo-de-corda e hortaliças) e no setor de serviços, uma vez que o setor da indústria apresenta um índice bastante fraco de participação na economia do município: as indústrias existentes são de pequeno porte, todas estão localizadas na cidade, e dentre elas se destacam beneficiadoras de café, laticínios, indústrias de farinha de milho e de fubá, serrarias, carpintarias, fábricas de sofá, olarias, alambiques e beneficiadoras de fumo (p.140).

O PIB per capita do município é de R\$15.355,67, o PIB Agropecuário é de R\$48.602,120,00, PIB Industrial é de R\$21.662,270,00 e o PIB de Serviços é de R\$106.694,240,00

(IBGE, 2017), apresentando o importante papel da agropecuária para a economia local. Entre as produções a de maior destaque é a cafeicultura que, além de contribuir economicamente para o município, possui importante relação para a permanência dos agricultores familiares no campo.

O número de estabelecimentos agropecuários de Poço Fundo é de 1.972, dessas 1.839 propriedades (93%) são de agricultores familiares e apenas 122 (7%), são de agricultores não familiares (IBGE, 2017) como é apresentado na (tabela 1). Em relação ao gênero, os homens correspondem a 1.873 estabelecimentos (92%) como proprietários dos estabelecimentos agropecuários, enquanto as mulheres correspondem apenas a 158 estabelecimentos (8%), mostrando que o campo é um espaço masculinizado.

Tabela 1- Número de Proprietários dos Estabelecimentos Agropecuários por sexo, no município de Poço Fundo-MG, 2017.

Sexo do Produtor	Total	Agricultores Não Familiares	Agricultores Familiares
Homens	1.813	122	1.691
Mulheres	158	10	148
Não se Aplica	1	1	-
Total	1.972	133	1.839

Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

Na sociedade em geral existe uma grande desigualdade entre homens e mulheres, e isso no campo é ainda mais evidente (SILVA; MATOS, 2014). Motivo que ocorre pela invisibilidade do trabalho feminino no meio rural, fator que contribui para o "êxodo rural feminino". Essa desvalorização é observada na divisão sexual do trabalho, pois as funções das mulheres são consideradas como secundárias, tornando-se responsáveis pelo trabalho doméstico, da horta, dos animais de pequeno porte e principalmente responsável pela função de reprodução e criação de filhos, enquanto o homem torna-se responsável pela renda familiar, denominado o "chefe" da família (ROHNELT, 2014). Aos mesmos também cabem a participação nas cooperativas e sindicatos, mesmo que as mulheres estejam conquistando seus espaços dentro das cooperativas e no campo, esse processo é algo ainda raro (MESQUITA, 2012).

Sendo assim, as atividades não comerciais, aquelas que não geram renda direta são de responsabilidade das mulheres, já as atividades comercializadas são responsabilidades dos homens, mesmo diante da participação das mulheres na produção. Isso ocorre no caso do trabalho do roçado, que é realizado pelo homem e considerado como sua função, por excelência, na família,

já o da mulher, é visto como “ajuda” (NOBRE, 1998), uma vez que não possui um valor econômico. A desvalorização da mulher no campo é reforçada pelas fontes estatísticas, elas não são cadastradas como agricultoras, resultando em uma exclusão dos projetos de políticas na agricultura familiar de modo geral (BURG; LOVATO, 2007).

A idade dos proprietários dos estabelecimentos (Tabela 2) são em destaque de 45 a 55 anos com 25,4% e de 55 a 65 anos com 23,3%. Podemos observar o pequeno número de proprietários jovens que incluem como donos dos estabelecimentos, apenas 0,7% dos são jovens até 25 anos. Esse é um dos fatores que comprometem a permanência dos mesmos nos espaços rurais, dificultando a sucessão geracional e a continuidade na produção agrícola.

Tabela 2- Número de Proprietários dos Estabelecimentos Agropecuários por Idade, no município de Poço Fundo-MG, 2017.

Classe de Idade do Produtor	Sexo do Produtor		
	Total	Homem	Mulher
Menor de 25 anos	14	12	2
De 25 a menos de 35 anos	136	129	7
De 35 a menos de 45 anos	328	314	14
De 45 a menos de 55 anos	501	473	28
De 55 a menos de 65 anos	466	416	50
De 65 a menos de 75 anos	356	329	27
De 75 anos e mais	170	140	30
Total	1972	1813	158

Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

Os jovens rurais enfrentam várias situações que comprometem a permanência no meio rural, Kummer e Colognese (2013) apresentam algumas problemáticas relacionadas a saída desses jovens:

O primeiro deles refere-se à situação de invisibilidade. Além desse tem-se: os processos de saída, isto é, os mecanismos de inserção em atividades urbanas; o envelhecimento da população rural; a saída recorrente “das jovens” e a consequente masculinização, da população do campo; a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino; os problemas de acesso à educação no campo; a característica urbana das escolas do campo; as demandas por atividades de lazer; demandas por acesso a informação (internet); demandas por acesso à renda; os processos de sucessão; os conflitos familiares e as estratégias de permanência lançadas por uma parcela desses sujeitos (p.211).

A hierarquia por parte da sucessão de jovens está vinculada a submissão, uma categoria recebida como inferioridade de acordo com as dinâmicas estabelecidas pela família. Castro (2016) aponta que as jovens mulheres são as que mais sofrem com a inferioridade, pois em sua maioria, a sucessão são destinadas aos jovens homens, porém o homem também só tem acesso com a ausência do pai, inferiorizando o trabalho da esposa, que com a falta do marido, as responsabilidades são passadas para o filho homem.

O acesso à terra no campo é um dos principais fatores de não permanência dos jovens no meio rural, visto que o processo ocorre como forma de herança. Assim, ele só assume as responsabilidades da propriedade quando o pai se muda do campo ou morre.

Paulilo (2004) salienta que esse é um dos fatores responsáveis pela saída dos jovens do campo, não a precária situação econômica e as dificuldades vividas, que é imposta:

Porém, como no Brasil há sempre a imagem de que a chamada “pequena agricultura” é inviável, tornava-se automático atribuir toda saída do campo para a cidade a fatores econômicos e dar-lhe sempre o rótulo de ‘êxodo rural’, mesmo que estudos mostrem que é a profissão de agricultor, entre todas, que apresenta o maior número de filhos seguindo as atividades dos pais (p.235).

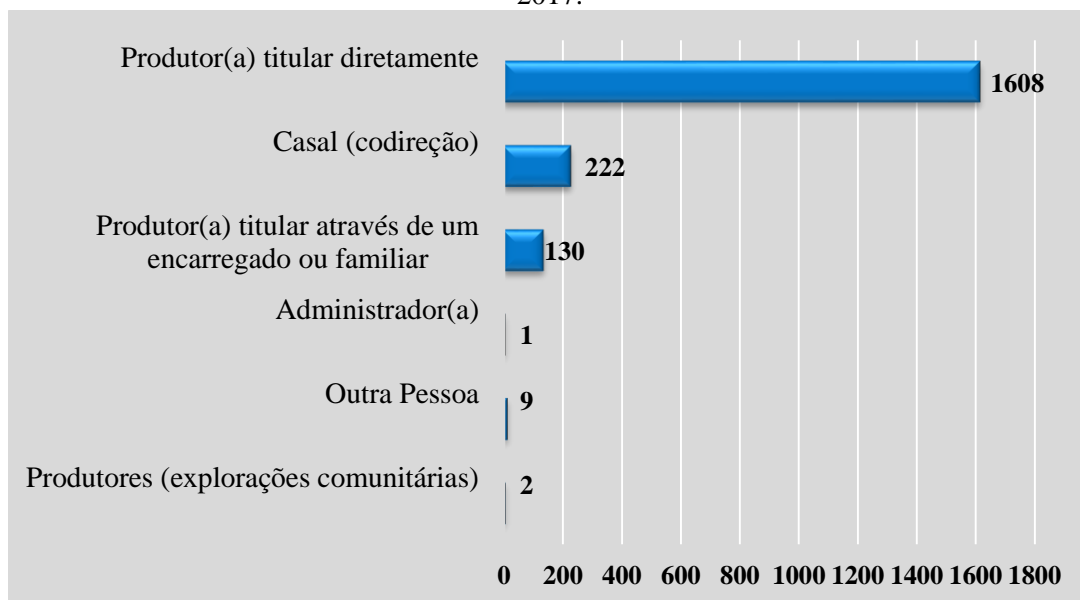
O lazer e o acesso à internet também são um dos fatores que influenciam na não permanência dos jovens nos espaços rurais, pois o uso foi alterado, deixando de ser apenas um elemento de lazer, mas de necessidade. O sistema capitalista criou necessidades de consumo na população, que trabalha a fim de adquirir essas condições estabelecidas, entre elas o uso da internet. Apenas 34% dos estabelecimentos possuem acesso à internet, o acesso é pelo tipo banda larga e internet móvel. Com a existência de e-mail, 6% dos estabelecimentos possuem, já com existência de celulares, 83% dos estabelecimentos possuem telefone (IBGE, 2017).

A direção dos estabelecimentos (Gráfico 1) mostra que os trabalhos são gerenciados em, sua maior parte, pelo produtor titular, que corresponde a 81% dos estabelecimentos, 11% dirigidos por casais. Os produtores titulares através de um encarregado ou familiar correspondem a 6% dos estabelecimentos gerenciados, as demais direções correspondem apenas a 2% dos estabelecimentos.

A situação em relação à terra das propriedades rurais (Gráfico 2) mostra que, predominantemente são donos os proprietários(às) correspondendo 95% dos estabelecimentos, pela predominância de agricultores familiares, faz com que o acesso à terra seja por herança e com isso a propriedade é transferida pela família. Os que a situação de terra são os parceiros

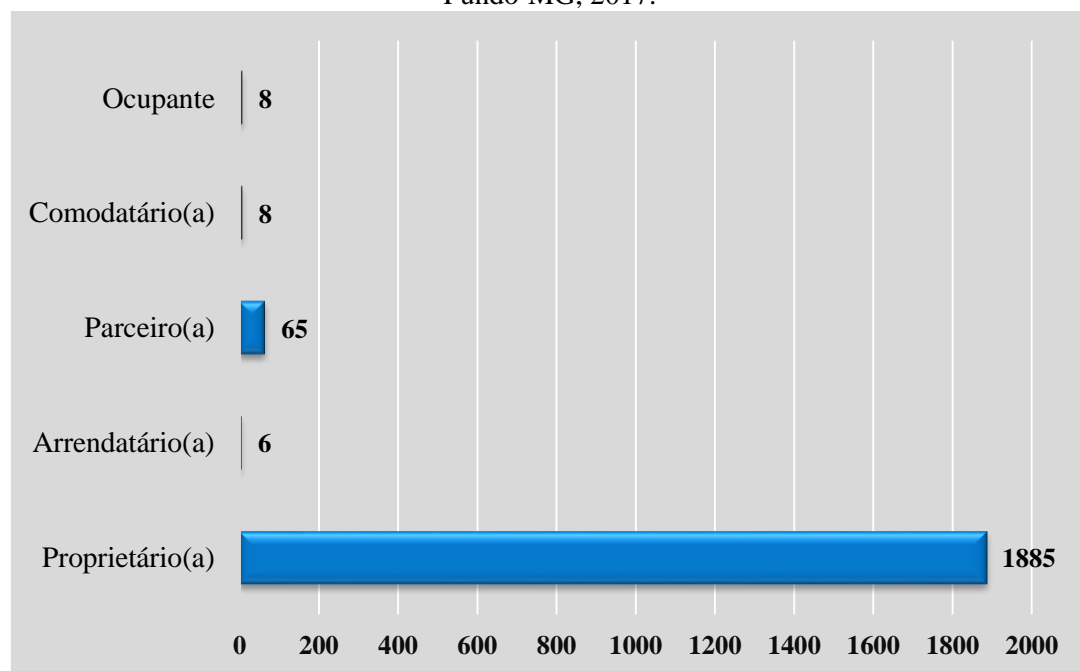
correspondem a 4% dos estabelecimentos, já os arrendatários(as), comodatário e ocupante correspondem apenas a 1%.

Gráfico 1- Direção dos Trabalhos no Estabelecimento Agropecuários, no município de Poço Fundo-MG, 2017.



Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

Gráfico 2 - Situação de Terra dos Produtores por Estabelecimento Agropecuários, no município de Poço Fundo-MG, 2017.



Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

O tamanho das propriedades rurais que possuem maiores quantidades de propriedades são os de 5 a 10 hectares (Tabela 3) com 423 (21%) das propriedades, dessas propriedades 407 (96%) são de agricultores familiares.

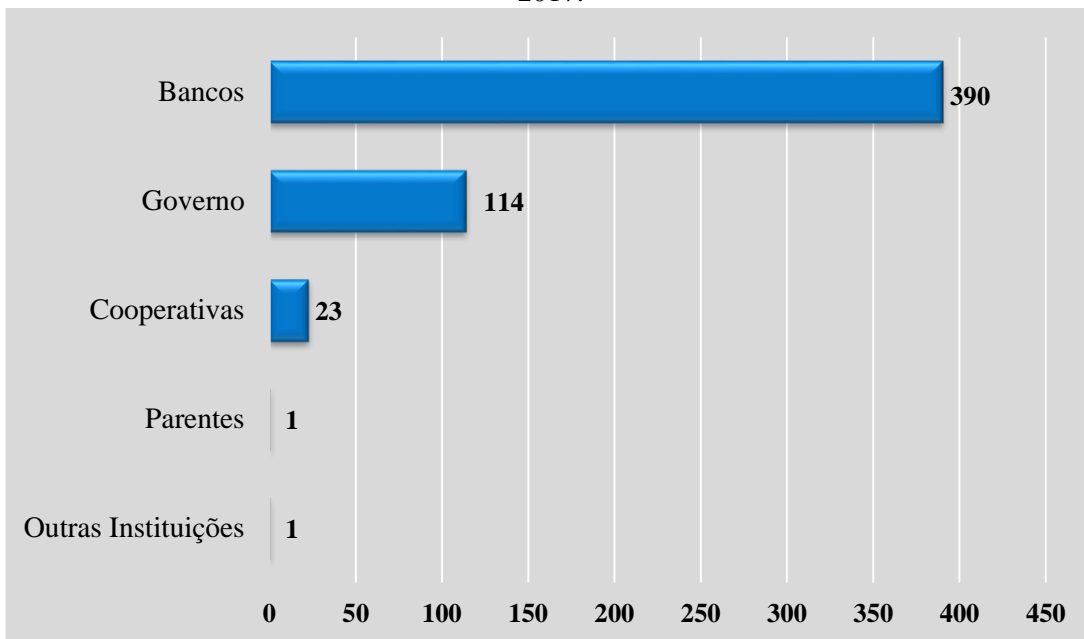
Tabela 3 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Hectares no município de Poço Fundo-MG, 2017.

Grupos de Área Total	Total	Agricultores Não Familiares	Agricultores Familiares
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	5	-	5
De 0,1 a menos de 0,2 ha	2	-	2
De 0,2 a menos de 0,5 ha	4	-	4
De 0,5 a menos de 1 ha	17	-	17
De 1 a menos de 2 ha	108	4	104
De 2 a menos de 3 ha	165	3	162
De 3 a menos de 4 ha	170	1	169
De 4 a menos de 5 ha	202	5	197
De 5 a menos de 10 ha	423	16	407
De 10 a menos de 20 ha	395	17	378
De 20 a menos de 50 ha	333	30	303
De 50 a menos de 100 ha	103	21	82
De 100 a menos de 200 ha	33	24	9
De 200 a menos de 500 ha	11	11	-
De 500 a menos de 1.000 ha	1	1	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
De 10.000 há e mais	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-
Total	1.972	133	1.839

Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

Pela modernização agrícola os pequenos e médios produtores necessitam em alguns casos de financiamentos para a compra de fertilizantes, insumos e maquinários. Dos estabelecimentos agropecuários de Poço Fundo, 503 proprietários precisaram de financiamento (IBGE, 2017), ou seja, 27% dos agricultores familiares do município. Porém, ainda há um expressivo número de agricultores familiares que não utilizam ou não conseguem crédito para sua produção. No Gráfico 3, podemos observar que desses 390 fizeram financiamento com Bancos, 23 com cooperativas, 114 com o governo, 1 proprietário com outras instituições financeiras e 1 realizou com amigos, importante destacar que alguns proprietários fizeram financiamento com mais de um agente.

Gráfico 3 - Agentes Financeiros Responsáveis pelo Financiamento no município de Poço Fundo-MG, 2017.



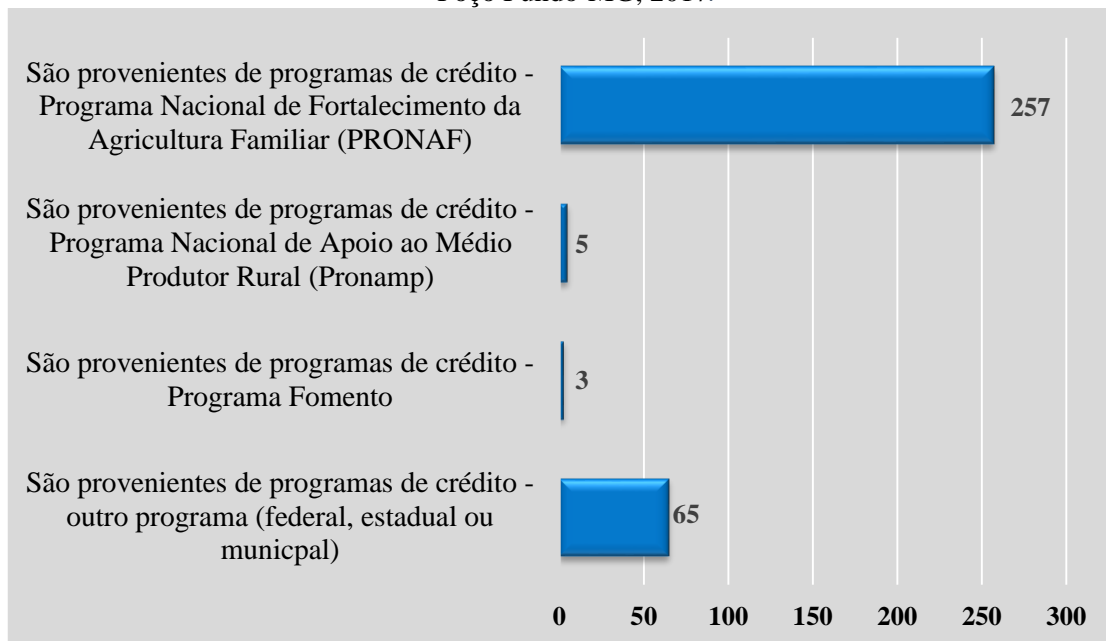
Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

As políticas públicas são essenciais para a permanência dos produtores no campo, os programas governamentais são importantes para que o produtor se insira no modo de produção modernizada e para a produção de alimentos. Entre eles está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é um programa de financiamento com melhores condições de pagamento.

O Programa foi importante elemento para a valorização da Agricultura Familiar. Três fatores são responsáveis pela valorização: primeiro são a retomada das discussões dos movimentos sindical após o fim da ditadura militar; o segundo se deu pelas discussões dos intelectuais sobre o tema no começo na década de 1990 e o terceiro é pela criação de políticas públicas, que passaram a reconhecer e valorizar a produção familiar, à partir da criação do PRONAF (SCHNEIDER, 2014).

Entre programas governamentais, o mais assistido pelos produtores de Poço Fundo é o Pronaf (Gráfico 4), dos 503 que precisam dos financiamentos, 323 proprietários são provenientes de crédito, o Pronaf financia 257 proprietários; 65 de programas estaduais, municipais ou federais; 5 dos produtores ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP); 3 do Programa de Fomento (IBGE, 2017).

Gráfico 4 - Proprietários que utilizam recursos do Programas Governamentais de Crédito no município de Poço Fundo-MG, 2017.



Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

À renda dos produtores, para além das atividades no espaço rural, também ocorrem fora do estabelecimento, 521 (26%) obtiveram rendas fora da propriedade que são superiores as atividades dentro das propriedades, atividades essas que podem ou não estar relacionadas à produção agrícola (IBGE, 2017). O processo de modernização agrícola e a aproximação dos bairros rurais dos espaços urbanos, faz com que os moradores rurais além das atividades agrícolas, participem de atividades não-agrícolas como forma de complementar a renda (FRANZ; SALAMONI, 2015). Processos que se denominam como pluriatividade, Godoy e Wizniewsky (2013) apresentam como combinação de duas atividades: agrícolas e não-agrícolas, entre elas, uma deverá ser agropecuária. Essas atividades podem ou não ser realizadas dentro da propriedade. A pluriatividade é então uma alternativa a categoria social da agricultura familiar, quando a sobrevivência somente pelas atividades agrícolas é insuficiente (VALE, 2017).

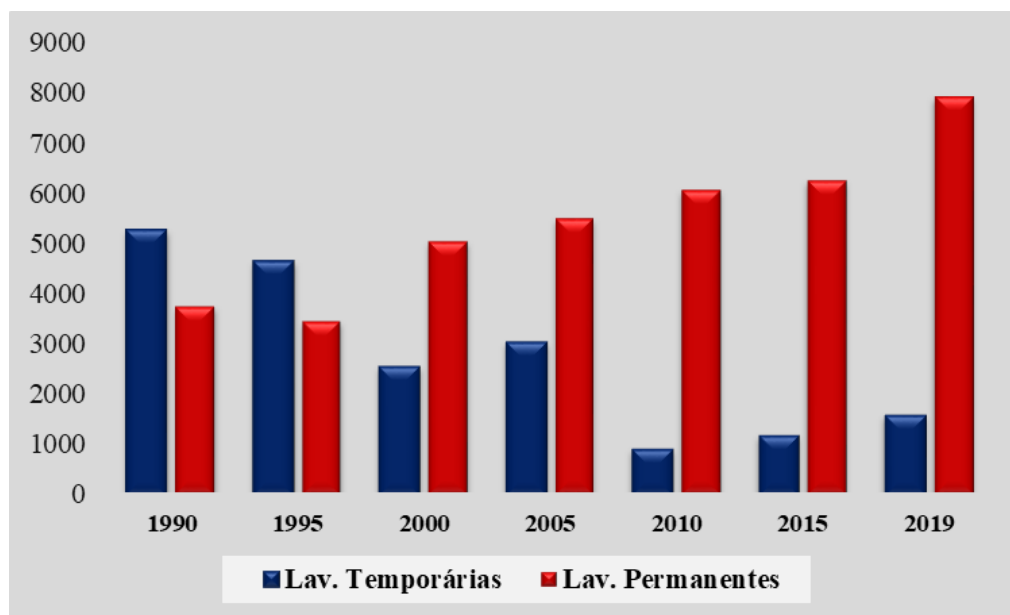
Vale (2017), ainda apresenta que em alguns bairros rurais, a pluriatividade tem se tornado ferramenta para a permanência dos produtores no campo. Em Poço Fundo, das produções agrícolas realizadas nas propriedades, 96 estabelecimentos plantam para autoconsumo e 1.876 estabelecimentos além de produzir para uso próprio, comercializam.

2.2 Inserção do Café no Espaço Agrário de Poço Fundo

As atividades econômicas relacionadas ao meio rural são 77% direcionadas a agricultura, 22% na pecuária e 1% de outras atividades, sendo que 93% dessas atividades são realizadas pelos agricultores familiares. Entre as atividades direcionadas a agricultura, (94%) são de lavouras permanentes e apenas (6%) são temporárias (IBGE, 2017).

Em relação a área de produção, as lavouras permanentes ocupam 83% da área municipal, enquanto as lavouras temporárias ocupam apenas 17% da área produzida. Como podemos observar no (Gráfico 5) até o ano de 1995 as lavouras temporárias eram superiores permanentes, o que foi se transformando a partir da inserção do café.

Gráfico 5 - Área Plantada de Lavouras Temporárias e Permanentes (hectares) no Município de Poço Fundo-MG (1990-2019).



Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado por: Thaís de Cássia Silva Lemos

Uma das justificativas, como já mencionada, na década de 1990 ocorreu o processo de valorização do agronegócio que intensificou as dinâmicas de exportação, o sistema de *commodities* configurou o conjunto econômico e modificou as relações regionais, transformando as dinâmicas do trabalho e do uso da terra. O capital vai em direção a alguns espaços e o transforma, processo que ocorre na agricultura, que passou por alterações em escala global, nacional, regional e local, para atender os interesses do mercado.

Os produtores de Poço Fundo e demais lugares do país se inserem em novas dinâmicas da agricultura como forma de conseguir permanecer nos espaços rurais, atendendo os interesses mercadológicos. Entre as produções que atendem essas dinâmicas de *commodities* está o café, importante produção para a economia nacional e principalmente para o estado de Minas Gerais que é o maior produtor do país com 54% (IBGE, 2017).

A região Sul do estado de Minas Gerais é a principal produtora, 24% da produção do país ocorre na região (IBGE, 2017), representando 45% da produção mineira. Diante disso, a produção de café possui importante relação econômica nos municípios do Sul de Minas. Processo que não é diferente em Poço Fundo, pois no ano de 2019 foi produzido 9.375 toneladas de grãos de café em 7.923 hectares, o que contribuiu para 82% no rendimento da economia das lavouras permanentes. Os autores Silva, Santos e Lima (2001) relatam que os principais fatores que contribuíram para o crescimento agroindustrial do café no Sul de Minas foi pela existência de financiamentos, assistência técnica, a inserção das novas tecnologias e aumento das exportações. A inserção das multinacionais e a oligopolização das cooperativas na região criaram uma relação de poder, monopolizando, assim, o território.

A produção cafeeira do município é realizada pelos agricultores familiares em pequenas propriedades, o relevo possui importante relação para essa configuração no espaço agrário dos municípios do Sul de Minas, como aponta Silveira e Marques (2008) pois a ocupação geográfica do café na região:

Essa distinção topográfica e de biomas delimita dois tipos de estrutura fundiária: as grandes empresas do agronegócio cafeeiro, que se encontram, em sua grande maioria, nas áreas com topografia a mais plana, e, conseqüentemente, mais mecanizáveis, e os estabelecimentos familiares, que predominam nas áreas de difícil mecanização, com tamanhos menores e maior relação de trabalho por unidade-área. (SILVEIRA, MARQUES, 2008, p.237).

A produção nas pequenas propriedades são responsáveis pela mão de obra, pois a topografia impossibilita uma produção mecanizada. Teixeira (2002) relata que essas regiões montanhosas possuem dificuldade na substituição de trabalho por capital. Isso faz com que as produções ocorram em menor escala e com uma demanda superior de trabalhadores do que lugares onde a mecanização se insere, porém vale lembrar que além do relevo, a mecanização não está presente também nessas propriedades pelo alto preço das máquinas, o que dificulta o acesso dos proprietários de pequenas propriedades.

Por outro lado, as áreas com relevo acidentado possibilitam a produção de cafés especiais, que tem crescido no mercado externo, contribuindo para maior permanência dos produtores no campo, principalmente pela intensiva utilização de mão de obra, como aponta Teixeira (2002):

O Café é uma cultura intensiva na utilização de mão-de-obra, razão por que, em regiões como essas onde a concentração de propriedades familiares está presente e onde predominam imperfeições no mercado de mão de obra familiar, a ampliação na produção de cafés especiais permitirá maior participação relativa da mão de obra da renda auferida (TEIXEIRA, 2002, p.187).

O capital cria então novas formas de se inserir nessas produções, pois a produção dos cafés especiais não somente contribui para a permanência dos produtores no campo, como, também, insere a produção em uma nova dinâmica capitalista, atendendo o mercado externo.

Em relação à mão de obra, Vale (2018) relata a necessidade de mão de obra na colheita, que os “apanhadores (as) de café” como são conhecidos, são migrantes de todo país. São trabalhadores que migram na época da colheita para trabalhar nas propriedades, especialmente na época da colheita do café. A autora também descreve sobre a mão de obra dos produtores familiares:

Nas unidades de produção familiar, a mão de obra é composta, em geral, pelos membros da família ou pelos vizinhos (troca de dias de trabalho ou assalariados da comunidade, mas somente quando os membros da família não são suficientes) (VALE, 2018, p.24).

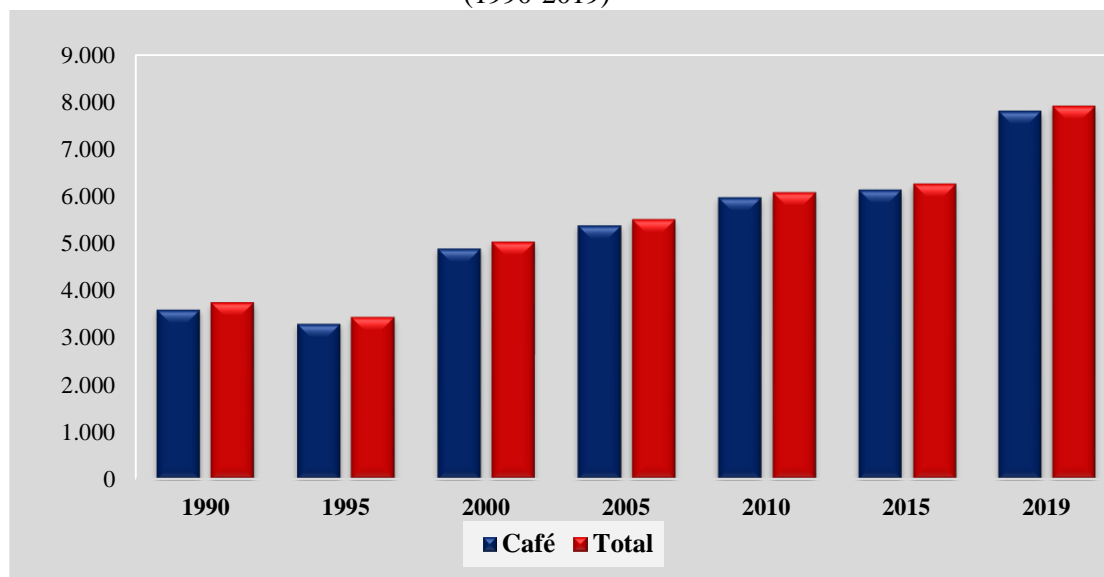
A região do Sul de Minas se configurou para atender as dinâmicas mercadológicas do café e de outras produções agrícolas. A expansão agrícola configura-se e transforma os espaços rurais e as cidades, principalmente as cidades pequenas, que se transformam para atender as novas dinâmicas rurais, alterando a economia local (CORRÊA, 2011). Lojas e empresas de tratores e insumos ganham cada vez mais espaços no território agrário. Além dessas empresas que atendem as necessidades dos produtores rurais, tem aquelas que compram e vendem, criando novas configurações no espaço e alterando as relações entre campo e cidade.

A região do Sul de Minas existem diversas cooperativas de café, entre elas está a maior cooperativa de café do mundo a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ) o que potencializa ainda mais a produção cafeeira, monopolizando as relações econômicas e de produção, conforme aponta Oliveira (2016, p.233):

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo.

No Gráfico 6, pode-se observar que o crescimento das lavouras permanentes se dá de acordo com a produção cafeeira, apresentando que o café foi o responsável pela alteração do modo produtivo. Quando o café se insere no espaço agrário de Poço Fundo, ele ocupa espaços de outras culturas, entre eles estão os produtos essenciais como arroz e feijão, como podemos analisar na tabela 4, o arroz e feijão tiveram uma queda em relação a área plantada entre os anos de 1990 a 2019. Inicialmente, essa substituição contribuiu economicamente, principalmente pelo modo econômico de exportação brasileiro que atende o mecanismo de *commodities*, por outro lado a substituição desses produtos leva a falta deles.

Gráfico 6 - Crescimento Total e do Café das Lavouras Permanentes (Hectares) em Poço Fundo-MG (1990-2019)



Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado por: Thaís de Cássia Silva Lemos

O Gráfico 6 e a Tabela 4 apresentam que o espaço agrário de Poço Fundo, que era diversificado, começa dar espaço para a monocultura, substituindo a produção de produtos essenciais para atender as dinâmicas de exportação. Mesmo que a produção cafeeira tenha contribuído para a permanência dos agricultores familiares, essa nova dinâmica produtora faz com que os alimentos essenciais sejam produzidos em menor escala. O arroz em 1990 possuía 790 hectares de produção, possuindo apenas 1 hectare, o feijão também obteve uma queda na qual em 1990 era de 550 hectares, atualmente é de 101 hectares (IBGE, 2017).

Tabela 4 - Áreas Plantadas (hectares) Produção Temporárias de Poço Fundo-MG – (1990-2019).

Produções	Anos						
	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Alho	4	2	1	-	-	-	-
Arroz (em casca)	790	670	30	45	5	-	1
Batata-Doce	6	6	.	-	-	20	30
Batata-Inglesa	14	-	102	55	25	61	50
Cana-de-açúcar	80	80	100	88	100	101	101
Feijão (em grão)	550	1600	650	540	80	105	150
Fumo (em folha)	400	160	140	.	.	-	150
Mandioca	20	20	20	15	15	-	2
Milho (em grão)	3400	2100	1490	2280	650	850	1050
Soja	-	-	-	-	-	-	12
Tomate	3	6	20	11	12	30	25

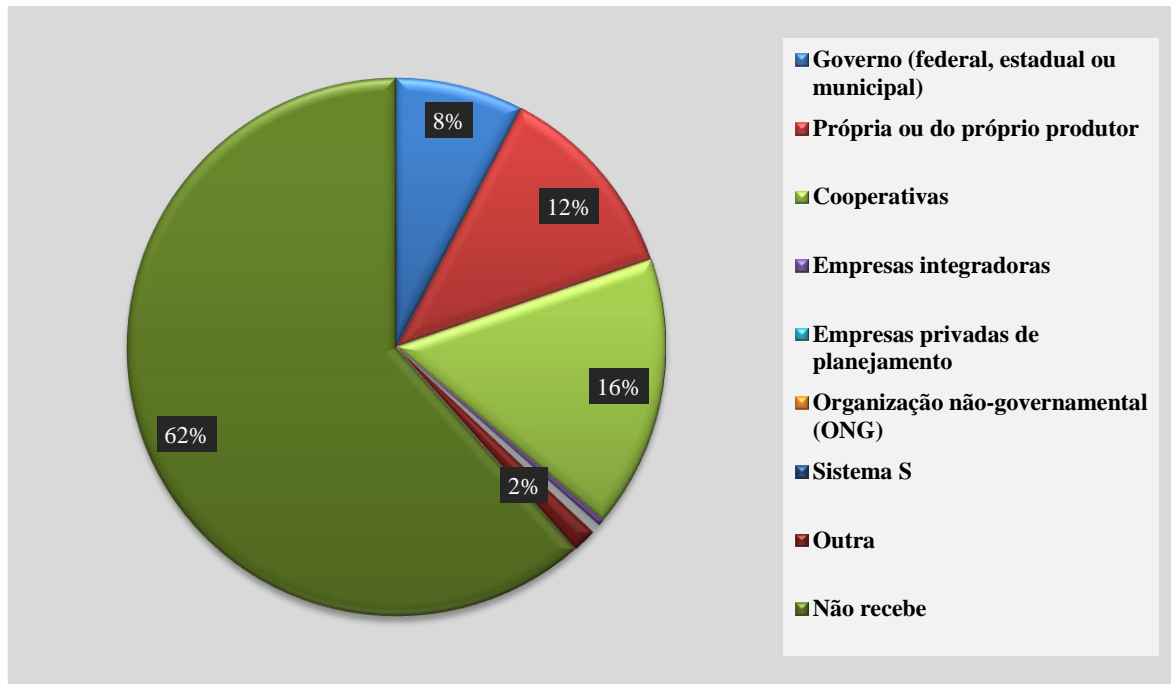
Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado por: Thaís de Cássia Silva Lemos

A produção de fumo, que já obteve importante papel na economia do município, também teve sua área de produção reduzida nos últimos 30 anos. Se de um lado ocorreu a diminuição do feijão e do arroz, do outro ocorreu um aumento de produtos como Batata-Doce, Batata-Inglesa, Cana-de-açúcar e Tomate.

A diversificação produtiva foi dando espaço a atividades monocultoras, a área que era destinada para as lavouras temporárias foi reduzida em 70% em 30 anos, em 1990 de 5.267 hectares oscilou em queda durante o período até 2019, no qual atingiu 1.571 hectares (IBGE, 2017).

As cooperativas, além de possuírem o papel de comercializar e inserir os produtores no mercado, também oferecem assistência técnica. No Gráfico 7, podemos observar o papel da cooperativa na orientação técnica dos produtores. Em relação às associações dos produtores em cooperativas ou entidades de classe, 546 produtores são associados a cooperativa, 33 produtores associados a associação/movimento de produtores, 76 produtores em sindicatos, 2 estabelecimentos em associação de moradores e 1.370 produtores (62%), não fazem parte de nenhuma associação e não recebem orientação técnica (IBGE, 2017). É importante lembrar que existem produtores que são associados e fazem parte de mais de uma associação. Além de 62% dos produtores que não recebem assistência técnica, 73% dos agricultores não possuem crédito (IBGE, 2017) (como visto na seção anterior), essas porcentagens mostram que há diferença entre os produtores e esses dois fatores (crédito e assistência técnica), ambos são importantes para a produção e podem contribuir para a permanência dos produtores rurais, sobretudo dos jovens.

Gráfico 7 - Origem da Orientação Técnica Recebida por Estabelecimentos (%) em Poço Fundo – MG, 2017.



Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

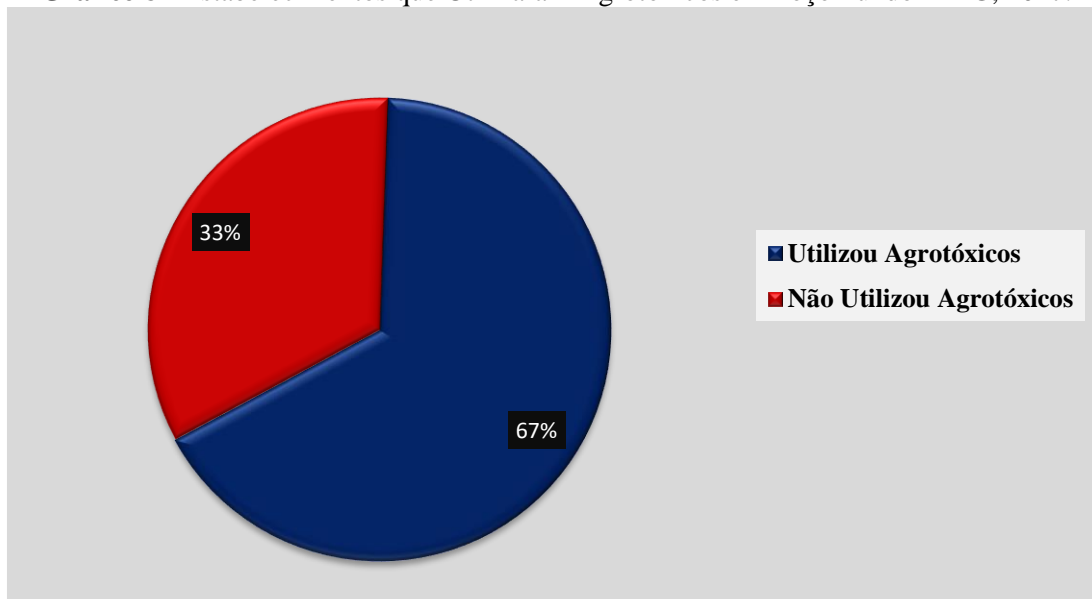
A produção cafeeira do município, além da produção convencional, vem, também, crescendo na produção orgânica na qual o município se insere como o maior produtor desse tipo de café no país, o que tem valorizado o trabalho dos agricultores familiares, pois a produção orgânica é realizada por eles no município. A COOPFAM, por estar inserida no comércio justo tem seus cafés sustentáveis, que são cafés com a produção mais ecológica, nas quais utilizam determinados produtos, porém de forma reduzida, diferente da produção convencional. Nos últimos anos, observa-se que a cafeicultura brasileira tem se aprimorado cada vez mais para atender aos interesses do mercado internacional, sobretudo na produção dos denominados “café finos ou especiais”, bem como o café orgânico.

O café orgânico é assim produzido sem utilização de agrotóxicos por produtos de reciclagem da matéria-orgânica vegetal e animal, como por exemplo dejetos de animais, biofertilizantes, polpa e casca de café e entre outras substâncias orgânicas.

Com a inserção da produção orgânica e dos cafés sustentáveis, as propriedades têm deixado de utilizar agrotóxicos para se inserirem nessa dinâmica de produção. Esse fator também vem ocorrendo no município de Poço Fundo, porém ainda é pouco, comparado aos estabelecimentos que continuam utilizando agrotóxicos, dos 1.972 estabelecimentos agropecuários, 659, (33%

estabelecimentos) não utilizaram agrotóxicos (Gráfico 8), entretanto desses estabelecimentos que não utilizaram, 39 deles utilizam, todavia naquele ano não foi necessário utilizar (IBGE, 2017). Apesar disso, em relação aos que utilizam agrotóxicos o número é quase o dobro, correspondendo 1.313 (67%) dos estabelecimentos (IBGE, 2017).

Gráfico 8 - Estabelecimentos que Utilizaram Agrotóxicos em Poço Fundo – MG, 2017.



Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

A produção orgânica no país é realizada, em maior parte, por agricultores familiares e assim as cooperativas são importantes elementos para uma maior facilidade de vendas dos produtos, pois estas já possuem contato com os compradores, o que facilita na comercialização. Por se tratar de uma produção que ocorre em menor escala, as vendas pelas cooperativas se tornam algo mais viável (OLIVEIRA et. al, 2006).

A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) é uma das principais cooperativas de café orgânico do país, a Tabela 5 mostra que a produção orgânica no município ocorre pelos estabelecimentos de agricultores familiares e que as orientações técnicas para a produção se dão pelas cooperativas.

Tabela 5- Estabelecimentos Agropecuários com Agricultura Orgânica ou Pecuária Orgânica de Poço Fundo - 2017.

Origem de Orientação Técnica Recebida	Total		Agricultores Não Familiares		Agricultores Familiares	
	Total	Uso Orgânico	Total	Uso Orgânico	Total	Uso Orgânico

Total	546	18	77	-	469	18
Cooperativas	310	16	46	-	264	16

Fonte: SIDRA IBGE – Censo Agropecuário, Organização: Thaís de Cássia Silva Lemos

Diante disso, a COOPFAM, tem realizado o papel de comercializar e inserir os produtores no mercado internacional o que, além de gerar valorização para os cooperados, têm levado a maior visibilidade para a cooperativa. A COOPFAM tem como forma cooperativa o comércio justo – *fair trade*, que contribui para um desenvolvimento sustentável e de uma vida digna aos produtores. Além de melhores condições comerciais, possuem melhores padrões de vida, porém é necessário que os produtores sigam normas relativas à produção e aos aspectos socioambientais (OLIVEIRA; ARAÚJO; SANTOS, 2007).

A cooperativa nasceu da consciência de alguns produtores que perceberam a necessidade de melhorias para maior qualidade de vida. O ex-presidente da cooperativa, entrevistado em 2017 pela autora, relatou que a cooperativa surgiu para evitar os atravessadores e para facilitar e melhorar o mercado. O município se desenvolveu com o café, substituindo a produção de fumo que, até então, era a principal economia do município, porém a renda era considerada pouca e como alternativas de melhorar a economia e diminuir o êxodo rural, eles começaram a se organizar. Em um primeiro momento, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1983, para pensar em melhores alternativas para os produtores, houve um movimento da igreja católica, algo comum pela luta no campo. O grupo idealizou a criação em 1991 e foi fundada a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo, com parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGS). Em 1994 foi decidido que o café seria o nicho de mercado a partir do Diagnóstico Rural Participativo (DRT).

Com a consciência de alguns produtores em relação a não utilização de agrotóxicos, surge a necessidade de uma produção orgânica. Em 1996 ocorreu uma viagem à Alemanha e o conhecimento pelo comércio *fair trade*. Em 1997 conseguem a certificação orgânica pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO). Já em 1998 ocorre a certificação do *fair trade*, primeira organização no Brasil a ser certificada; Em 2001 ocorreu a primeira venda ao mercado internacional, porém obtiveram algumas dificuldades pois o mercado internacional exigia uma produção de qualidade; A fundação da COOPFAM, como cooperativa ocorre em 2003 e desde então obtiveram melhorias e entrada de mais cooperados na cooperativa (PEREIRA, 2018).

O principal lema da cooperativa é que eles não são uma cooperativa de café, mas de pessoas, que são construída por essas pessoas e pensado para elas:

Cuidamos das pessoas e das relações, buscando benefícios reais para todo mundo. Trabalhamos não somente para nós mas para desenvolver e melhorar a qualidade da produção, do produto e da vida de centenas de famílias (SITE COOPFAM, 2022).

No país, muitas cooperativas possuem a certificação *fair trade*, entre elas a COOPFAM. A cooperativa iniciou suas certificações, em 2002, quando passou a ser certificada pela certificadora Sapucaí para produtos orgânicos, obtendo certificado BCS, que é reconhecido internacionalmente, e o certificado de *Fair Trade Label Organization* (FLO) (OLIVEIRA; ARAÚJO; SANTOS, 2006). Além da certificação *Fair Trade*, a cooperativa conta com outras certificações, a certificação orgânica que é a IBD que certifica a produção orgânica brasileira, sendo a única do país a maior da América Latina, é ela que possui o também certificado de Produto Orgânico Brasil que possui selo de certificação na cooperativa. A certificação é uma importante valorização dos cooperados e da cooperativa.

Vale ressaltar que, mesmo que a produção orgânica contribua para a valorização do agricultor, ela está inserida no modelo capitalista e isso é apenas mais uma das dinâmicas que favorecem a circulação e acumulação do capital. Além disso, esse novo modo de produção cria uma nova configuração no espaço agrário de Poço Fundo e da região. A inserção de um novo modelo de produção cafeeira fortalece a monopolização do capital com a produção, intensificando, assim, os laços no espaço agrário do Sul de Minas.

A COOPFAM trabalha como forma de contribuir para as vendas dos produtores e inseri-los nos mercados internacionais, isso tem contribuído muito para a permanência dos mesmos no campo. Atualmente são 492 cooperados associados à cooperativa e que participam ativamente da cooperativa, nas reuniões dos núcleos que ocorrem em cada bairro e tem seu coordenador e representante para passar para os cooperados as informações da cooperativa, visto que esse é um dos critérios da cooperativa.

Figura 3 - Local da loja da COOPFAM- Poço Fundo-MG.



Fonte: Arquivo Pessoal/Trabalho de Campo

Além desse processo de permanência ocorre, também, uma valorização da mulher nos espaços rurais, as mulheres possuem produções separadas de seus maridos, possuindo um talhão separado, com o nome delas, claro além de também serem cooperadas e possuírem todos direitos de cooperadas, o que leva a uma valorização destas em um espaço que é predominantemente masculinizado. Elas possuem dois mercados de café, o sustentável e o orgânico, a produção orgânica tem contribuído para uma valorização das mesmas e da cooperativa, que se tornou ainda mais reconhecida nacionalmente e também mundialmente.

O grupo Mulheres Organizadas Buscando Igualdade (MOBI) foi criado para atender os interesses do *Fair Trade*, o grupo iniciou em 2005 em uma parceria do IFSULDEMINAS em Machado e a COOPFAM e dentro desse grupo eles criaram o café feminino que inicialmente era com produção orgânica e atualmente conta com produção convencional, o que inclui ainda mais as mulheres e também contribui para maior visibilidade do grupo e da cooperativa. Vale *et al.* (2019) fala sobre a ideia e como o café feminino teve início na cooperativa:

A ideia do café feminino não é original da COOPFAM, nem do Brasil. Ela é resultado de uma parceria comercial com a Organic Products Trading Company (OPTCO), dos Estados Unidos, que também está presente na criação e apoio aos cafés femininos de outros países da América Latina (Bolívia, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua e Peru) e na África

(Ruanda e Sumatra). Trata-se, segundo o site da empresa, de “um programa focado no gênero para apoiar a justiça social e o empoderamento das mulheres produtoras de café em todo o mundo” i (VALE *et al.*, 2019, p.345).

Esse processo não foi aceito de forma simples pelos cooperados, ocorreu uma luta por parte das mulheres que necessitavam de espaço e de direitos na cooperativa, além da luta a exigências do *Fair Trade*, que possibilitou a criação do café feminino. As mulheres antes do grupo não possuíam espaços dentro da cooperativa, elas não participavam das reuniões e não possuíam direito a votos, não possuíam nenhum cargo na liderança, algo diferente depois da participação delas no grupo (LEMOS; VALE, 2020). As participações das mulheres na cooperativa ocorreram de forma ativa e importante que, inclusive atualmente, a presidência está nas mãos de uma mulher, representatividade importante para as mulheres agricultoras.

A forma na qual a cooperativa foi criada e as relações com os cooperados também contribui para que as mulheres sejam mais atuantes nos espaços rurais e dentro dela. A produção orgânica tem contribuindo para a renda dessas famílias e, a relação delas dentro da agricultura familiar, ocupando espaços que até então eram apenas ocupados por homens, criando também uma valorização de suas atividades.

O café feminino foi lançado pela COOPFAM em 2013, na semana internacional do café, o então "Café Familiar da Terra - Orgânico Feminino", o nome Café Feminino vem para uma valorização do trabalho feminino:

A palavra "Feminino" é para dar visibilidade ao trabalho das mulheres na produção de café. É uma marca que tem um significado muito forte para as produtoras. Elas trabalham tanto quanto os seus companheiros e por isso, merecem toda a forma de valorização e visibilidade de seu trabalho (SITE COOPFAM, 2022).

Além do café feminino orgânico, em 2018 foi criado o café feminino sustentável como forma de incluir mais mulheres no grupo e na dinâmica de produção. O café feminino não é o que possui maior volume de vendas na cooperativa, porém possui um importante *marketing*, que tem contribuído para uma maior valorização da cooperativa e atraindo novos olhares, principalmente internacionais, que são os principais consumidores.

A reprodução social da agricultura familiar e a continuidade da produção cafeeira e assim sucessivamente a continuidade dos cooperados da COOPFAM, podem estar comprometidos, visto que a saída do ambiente rural é constante, principalmente por parte dos jovens que são responsáveis pelo esvaziamento rural com suas saídas. Diante disso, é importante compreender sobre a sucessão

geracional e os fatores que afetam a reprodução social da agricultura familiar. No capítulo seguinte, será discutido sobre.

3. SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

As transformações ocorridas no campo diante da modernização agrícola e a valorização dos espaços urbanos levou ao crescente êxodo rural, deixando, assim, mais despovoado e abrindo espaços para as empresas agroindustriais e para ampliação dos latifúndios. Os jovens e as mulheres são os principais a saírem do campo por diversos motivos, entre eles a desvalorização e invisibilidade das atividades por eles desenvolvidas no espaço agrário.

A não permanência dos jovens no campo tem dificultado a sucessão geracional e a reprodução social. A discussão e preocupação em relação a sucessão geracional e a reprodução da agricultura familiar já é discutida nos países capitalistas há muitas décadas, porém no Brasil esse processo demorou um pouco, ocorrendo apenas no final dos anos de 1980 (BOSCARDIN; CONTERATO, 2017). Abramovay *et al* (1998) retratam que até 1960, a agricultura familiar produzia a nova geração de agricultores, os filhos dos agricultores seriam, então, agricultores. Assim a sucessão se dava pela transferência da propriedade para o filho.

A migração dos jovens para os espaços urbanos tem instigado pesquisas para a compreensão dos motivos que têm os levado a saírem dos espaços rurais. As jovens mulheres são as que saem com maior frequência, pois elas não são consideradas, na maioria das vezes, como possíveis sucessoras. Características que têm levado a um êxodo rural seletivo, de idade e de gênero, que tem deixado campo masculinizado e envelhecido.

Spanevello *et al* (2016) abordam que a falta de reconhecimento da família; ausência de remuneração financeira; a não participação dos jovens nas tomadas de decisões e recursos e o apreço ao modo de vida nos espaços urbanos, são fatores que também influenciam na saída dos jovens do campo.

A juventude, hoje, é uma categoria com diversas discussões realizadas nas pesquisas do país, porém voltadas aos jovens somente do espaço urbano. A inclusão dos jovens rurais nas políticas públicas ocorreram de forma tardia, acarretando, dessa forma, ao um grande êxodo rural. A juventude em si possui diversos desejos e anseios que ocorrem diante das diversas possibilidades vividas, compreender que a juventude é múltipla é partir para o entendimento que suas decisões e escolhas também serão.

Diante disso, esse capítulo vem para apresentar estudos que buscam entender sobre a juventude rural, sucessão geracional e as dinâmicas presentes na agricultura familiar e no campo, que são responsáveis pela decisão do jovem de ficar ou sair de casa.

3.1 O ser agricultor familiar e o contexto no espaço agrário brasileiro

A agricultura familiar possui importante papel na história brasileira, além de contribuir para o crescimento econômico, emprega milhares de trabalhadores rurais e a permanência dos produtores no campo. A categoria de agricultura familiar é algo recente no país, antes da década de 1990 o termo era quase inexistente. Isso não significa que não existia agricultores familiares, porém que estes eram denominados de outras formas. Os termos utilizados para os qualificar eram de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER, 2014).

As questões regionais e o contexto histórico de cada região, são responsáveis pelas diversas formas em como eram denominados, como apresenta Schneider (2014), que essas diferenciações ocorreram de acordo com a ocupação do país. Martins (1981) também retrata sobre, pois enquanto na Europa e no restante da América Latina se utilizava o termo camponês, no Brasil os termos se apresentavam de denominações próprias em cada região, como:

Famoso tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado de *caçara*. No Nordeste do país, chamam-no de tabaréu. Noutras partes é conhecido como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no Norte e no Centro-Oeste do país é palavra empregada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador (MARTINS, 1981, p.21)

As lutas e o debate político no país fizeram com que essas denominações fossem desaparecendo dando lugar aos termos de agricultura familiar e camponês, as discussões acadêmicas também contribuíram para esse processo. Para Schneider (2014) até então, existia um desafio em usar o termo camponês, que sofreu influências na ocupação territorial, mas também pela herança deixada pela questão agrária brasileira.

Hoje os termos acadêmicos diante do produtor familiar são utilizados de acordo com a discussão acadêmica de cada autor e seus embasamentos teóricos. Existem aqueles que se qualificam de acordo com o local e como os produtores pesquisados se denominam. Existem autores que não utilizam agricultores familiares na corrente marxista, pois acreditam que eles possuem

caráter contraditório. Marx coloca que essa questão contraditória se dá por ao mesmo tempo em que eles são donos do meio de produção, também trabalham por conta própria (SCHNEIDER, 2014).

Existe uma longa discussão diante do que é camponês e a diferenciação em relação a agricultura familiar, pois para alguns autores são categorias diferenciadas, visto que camponês seria a representação social dos produtores rurais diante da desigualdade presente no campo, já o agricultor familiar está inserido na ótica capitalista. Martins (2008), retrata que quando há desigualdade no campo e o latifúndio está presente no centro do poder político, existe a necessidade do campesinato ter o papel contrário desse movimento. Assim o campesinato vai além de um setor da economia, mas sim pertencente a uma classe social. O campesinato além de estar relacionado ao modo de vida dos produtores possui, também, relação social que procura quebrar a relação de poder do latifúndio.

O termo campesinato se insere nas pautas de discussões na década de 1950 juntos Liga Camponesa, anterior a isso como já apresentado, os produtores eram denominados de acordo com sua região. O campesinato se baseia em sua dinâmica diante das configurações familiares.

Porém, diante da modernização do espaço agrário brasileiro surge um novo termo para configurar os produtores familiares, que seria o de pequenos produtores. Levantou-se, assim, a discussão e construção de movimentos sociais envolvendo o campo nas décadas de 1970 e 1980 diante das novas modificações no ambiente rural (MARQUES, 2008). No fim do século XX que surge o termo de agricultura familiar, apresentado por alguns autores:

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (MARQUES; 2008, p.61).

Nessa pesquisa, o termo utilizado será de agricultura familiar por compreender que ela se denomina de diferentes formas e contextos, mas que sua base é familiar, sua fonte econômica ocorre em seu estabelecimento rural, junto aos seus familiares.

Assim, quem é o agricultor familiar? Para Saviani (2011) o agricultor familiar é aquele indivíduo que produz a própria riqueza diante das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento rural. Produzindo, dessa forma, a materialidade de sua existência.

Para compreender sobre a agricultura familiar é importante primeiramente entender as definições em torno deste conceito. De acordo com a LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006, assinada pelo Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabelece a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Mesmo que a lei seja caracterizada em poucos pontos é importante destacar o seu papel político de valorização e reconhecimento da agricultura familiar.

Os programas de desenvolvimento agrário rural e sustentável, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), colocam que não é algo fácil delimitar os estabelecimentos familiares dos patronais, porém os programas caracterizaram de agricultores familiares em dois elementos: a) A direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor e b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado (FAO-INCRA, 2000).

Em pontos metodológicos, de acordo com Gasson e Errinton (1993 apud ABRAMOVAY, 1997, p.74), destacam seis caracterizações básicas que definem a agricultura familiar:

- a gestão é feita pelos proprietários;
- os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- o trabalho é fundamentalmente familiar;
- o capital pertence à família;
- o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família;
- os membros da família vivem na unidade produtiva.

Ploeg (2014) afirma que a agricultura familiar não corresponde apenas ao modo de produção familiar, é importante destacar a vivência das pessoas e a forma na qual elas cultivam, colocando assim, a agricultura familiar além de uma produção, mas um modo de vida. Ploeg

(2014), também aborda dez características para descrever a agricultura familiar: 1) A agricultura familiar tem controle sobre os principais recursos; 2) O estabelecimento familiar é onde a família investe a maior parte de sua força de trabalho; 3) Nexos entre família e o estabelecimento; 4) Os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte- ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos; 5) O estabelecimento familiar não é só um lugar de produção; 6) A agricultura familiar é parte de um fluxo que une o passado, presente e futuro; 7) O estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas; 8) O estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura; 9) A família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural e 10) O estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural.

A agricultura familiar é importante para o espaço agrário brasileiro possuindo um importante papel para o desenvolvimento rural, reduzindo a pobreza e diminuindo o êxodo rural. É ela que emprega mais pessoas para a produção de alimentos com menor custo, o que eleva a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos (BUR; LOVATO, 2007).

Como forma de permanecer no campo os agricultores familiares se inserem na produção da ótica capitalista, com isso não podemos assimilar a produção apenas em um âmbito social. É importante compreender que agricultura familiar passou por diferentes processos e caracterizá-la apenas como pequena produção é limitá-la, não compreendendo o papel da mesma para o desenvolvimento agrícola do país e a inserção desse tipo de agricultura no mercado competitivo (ABRAMOVAY, 1997). Nesse sentido, o autor apresenta três pontos importantes sobre a agricultura familiar:

A agricultura familiar não pode ser considerada sinônimo de pequena produção; é em torno da agricultura familiar que, nos países capitalistas centrais, organizou-se o desenvolvimento agrícola; e mesmo num país marcado pela força do latifúndio e pelo peso social de milhões de estabelecimentos que, de fato, são pequenos sob o ângulo de sua participação na oferta agrícola, há um segmento importante de agricultores familiares cuja expressão econômica é muito significativa e em alguns casos até majoritária (ABRAMOVAY, 1997, p. 75).

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), existem 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, desses 3.897.404 (76%) são de agricultores familiares, já os não familiares correspondem a 1.175.916, (24%) dos estabelecimentos. Porém, comparado com o Censo Agropecuário do IBGE (2007), os estabelecimentos familiares atuais tiveram uma queda, em 2006 existiam um total de 5.175.489 estabelecimentos, desses 4.367.902 (84%) eram considerados familiares e 807.587 (16%) de estabelecimentos não familiares. Nota-se então, que

os estabelecimentos familiares tiveram uma queda de (8%), que foram direcionados para as propriedades não familiares, mostrando que o êxodo-rural é constante, principalmente pelas faltas de políticas públicas que valorizem e que contribua para permanência dos produtores no campo, aliado ao apoio estatal ao agronegócio e as grandes propriedades.

A valorização da agricultura familiar é algo recente, como já mencionado. No campo acadêmico e na criação de projetos agrônômicos, o termo de agricultura familiar antes da década de 1990 aparecia raramente (NEVES, 2007). Schneider (2014) discute que valorização da agricultura ocorreu em três fases que foram evoluindo durante os anos, a primeira fase foi a de 1990 até 1995, período marcado pelas discussões políticas e acadêmicas com o papel do sindicato e movimentos sociais; a segunda fase foi de 1996 a 2006, que teve como marco a criação do Pronaf e a institucionalização da agricultura familiar pela Lei 11.326 (24 de Julho de 2006), que contribuiu com as criações das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; a terceira e última fase o autor coloca como momento atual, que é marcado pela divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário com os dados de 2006, que foi divulgado em 30 de setembro de 2009.

Schneider (2014) também retrata o importante papel do Censo Agropecuário de 2006, passo importante para compreender a realidade dos estabelecimentos agropecuários e criar tipologias de agricultura familiar de acordo com os dados e variáveis apresentados do censo.

Fagundes e Salamani (2016) abordam que a partir da década de 1990, iniciou-se um interesse do governo pela agricultura familiar, criando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e fortalecimento da agricultura familiar, fatos esses que contribuíram para a criação de políticas públicas. O Pronaf foi um importante passo para as políticas agrícolas para os pequenos produtores.

Quando o ex-presidente Lula (2003-2011) passou a governar o Brasil, o Pronaf foi inserido no Programa Fome Zero, ampliando e aumentando os recursos e a criação de novas modalidades (SCHEIDER, 2014). Programa que foi criado em 2003, para diminuir a fome e as causas da insegurança alimentar:

O Fome Zero partia da premissa de que o problema da desnutrição e da fome no Brasil estava associado às dificuldades de acesso à alimentação por parte considerável da população, que afeia baixos níveis de renda ou enfrentava dificuldades na produção agrícola. As medidas propostas visavam a suplementação e elevação da renda das famílias e o aumento da produção agropecuária de produtores familiares, melhorando a disponibilidade de alimentos para o autoconsumo e aumentando a sua oferta no mercado, com a consequente redução do seu custo. Nesse sentido é importante lembrar que a agricultura familiar é o segmento da agropecuária brasileira que desponta nos dados

censitários como principal produtor dos alimentos que compõem a cesta básica (CAMARGO; BACCARIN e SILVA, 2013, p.2).

Dentro do programa foram criados outros programas, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a finalidade, de acordo com o Art. 19, da Lei Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003, era incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. As mobilizações sociais e as demandas dos trabalhadores rurais também são responsáveis pela a criação do PAA, programa que visa garantir a segurança alimentar e nutricional dos produtores e da população, programa que está inserido em diversos setores governamentais:

O PAA apresenta um caráter intersetorial, com suas regras definidas por um Grupo Gestor formado pelos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (MEC). Os recursos advêm do MDA, do MDS e do MAPA por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com complementação pelos estados e municípios. Dentro do Pronaf, também foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e colabora para a produção de alimentos dos agricultores locais (CAMARGO; BACCARIN e SILVA, 2013, p.5).

Dentro do Pronaf também foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e também colabora para a produção de alimentos dos agricultores locais. O Programa de Alimentação Escolar é um dos programas mais antigos de políticas alimentares do país, porém ganhou destaque apenas nas últimas décadas, foi dentro das políticas implementadas pelo Fome Zero, com o objetivo da inclusão de pequenos produtores e a revisão de novos hábitos alimentares (TRICHES; GRISA, 2005). Camargo; Baccarin e Silva (2013) destacam que, mesmo que existem diversas críticas aos programas do PAA e PNAE, é necessário compreender que sua existência permite reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura familiar é diversa mesmo que ocorra definições de sua categoria, ela possui peculiaridades que são influenciados por fatores de localidade, tipo de produção e modo de vida. Por essa diversidade, é necessário criar políticas e programas que compreendam esses fatores, para assim atender as necessidades específicas. Dessa forma, compreender sobre a agricultura familiar do país, seja por pesquisas ou pelo Censo Agropecuário, tem importante papel para a criação de políticas públicas e mecanismos para a reprodução social da agricultura. Entender as relações presentes no espaço agrário, sobretudo dos sujeitos da agricultura familiar, é essencial para compreender os motivos pelos quais os jovens têm migrado do campo.

3.2 Sucessão Geracional como reprodução social na agricultura familiar

Como já mencionado, a agricultura familiar possui importante papel na história do espaço agrário brasileiro com suas contribuições econômicas, porém, pela falha nas políticas públicas tem comprometido a reprodução social da agricultura familiar. De forma geral, a reprodução social pode ser representada como condição para que a categoria de agricultura familiar continue existindo (SAVIAN, 2014). O autor também aborda que podem ocorrer diversas justificativas para manutenção do homem no campo, onde também insere a pluriatividade, as aposentadorias, o associativismo e as estratégias comerciais. As atividades não-agrícolas, também, são importantes para a manutenção da agricultura, sobretudo dos jovens, que procuram novas formas de renda para permanência no campo, principalmente quando a produção agrícola é insuficiente.

O processo de reprodução social ocorre pela continuidade das propriedades em torno das gerações, de forma intrafamiliar por diferentes fases, entre elas a de sucessão geracional (SPANVELLO, 2011). Porém, o processo de reprodução social está comprometido em relação à sucessão geracional, isso pela migração de jovens rurais para as cidades. As modificações no campo e a valorização dos espaços urbanos, contribuíram para a dificuldade na sucessão geracional e afetou, com isso, a reprodução social dos agricultores familiares.

A reprodução social depende da sucessão geracional, pois os filhos dos agricultores desde sua infância são inseridos na divisão social do trabalho familiar (CORANDINI, 2015). A reprodução social da agricultura familiar está relacionada à permanência de ao menos um dos filhos. A falta de sucessores pode comprometer não somente a continuidade de agricultores familiares e suas atividades produtivas, mas também das comunidades rurais que com o passar dos anos perdem sua população (MATTE; MACHADO, 2016). O processo sucessório seria a transferência do poder do patrimônio responsável por dar continuidade das atividades agrícolas e dos saberes culturais, como apresenta Stropasolas (2011):

O processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a). Assim, além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material, particularmente da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica também a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural. Embora essa transferência de saberes tenha sempre estado presente na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência a uma ruptura no processo (STRAPASOLAS, 2011, p.26).

Porém quem é esse futuro sucessor? O futuro sucessor será o Jovem Rural, aquele que não necessariamente vive no campo, mas que suas relações e modo de vida partem dali. Definir o que

é jovem e juventude é um dos mais difíceis desafios para quem estuda sobre o tema. Entender e delimitar a faixa etária de quando começa e termina a juventude é desconsiderar as formas e modo de vida dos jovens, por isso é necessário compreender além da idade. A juventude existe em suas múltiplas relações que interferem no ser jovem, seja pelas suas vivências, espaços vividos ou classes sociais.

O tema juventude vem ganhando destaque nas pesquisas acadêmicas, principalmente nas ciências sociais, com principal referência em Maria José Teixeira Carneiro que discute sobre a juventude e as relações e dinâmicas que a rodeiam.

Compreender a categoria de juventude é procurar investigar os diversos processos e os rodeiam, pois a mesma não é homogênea, visto que as condições sociais e de vida dos jovens influenciam diretamente nas relações e na categoria. Afinal, o jovem que possui uma classe social superior e não precisa trabalhar para ajudar nas despesas de casa vivenciará a juventude de uma forma, já o jovem que necessita trabalhar, junto aos estudos para ajudar nas despesas de casa, vivenciará a juventude de outra forma. Pois os espaços e acessos são diferentes, o que modificará o processo da vida adulta.

Para alguns autores a juventude é o processo de transição para a vida adulta e as relações presentes afetam o modo de vida futuro, os jovens também são considerados os melhores em relação aos diálogos e os mais propícios a mudar de opiniões, pois ocupam diversos espaços que podem alterar suas perspectivas e modo de vida. Dessa forma, para Groppo (2015), a juventude é a fase experimental de valores e da realidade social, o sujeito passa por experiências sociais em um modo mais reflexivo e racional, diferente da vida adulta onde esse processo se torna mais resistente. Assim as vivências cotidianas podem alterar o modo de pensar e suas perspectivas.

Diante dessa perspectiva de Groppo (2015) e trazendo para as condições dos jovens rurais, seja pela migração por meio dos estudos ou do mercado de trabalho, faz com que os mesmos ocupem outros espaços que não necessariamente vão levar em consideração o seu modo de vida.

A tendência dos jovens, do meio rural, de saírem do campo se iniciou em 1940 a partir das transformações do campo e continua crescendo nos dias atuais, fazendo com que os mesmos deixem seus familiares para buscarem melhores condições na cidade.

No Brasil são apontados vários estudos explicando sobre a temática rural e a relação entre sair e ficar dos jovens rurais. As discussões sobre juventude ficaram mais evidentes na década de 1990, porém em relação à juventude rural a produção era menor. O campo temático da juventude

reforça as relações de poder e hierarquia social, a juventude seria um período de transição para a vida adulta (CASTRO et. al, 2013). As autoras relatam que a classificação etária é construída a partir de limites mínimos e máximos de idade, na qual pesquisas com recorte etário aparecem, de forma mais clara, na década de 1960 e o recorte etário é utilizado por organizações internacionais:

O corte etário de 15-24 anos, definido por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), procura homogeneizar o conceito de “juventude” com limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente e limites máximos de término da escolarização formal básica (básico, médio e superior) (CASTRO et. al, 2013, p. 41).

Dessa forma, se torna delicado dizer quando se inicia ou termina a juventude, pois são vários fatores que modificam a idade social da biológica. Outros autores consideram outras idades referentes a faixa etária, como Abramovay *et. al* (1998), que considera juventude as idades entre 15 a 29 anos. As pesquisas que abordam como faixa etária, utilizam como critério a idade dos pesquisados, portanto os pesquisadores apoiam-se em questões demográficas e padrões de estabelecimentos internacionais para configurar juventude (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Porém, existem outras categorias além da faixa etária como forma de compreender o que é juventude rural, como ciclo de vida, geração, modo de vida e representação social. Castro (2016) aponta que além das dinâmicas para compreender este aspecto, a juventude rural não é aquele que somente mora no campo, mas aquele que vivencia e participa das realidades presentes no campo. O jovem rural é o aprendiz do produtor da agricultura familiar, fator que pode justificar a invisibilidade da juventude rural (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Diante disso, os jovens entrevistados dessa pesquisa são considerados jovens a partir do modo de vida com ambiente que estão inseridos, estes em questão, mesmo que não dedicados com exclusividade à produção rural, fazem parte do ambiente e suas relações e modos de vida fazem parte do seu processo como sujeito para sua construção como adulto. O modo de vida, as relações e seus interesses farão parte da construção do que é ser jovem para eles e com isso modificará seus anseios e perceptivas.

A sucessão geracional é entendida como uma criação de novos indivíduos que permanecem no campo realizando as atividades agropecuárias. Com o papel de garantir as funções produtivas e culturais da propriedade, junto às comunidades rurais que estão inseridos (MATTE; MACHADO, 2016). A construção desses sucessores ocorre na unidade familiar, são os filhos dos agricultores os

possíveis sucessores e a permanência dos mesmos dependerá das condições do espaço onde se vive e das relações externas (SAVIAN, 2014).

A sucessão geracional no campo não se configura apenas em dar continuidade ao estabelecimento agrário, mas também um processo de dar continuidade ao modo de produção exercido pelos pais e permanência da agricultura familiar.

Abramovay *et al.* (1998) abordam que a sucessão geracional no campo não pode ser considerada como tema de administração empresarial, pois o que está em questão vai além do futuro desses estabelecimentos e sim o destino das regiões, que passam por processos de êxodo-rural. Os autores também revelam que as funções da nova geração envolvem mais que um aprendizado sobre a produção, mas uma relação com patrimônio, que possui importante papel na vida familiar:

Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar (ABRAMOVAY *et al.* 1998, p.18).

O modo sucessório privilegia um sucessor, que é escolhido pelos pais de acordo com idade e gênero, os demais filhos são encaminhados a outras atividades, como as jovens mulheres que são influenciadas a estudarem. Os processos sucessores anteriores, como apresentam Abramovay *et. al* (1998), aconteciam com a escolha do filho mais novo, que possuía a tarefa de cuidar dos pais na velhice e da propriedade, os demais irmãos adquiriram valores ou até mesmo parte da “terra” da propriedade, de acordo com o tamanho. Enquanto não era denominado o sucessor, a renda obtida na produção familiar contribuía para a compra de novos lotes para os outros filhos, como forma de garantir renda para eles no futuro (MELLO *et. al*, 2003). Esse processo ocorria com proprietários que obtinham importantes rendas, pois em outros casos a miséria e o pequeno tamanho da propriedade, dificultava a sucessão e permanência dos filhos no campo.

A relação sucessão geracional e permanência dos filhos no campo é dividida em dois momentos: o primeiro ocorreu anterior à década de 1970, em que as possibilidades eram maiores; e o segundo momento seria o atual, a sucessão das propriedades mudam, principalmente pela migração dos jovens (SPAVANELLO *et. al*, 2011). A relação de permanência dos filhos são alteradas diante das modificações e modernizações ocorrentes no campo, como são abordados por Prediger (2009) como um dos fatores agregados as dificuldades de jovens rurais enfrentadas no campo:

Estas transformações incluem a modernização da agricultura, como consequência do advento do capitalismo e da industrialização do campo, que acarretou no surgimento de novas tecnologias. Isso fez com que pequenas propriedades rurais tivessem que se adaptar a tais mudanças para não ficarem estagnadas na produção agrícola. Essas transformações na sociedade agrária do século XX são percebidas até hoje, sendo que uma das maiores consequências é visível cada vez mais: a questão do jovem rural, o qual foi inserido nesse processo de mudança (PREDIGER, 2009, p.5).

No Brasil são apontados vários estudos explicando sobre a temática rural e a relação entre sair e ficar dos jovens rurais e a sucessão geracional, como Abramovay *et. al* (1998); Castro (2005); Brumer e Spanevello (2008); Spanevello *et al.* (2011); Mello *et. al* (2003) e entre outros apresentam em suas pesquisas dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo.

Desse modo, torna-se importante compreender a realidade da juventude rural e as múltiplas relações que envolvem a saída e permanência dos mesmos nos espaços rurais e, sobretudo, a continuidade nas atividades agrícolas. De modo geral, no Brasil, a juventude não possui visibilidade, essa situação para jovens rurais é ainda pior. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), diversos problemas atingem os jovens no Brasil, como a violência, desemprego e educação, fatores que necessitam ser discutidos por políticas. A falta de políticas públicas para a permanência dos jovens no ambiente rural é um fator preocupante, por sua inexistência.

As atividades realizadas pelos jovens são colocadas como inferiores e não valorizadas, reflexo do sistema patriarcal presente, que valoriza as atividades dos homens (pai), denominando as atividades de mulheres e jovens como “ajuda”. As filhas mulheres são as mais afetadas nesse processo, pois em maioria, a sucessão não é destinada para elas, mas sim para os filhos homens que são ensinados desde criança a aprender nas atividades agrícolas.

Por outro lado, a relação à sucessão da propriedade, possui um viés que não atrapalha somente as mulheres jovens, mas os jovens em geral, que se tornam responsáveis apenas com a ausência do pai. A autora Paulilo (2004) afirma que o acesso à terra afeta os jovens de modo geral:

O/os sucessor/es só poderá/ã assumir a responsabilidade pela exploração agrícola quando o pai ou se retira da atividade ou morre. A aposentadoria não significa parar de trabalhar, mas receber todo mês um pequeno montante de dinheiro bastante apreciado. Com a longevidade aumentando cada vez mais, os que trabalham junto à família ficam na posição de dependentes por longo tempo. Muitas vezes é esta a causa da saída dos filhos da propriedade e não a precária situação econômica. (PAULILO, 2004. p. 235).

Paulilo (2004) retrata que cada vez mais torna-se necessário criar políticas para que jovens maiores de 18 anos tenham direito de participar das rendas e das decisões sobre a propriedade.

O processo de mudança de responsabilidades e de sucessão ocorre quando os filhos começam assumir funções das atividades dos pais, porém só assumem definitivamente o posto depois do falecimento do proprietário. Existem situações em que os pais separam um lote para a produção dos filhos dentro da propriedade, como forma de os jovens obterem renda. Ou seja, o proprietário passa uma parte da propriedade para o filho/filhos para que os mesmos comecem a produzir, e também, é visto como incentivo na permanência dos jovens.

Os jovens dessa pesquisa, como será apresentado em capítulos seguintes, possuem lotes dentro da propriedade dos pais para a produção, o que é visto por eles como forma de incentivo dos pais na permanência dos mesmos.

A sucessão geracional é articulada na figura paterna, o pai que determina quando e a forma da passagem das responsabilidades da propriedade, que contam mais com a capacidade e disposição na produção, do que as exigências econômicas e necessidades sucessoras (ABRAMOVAY, *et. al*, 1998). Assim, a tomada de decisão ocorre pelo pai e é aceita por todos. Enquanto o mesmo tiver condições de cuidar e dirigir o estabelecimento, não ocorrerá o processo de sucessão (MELLO *et. al*, 2003).

Carneiro (2001) aponta que a transmissão de direitos da propriedade ocorre de acordo com as condições de cada família e de suas estratégias, com uma hierarquia presente, que estabelece diferentes relações principalmente relacionadas ao gênero. Com os interesses dos pais de passar a sucessão aos filhos homens, forçam a saída das filhas mulheres para a cidade à procura de novas oportunidades. As jovens mulheres deixam o campo em maior frequência do que os jovens homens, Abramovay *et al* (1998) descreve que processo com “viés de gênero” não está relacionada apenas às oportunidades e melhores condições de vida dos espaços urbanos, mas o papel subalterno nas propriedades familiares.

Os rapazes são escolhidos e destinados à sucessão, dessa forma são ensinados os saberes administrativos, já as mulheres são consideradas para as tarefas reprodutivas (BRUMER; ANJOS, 2012). As atividades consideradas “femininas”, como atividades de limpeza, cuidar da horta, preparação dos alimentos e entre outras atividades domésticas, não possuem valorização do capital, por se tratar de atividades que não incluem a circulação de valores monetários. As atividades realizadas pelas mulheres só possuem valorização do capital quando geram renda, porém com a divisão do trabalho pelo sistema patriarcal as funções de renda são direcionadas como função do “chefe” da família, o homem.

Esse ponto é observado pelos próprios jovens que vivenciam isso no ambiente rural, como caso do Entrevistado 6, mesmo que sendo do sexo masculino, percebe as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no ambiente rural:

Existe uma dificuldade do sexo feminino em relação sair do campo, muitas delas não permanecem. Elas saem por uma questão cultural. Desde os 13 para 14 anos os pais já começam a introdução do filho homem no trabalho do campo, já com a mulher isso não acontece. Outro ponto é a questão financeira que o pai não dá renda para a filha, que não trabalha no campo e ela precisa ir para cidade para ganhar dinheiro ou casar e o marido ajudar... Vejo isso presente em familiares (Entrevistado 6).

Stürmer (2008), fala sobre as divisão do trabalho entre as jovens mulheres e homens:

Na divisão de tarefas, cabe aos homens desenvolver serviços que requerem maior força física e, além disso, utilizar os maquinários agrícolas mais sofisticados. As mulheres ficam encarregadas de desempenhar os trabalhos de caráter mais leve, como cuidar da casa, do jardim, horta, tratar os animais e ajudar na lavoura. Essas atividades, embora consideradas mais leves, exigem uma jornada de trabalho maior do que a dos homens. Assim, na divisão de tarefas, as filhas geralmente ajudam a mãe nos afazeres domésticos e os filhos ajudam o pai na roça (STÜRMER, 2008, p. 92).

A migração por idade e gênero tem contribuído para o fenômeno de masculinização e envelhecimento da população afetando a reprodução social no campo, pois as mulheres não permanecem neste ambiente e dificilmente, as mulheres da cidade, se casam e migram para o campo. Essa seletividade da migração por idades e gênero ocorrem pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a participação dos jovens de forma independente dos pais; pela invisibilidade feminina e da juventude; a questão cultural e patriarcal que prioriza as atividades masculinas; por trabalhos ocorrentes fora da agropecuária e pela exclusão das mulheres na herança (BRUMER, 2004).

Esse processo de migração feminina é apresentado por Camarano e Abramovay (1999) como uma outra etapa de migração, pois anteriormente os homens que migravam para buscar melhores condições para a família, porém agora as mulheres jovens que migram à procura de estudos mais avançados da educação formal como alternativa.

A sucessão geracional é importante elemento para a reprodução social e a permanência dos jovens, as relações do espaço onde eles estão inseridos podem afetar diretamente na tomada de decisão, como aponta Savian (2014, p. 100):

Assim, a sucessão geracional é uma condição imprescindível para a ocorrência da reprodução social da agricultura familiar, para a manutenção da população e o desenvolvimento das áreas rurais. A sua ocorrência dependerá dos jovens rurais, que inseridos no espaço geográfico, estabelecem projetos para suas vidas, nos quais a

permanência no campo, ou a migração para a cidade será objeto de uma ou várias tomadas de decisão.

Existem várias perspectivas para a continuidade dos jovens na produção familiar:

Os fatores não são únicos e ocorrem de forma isolada, mas estão ligados nas relações socioeconômicas da família e da unidade produtiva; tipo de trabalho; as oportunidades de trabalho nas atividades agrícolas e não-agrícolas no campo, na cidade local ou próxima; a educação; lazer; possibilidades de trabalhos remunerados; a percepção dos jovens em relação ao trabalho agrícola e se os mesmos pretendem ser sucessores; modo de vida no meio rural; acesso a políticas públicas e acesso a créditos (BRUMER; SPANEVELLO 2008, p. 13).

Como pode ser visto, a migração para os espaços urbanos ocorre por diversos fatores, ter essa compreensão contribuirá para criação de estratégias para as futuras gerações, como a criação de políticas públicas e organizações que se inserem na agricultura familiar (MATTE; MACHADO, 2016).

3.3 Relação campo-cidade para jovens rurais

Os dados da população brasileira mostram o processo de migração da população rural para os espaços urbanos. A saída dos jovens do espaço rural é um reflexo do despovoamento do campo, a não permanência está associada a diversos fatores. A escolha entre o ficar e sair não está relacionada apenas em optar em não dar continuidade às atividades rurais da família, mas também pela valorização da educação e do trabalho remunerado fixo que ocorre fora da propriedade (CASTRO, 2005).

Possuem várias relações entre a saída dos jovens dos espaços rurais, entre elas a relação entre campo-cidade. Brumer (2007) relata que entre os motivos pela migração, de um lado estão os fatores de atração - a migração ocorre pelos atrativos dos espaços urbanos, entre eles as opções de trabalho remunerado. Já do outro lado, existem os fatores de expulsão que são associados às dificuldades da vida no meio rural e das atividades agrícolas. Menezes; Souza e Pereira (2012) retratam que existe um dilema entre permanecer e sair do campo, as atrações são responsáveis por isso:

A saída do jovem do meio rural coloca, em geral, em evidência, os elementos de atração da vida urbana como o trabalho remunerado, horários regulares de trabalho o que possibilita tempo livre para o lazer e estabilidade financeira, existindo uma relação mais atrativa, diferente do lugar de origem, onde as situações não são muito atraentes, como por exemplo: a falta de horários regulares, a falta de férias, a percepção da atividade agrícola como um trabalho penoso, onde o indivíduo se expõe ao calor e ao frio, sendo também uma atividade com rendimentos instáveis e mal remunerada (MENEZES; SOUZA; PEREIRA, 2012, p.3).

Quando se fala sobre a saída dos jovens dos espaços rurais para os espaços urbanos é comum associar o campo a um espaço “atrasado” e sem perspectiva de vida no campo. O espaço urbano é visto como um lugar de melhores oportunidades de emprego e lazer. Existe uma ilusão em relação aos espaços urbanos, porém a migração ocorre mais pelo insucesso das atividades rurais do que o sucesso do que as vantagens dos espaços urbanos (STÜRMER, 2008).

Entre permanecer no campo e ir para os espaços urbanos existe uma relação de interesses, objetivos de cada jovem. Relações que são influenciadas pelo contexto social que os mesmos estão inseridos (SAVIAN, 2014). Ficar ou voltar para o espaço rural não é um fracasso ou uma derrota para os jovens que optam em permanecer, porém pode estar associada a uma motivação de continuar perto dos familiares e amigos, por outro lado é ter acesso a materiais que estão disponíveis nos espaços urbanos (BRUMER, 2007). A relação de permanência dos jovens está associada diretamente com as condições no espaço rural, ou seja, não depende apenas das decisões dos jovens:

É certo que essa combinação do "melhor dos dois mundos" não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional (BRUMER, 2007, p. 60).

Os pais também estimulam seus filhos a migrarem para os ambientes urbanos, para melhores condições de vida. Os discursos dos pais são uma perspectiva de mobilidade social, pois o trabalho rural aparece como inferior, a opção de permanecer se baseia em um atraso e falta de opção para aqueles que não conseguem estudar (CASTRO, 2005).

Stürmer (2008) retrata que os jovens que pretendem migrar possuem incentivos dos pais que não acreditam em um futuro no ambiente rural, assim eles pretendem que os mesmos estudem e tenham acesso a condições melhores, por meio dos estudos. É importante destacar que a educação e a formação profissional desses jovens não são importantes apenas para os ambientes urbanos, é necessário que os mesmos estudem, façam cursos universitários e profissionalizantes para aplicar na propriedade rural, afinal o espaço rural também necessita de profissionais capacitados.

Pesquisas mostram que a permanência dos jovens no campo está relacionada ao acesso precário à educação, os que conseguem estudar migram para os espaços urbanos para trabalharem, já os que ficam são na maior parte aqueles que não conseguiram terminar os estudos e permanecer se torna uma das poucas opções. Os autores Abramovay *et al.* (2001) apresentam na pesquisa, que

os jovens rapazes, que são os possíveis sucessores com idade entre 25 e 29 anos, 60 % deles estudaram apenas até a (antiga) 4ª série e o nível de escolaridade vai aumentando de acordo com as idades menores. Os autores ainda complementam que os estudos se tornam um passaporte para os espaços urbanos, já o baixo nível escolar como permanência. Os que migram, na pesquisa, apresentam um nível escolar superior do que os que permanecem no campo.

Na pesquisa de Ferrari *et al.* (2004) também acontece o mesmo processo, os jovens com idade entre 25 e 30 anos possuem interesse de seguir a vida profissional na agricultura, pois possuem relação hereditária e educacional, a maioria dos rapazes entrevistados possuem apenas até a 4ª série. Enquanto os jovens mais novos que estão no ambiente escolar, se preparam para deixar o campo pela falta de perspectiva de permanência. Outro fator que possui variação entre os entrevistados da pesquisa de Ferrari *et al.* (2004) é em relação às rendas das famílias rurais, pois se a renda da família for menor, o desejo do jovem é de migrar. Afinal, a renda é um dos fatores de influência na permanência dos agricultores no campo, além de estar relacionada ao nível escolar, pois aqueles que os pais possuem melhores condições de acesso à educação.

A falta de estudos no ambiente rural também é preocupante, como apresenta Silvestro *et al.* (2001), os jovens que serão os sucessores possuem um atraso educacional, algo prejudicial, diante aos desafios que enfrentarão no futuro. Assim, é necessário criar propostas para aqueles jovens de idade escolar, mas, também, criar programas para aqueles que pararam de estudar antes de concluir o ensino médio (*ibidem*).

O primeiro contato dos jovens rurais com os espaços urbanos ocorre pelas escolas, pois com os fechamentos das escolas rurais crianças e jovens migram diariamente para os espaços urbanos para participarem das aulas. Circulação, essa, que amplia as relações de rede e constroem novas redes sociais (CASTRO; 2005). Porém, mesmo que as escolas rurais estivessem presentes no campo elas continuam atendendo a currículos urbanizados, não valorizando as atividades rurais e a vida no campo.

A Educação do Campo seria fundamental para a permanência dos jovens neste ambiente, pois além dela se inserir no meio rural, diferentemente das escolas rurais, ela possui características que valorizam o trabalho e a identidade do agricultor. Conti *et al.* (2012) retrata que o sistema educacional brasileiro, desde muitos anos, foi voltado para atender e privilegiar as práticas urbanas, não se preocupando em atender e desenvolver políticas para as necessidades do campo. As pautas de educação no campo surgem com as lutas para melhores condições, a fim de atender uma

educação que além de estar no campo, seja do campo. Os movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Sem Terra (MST), são responsáveis pelas pautas e discussões para criação de políticas públicas voltadas para o campo.

O marco da inserção da Educação do Campo se deu à partir da LDB 9394/96, artigo 28, que apresentou possibilidades de adequações no currículo das escolas do campo (CONTI, *et al.* 2012). Os autores ainda salientam que o apoio dos movimentos sociais, universidades e secretarias de educação estaduais e municipais, ajudam a fortalecer a educação do campo, valorizando e fortalecendo o sujeito do campo.

Movimentos sociais e organizações coletivas no ambiente rural se mobilizam para criar uma educação popular, pois compreendem a importância de uma educação que discuta e valorize os saberes rurais dos agricultores. Paulo Freire, no livro *Pedagogia da Autonomia* (2002), diz que a escola e os professores precisam respeitar não somente os saberes prévios do educando, algo que é um dos pilares da educação popular, mas também as classes populares. O autor em sua obra dá exemplo sobre os conflitos presentes nos espaços urbanos, mas como isso pode ser discutido diante dos conteúdos e saberes dos alunos em relação a classe social. Mas pensando isso na dinâmica agrária, a Educação Popular se insere no campesinato, que procura criar formas de contrariar o sistema capitalista dominante, no caso do campo ou dos latifundiários. A Educação Popular no campo possui papel importante para além de trabalhar a vivência dos seus alunos, mas também que os mesmos compreendam de forma crítica sobre seu papel no campo e a exploração das classes sociais, onde o latifúndio é o dominante.

Porém esse processo não ocorre por parte da educação tradicional, que beneficia a classe dominante, ela nasce por meio dos movimentos sociais e mobilizações dos moradores locais, que se inserem na contrapartida da educação bancária e capitalista, pois esse movimento não surge dos interesses dos dominantes, principalmente em um país com a bancada ruralista e movimentos que favoreçam o latifúndio: Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a “bancada ruralista” aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional. Isso é tarefa para educadoras e educadores progressistas cumprir, dentro e fora das escolas. É tarefa para organizações não-governamentais, para sindicatos democráticos realizar. Já não é ingênuo esperar, porém, que o empresariado que se moderniza, com raízes urbanas, adira à reforma agrária. Seus interesses na expansão do mercado o fazem “progressista” em face da reação ruralista. O próprio comportamento progressista do empresariado que se moderniza, progressista em face da truculência retrógrada dos ruralistas, se esvazia de

humanismo quando da confrontação entre os interesses humanos e os do mercado (FREIRE, 2003, p.28).

A falta de escolas no campo, sejam elas rurais ou do campo, é um dos motivos pela qual a migração para os espaços urbanos ocorra. Além da influência das escolas urbanas, que contribuem para migração futura, existe também o preconceito enfrentado por esses alunos por residirem nos espaços rurais, fator preocupante, pois os mesmos começam a colocar sua moradia rural como um fator negativo. Castro (2015) retrata sobre o cansaço dos jovens e as reclamações de preconceito, pois os mesmos ao chegarem cobertos de poeiras na escola, sofrem preconceitos de professores e colegas que são classificados como “morar mal” e “chegou as poeira”.

Os alunos são limitados ao processo educacional, pois são colocados como inferiores, resultando em uma imagem de que morar no campo é negativo e está relacionado ao atraso. O preconceito também pode levar à evasão escolar desses alunos que preferem abandonar as escolas, por preconceitos enfrentados. Esses preconceitos interferem nas relações no modo de vida rural dessas crianças e jovens, que comparam os dois modos de vida (rural e urbano), conduzindo a colocar os modos de vidas rurais como inferiores aos urbanos (SPANEVERELLO *et. al*, 2011).

Outro momento de migração dos jovens para os espaços urbanos é pela procura de trabalho e renda. A independência econômica é um fator importante para o interesse e migração do campo, os mesmos não possuem uma renda própria, até possuírem seu próprio estabelecimento. Os jovens então se tornam dependentes financeiramente dos seus pais por não possuírem renda própria, suas atividades na propriedade fazem parte da “ajuda familiar”, conseqüentemente eles necessitam de pedir dinheiro para os pais, seja para comprar algo de uso pessoal ou para alguma atividade de lazer (STÜRMER). Abramovay *et al.* (1998) apresentam que das famílias entrevistadas na pesquisa, 43,7% dos casos, os filhos necessitam pedir dinheiro quando precisam e apenas 28,3% o pai dá o dinheiro como iniciativa própria. Quase metade dos entrevistados possuem mais de 21 anos, o que mostra que o pai possui quase poder absoluto sobre a família.

Mesmo que os jovens trabalhem com os pais na propriedade, eles não possuem direito ao dinheiro e das tomadas de decisões, isso ocorre pelo modelo patriarcal, que valoriza as atividades exercidas pelo homem (pai) e desvaloriza o trabalho do restante grupo familiar. Diversos estudos abordaram que a divisão sexual do trabalho na agricultura mostra que mulheres, crianças e jovens, ocupam um espaço subordinado e o trabalho realizado por eles aparecem como “ajuda”, mesmo quando as atividades são realizadas na mesma carga e função que os homens (pai) (BRUMER;

2004). Entre as relações do patriarcado no campo se dá pela função de gerenciador das produções e assim se tornando o responsável pela produção da terra.

Fica reservado ao homem realizar a ligação fundamental com a terra, garantindo a ele o poder de deliberação sobre a produção, a forma de produzir, por quem e quando produzir. Dada esta sua responsabilidade de comando, os méritos financeiros e, portanto, os resultados em termos de capital, quando positivos, ficam reservados a ele (LUSA, 2012, 98).

A vida nos espaços urbanos é apresentada como melhor opção de trabalho, renda e direitos, o que é uma ilusão, pois nada garante que ao migrar para os espaços urbanos o mesmo terá autonomia e renda que pretende. Oliveira; Rabello e Feliciano (2014), questionam sobre a não garantia de melhores condições e qualidade de vida nos espaços urbanos:

Na verdade, não há garantia. Eles saem em busca deste objetivo de vida, mas quando se deparam com a realidade que os aguarda, logo percebem as dificuldades que terão que enfrentar. Essas dificuldades vão desde a adaptação com o novo, até o enfrentamento ao preconceito que ainda existe em relação ao sujeito do campo, sempre tido como aquele sujeito “rústico”, atrasado, cuja única coisa na qual sabe trabalhar é com animais e agricultura (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 114).

Stürmer (2008) apresenta que os jovens também sofrem dificuldades nos ambientes urbanos com relatos de muitas horas trabalhadas, pelo alto custo de vida. Mesmo com essas incertezas, os espaços urbanos são colocados como melhores em relação aos espaços rurais pela sociedade. Porém, migrar para o espaço urbano pode demonstrar insegurança com o afastamento das relações no ambiente rural, de seus familiares e a perda da ligação com a propriedade familiar (SAVIAN, 2014).

3.4 A renda como permanência dos jovens no campo

Os processos de modernização no campo na década de 1970 modificaram as relações no campo e suas necessidades. Favorecendo os grandes agricultores e excluindo os pequenos produtores, levando ao êxodo rural de todas as faixas etárias. As políticas neoliberais reforçaram as relações de exportação, vários discursos e propostas políticas foram em direção às mesmas, o que contribuiu e intensificou as empresas (FREDERICO, 2012).

As transformações tecnológicas inseriram os produtores na ótica capitalista de produção:

Esse processo de transformação tecnológica, acompanhada mais recentemente pela globalização ocasionou a inserção dos agricultores na lógica capitalista de produção. Novos processos produtivos são gestados com enfoque principal centrado nos mercados globais, impondo aos agricultores a necessidade de gestão do estabelecimento,

qualificação da produção, comercialização da produção com base em bolsas de valores e mercados futuros, políticas de preços agrícolas internacionais, aquisição de bens e insumos industriais, entre outros (SPANEVELLO et. al, 2011, p. 295).

A dinâmica capitalista se expande no ambiente rural por meio da modernização, criando novas relações no campo. O que ocasionou o aumento da produtividade, adotando novas técnicas responsáveis pela diminuição de empregos (MENEZES; SOUZA; PEREIRA, 2012). Os produtores que não possuíam condições de permanecer, migraram, processo constante nos dias atuais, pois pelas dificuldades ainda presentes no ambiente rural, fazem com que o espaço urbano seja a principal alternativa.

A inserção capitalista no campo também cria novas necessidades e interesses para os jovens e produtores em geral, pois são introduzidas novas relações de trabalho, consumo e modo de vida. A modernização cria, então, uma nova esfera para a permanência de jovens no campo, pois não basta apenas ter acesso à terra, mas que o mesmo tenha condições de produzir e se inserir na produção agrícola. O fator renda colabora para a permanência dos jovens no campo, pois se os mesmos têm condições de produzir e obter renda, torna-se mais viável sua permanência. Os incentivos econômicos e de renda são importantes para que ocorra a sucessão geracional, os que não conseguem suficiente para reprodução e manutenção familiar, migram para os municípios próximos (KIYOTA; PERONDI 2014).

Para conseguirem obter renda e permanecer no campo, esses agricultores têm a necessidade de se inserir no modo capitalista de produção, pois as dinâmicas e funções da terra foram alteradas. Pelo alto custo da produção e investimentos para os agricultores familiares, os produtores de modo geral, possuem dificuldades de permanecer nos espaços rurais e no modo de produção.

Savian (2014), aponta as dificuldades para obtenção de renda dos jovens no campo:

As atividades ligadas à agropecuária encontram na atualidade diversas dificuldades na produção (acesso à tecnologia, custo dos insumos, problemas climáticos, entre outras) e na comercialização (inserção no mercado e preços baixos dos produtos agrícolas), que influenciam na obtenção de renda. Além disto, estas atividades contam com a sazonalidade na obtenção de renda e a dependência das condições naturais (p.101).

Importante destacar que o trabalho agrícola não é fácil, o clima pode interferir diretamente na produção, prejudicando a renda familiar. O modo de vida do agricultor familiar não deve ser observado de forma romantizada, em que a produção ocorre nos fins de semana, pois as mesmas vem tornando-se uma importante atividade econômica, competitiva, que necessita de planejamento e bastante trabalho (TOLEDO; ZONIN, 2021).

A falta de renda nos espaços rurais tem feito com que os jovens não tenham perspectivas de continuarem nos espaços rurais. As atividades econômicas desenvolvidas por eles são observadas como insuficientes. (SAVIAN, 2014). Os autores Silvestro *et al* (2001) retratam em suas pesquisas, realizada no oeste de Santa Catarina, que existem maiores rendimentos na produções dos pais, se torna mais viável em continuar no ambiente rural, enquanto os de menores rendimentos, dependerão de providência políticas que assegurem créditos e acesso à terra e na produção.

Os trabalhos nos espaços urbanos normalmente garantem um salário fixo, direitos trabalhistas, férias, o que é visto com bons olhos pelos jovens rurais. Stürmer (2008) aponta que as atividades agrícolas comparada a outras atividades possui relação negativa, destacando os aspectos negativos apontado pelos jovens:

Entre os aspectos negativos, são destacados: a ausência de férias, de fins-de-semana livres e de horários de trabalhos regulares; a atividade agrícola penosa, dura e difícil, submetendo os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis; e os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios; além de pouca opção para diversão (STÜRMER, 2008, p.99).

Stürmer (2008) também salienta que os jovens entrevistados em sua pesquisa, em Barra Bonita (SC), permaneceram no campo se tivessem oportunidades de realizar atividades também não-agrícolas. As atividades não-agrícolas contribuem para a renda familiar e para os investimentos da agricultura e permanência dos agricultores no campo, já que as atividades agrícolas, em alguns casos, se tornam insuficientes para a renda familiar.

Kiyota e Perondi (2014) também abordam sobre as queixas dos jovens, em relação às horas trabalhadas, visto que enquanto os trabalhos dos espaços urbanos possuem horários para entrar e sair, os trabalhos rurais não possuem hora para acabar suas atividades, que são realizadas todos os dias da semana sem descanso e lazer.

Os jovens que conseguem renda no campo são os mesmos a permanecerem. Portanto, em algumas cooperativas e associações são criadas estratégias para a permanência dos jovens no campo, pois compreendem a importância dos mesmos para a produção agrícola e participação. Lemos (2019) apresenta em sua pesquisa que a cooperativa COOPFAM tem criado mecanismos para a permanência dos jovens na produção cafeeira, sobretudo na produção orgânica. São criados cursos e discussões com os jovens na cooperativa, para incentivo da participação dos mesmos, o que é bem vista pelos pais dos jovens, que esperam que os filhos deem continuidade na produção

cafeeira orgânica. Um fator que contribuirá para a permanência desses jovens é pela produção dos pais estar possuindo bons resultados, principalmente pela valorização do preço final do café orgânico. A criação de produções familiares, como a produção orgânica, produção de qualidade, agroturismo, entre outros, pode criar como alternativa de emprego e renda no campo (STÜRMER, 2008).

A pesquisa de Boessio e Doula (2016), também retrata o papel da cooperativa COOPA/MG (Cooperativa Agropecuária de Patrocínio), cooperativa do Triângulo Mineiro, que influencia na permanência dos jovens no campo. A cooperativa tem oferecido cursos e incentivado a participação dos mesmos na cooperativa, como forma de permanência.

Ou seja, onde existe uma valorização e participação dos jovens, há a perspectivas de permanecer, principalmente quando estes percebem que possuíam condições de renda e trabalho na produção rural. E as cooperativas possuem importante papel para a permanência dos jovens no campo

Por fim, a renda é um dos importantes fatores de permanência dos jovens no campo, porém não é a única, todas as relações presentes dentro e fora da propriedade também são fatores que podem interferir nas escolhas de permanência e de sucessão dos jovens rurais. Sobre tudo, a juventude é múltipla, então suas escolhas podem ser diversas, de acordo com seus interesses, suas relações sociais e espaços onde estão inseridos.

A cafeicultura é importante produção para o espaço agrário brasileiro, já foi a principal produto de exportação, porém mesmo que não seja a principal *commodities*, ela possui o papel econômico para algumas regiões do país, entre elas a do Sul de Minas Gerais, região com maior produção e que tem empregado diversos produtores rurais e gerado renda para os mesmos e permanência dos produtores diante de bons resultados. Assim, no próximo capítulo será apresentado sobre a cafeicultura e as transformações diante do espaço agrário brasileiro e as dinâmicas que a compõem como o cooperativismo e produções.

4. CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS: DA MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA À ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO

A partir dos anos de 1970 surge um processo de aceleração dos fluxos mundiais. A mundialização é a interação crescente das partes do mundo, acelerando as trocas, criando desenvolvimento em tecnologias da informação, comunicação e transporte (BENKO; PECQUER, 2001). Os autores também salientam que, para alguns, a mundialização é a continuação de um sistema já existente e para outros é um marco para o novo período.

Para Oliveira (2016) a mundialização é mais uma nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista com intuito de criar uma nova divisão internacional do trabalho e organização territorial do capitalismo. As relações centrais nessa nova dinâmica não se encontram presente apenas em um lugar específico, mas onde for do interesse do capital, o centro deixa de ser apenas nos países ricos e passa ser em todo lugar de possível conexão nacional e mundial:

Os capitalistas das empresas mundiais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da empresa mundial não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão (OLIVEIRA, 2016, p.89).

A agricultura também sofre processos de transformações diante da mundialização do capitalismo monopolista. Essa transformação é marcada pela modernização agrícola que obteve o Estado como principal implementador. Oliveira (2015) aponta dois movimentos que caracterizaram o processo de industrialização no campo, que transformaram as relações de produção e a estrutura econômica agrária. São eles a mundialização da agricultura e o neoliberalismo:

O neoliberalismo tem sido uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas. Trata-se, pois, de uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial. Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais etc (OLIVEIRA, 2014, p.230).

A mundialização da agricultura altera as dinâmicas territoriais, modernizando e criando novas condições que beneficiam o capitalismo. Raffestin (1993) aborda que o espaço deve ser entendido anterior ao território, pois o território se forma a partir das relações conduzidas por um

ator no espaço. Tornando-se o território: “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O espaço torna-se importante elemento para as relações territoriais em que o ator conduz suas ações de acordo com seus interesses. Raffestin (1993) aborda que essas ações e comportamentos traduzem uma “produção territorial”, onde os indivíduos ocupam pontos no espaço que são distribuídos de formas aleatórias, regulares e concentradas, com diferentes distâncias, compreendido em termos espaciais:

A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações (RAFFESTIN, 1993, p.151).

O processo hierárquico impõe e mantém várias ordens, as quais originam as relações de poder. Melo (2021) aborda que o território possui diversas relações de poder que se refazem apresentando novos territórios que se relacionam com os interesses dos atores que produzem o espaço. Assim, o território modifica-se por meio dos atores que exercem poder, esses são os mesmos que coordenam os espaços.

A mundialização da agricultura no monopólio capitalista abriu espaços para multinacionais, cooperativas e demais indústrias, que criam relações de poder e dominam as dinâmicas do território. A monopolização do território por essas empresas agroindustriais controlam a produção e os produtores, sem produzir no campo. Oliveira (2016) aponta que essas empresas nacionais e multinacionais são as controladoras da produção, de produtos que elas nunca produziram, porém são consideradas delas:

Essas empresas monopolistas atuam como tradings e passaram a denominar a ação de comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais, através do mecanismo de "dar origem a" ou originar (originate). Ou seja, são as multinacionais ou empresas nacionais mundiais que passam "a dar a origem" aos produtos que nunca produziram, mas para o mercado mundial, são "delas" os produtos (OLIVEIRA, 2016, p.233).

A monopolização do território surge como uma das dinâmicas de avanço do capitalismo no campo, que no Brasil, tiveram projetos e políticas que implantaram a modernização e favoreceram

o agronegócio e as indústrias mundiais, fazendo com que os produtores rurais ficassem reféns de um sistema que os inclui como subordinados diante das grandes corporações.

As relações territoriais se alteram para atender as dinâmicas capitalistas, sejam elas pela mundialização do capital ou por alternativas de comércio que surgem pela concorrência. Cria-se, assim, a necessidade de se alterar e modificar, como acontece com a produção de cafés especiais, aumentar no mercado e diminuir a concorrência. Vemos, então, que se faz necessário a diferenciação do produto como forma de recurso para ampliar a concorrência:

O destaque dado às formas novas da concorrência, e principalmente à concorrência pela diferenciação da oferta, pode conduzir à proposição de uma tipologia dos fatores de concorrência levando em conta está diferenciação e que não seja necessariamente a priori marcada por uma escolha prévia exclusiva do campo desta concorrência: concorrência entre espaços econômicos (país ou regiões) ou concorrência entre firmas ((BENKO; PECQUR, 2001, p.41).

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é apresentar como a mundialização transformou o espaço agrário brasileiro, favorecendo o agronegócio e a produção de *commodities*, dando destaque a cafeicultura, produção inserida no município da pesquisa. Apresentando sobre o cooperativismo e como o mercado cafeeiro se alterou para atender as dinâmicas do mercado globalizado e se tornando em alguns casos alternativa aos produtores rurais.

4.1 Mundialização da Agricultura Brasileira

A agricultura brasileira passou por transformações com a inserção do capitalismo, sobretudo com a modernização agrícola, baseada na Revolução Verde, ocorrida após a década de 1960, criando, assim, novas relações e necessidades para espaço agrário, fortalecendo a relação da agricultura e indústria com complexos agroindustriais. O processo de Revolução Verde no país se tornou um marco para a entrada do capital no campo.

A modernização agrícola pela Revolução Verde, com a adição dos produtos químicos, insumos e as variedades de sementes modificadas, não levou apenas os impactos ecológicos, mas como também impulsionou a dependência das empresas multinacionais produtoras de insumos agrícolas por maquinários, sementes e entre outras (ALBANO; DE SÁ, 2011). Os autores ainda salientam que as empresas multinacionais que receberam ajuda do Banco Mundial em 1970, criando o Grupo de Consultoria Internacional de Pesquisa Agrícola (GCIPA), desenvolveram sementes modificadas para os países subdesenvolvidos, sementes essas que dependiam de

fertilizantes das grandes multinacionais. Criando assim, uma dependência entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

A Revolução Verde, iniciou-se em 1940, porém só ganhou força em países subdesenvolvidos, principalmente o Brasil, nos anos de 1970, que obteve importante apoio governamental para os pacotes tecnológicos. Coguetto (2014) aborda que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1973, foi a principal responsável pela entrada de pacote de técnicas no país. Além da EMBRAPA, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), os incentivos à formação de cooperativas, e os créditos fornecidos para financiar a compra de pacotes tecnológicos, foram importantes ações que Estado realizou para a implementação da Revolução Verde e os pacotes tecnológicos no país (MELO, 2021). O Estado foi o principal responsável por articular a modernização agrícola e a formação de complexos agroindustriais, fornecendo créditos, adotando novas bases técnicas, a articulação entre as empresas públicas e as pesquisas (FREDERICO, 2013).

A articulação entre o sistema de assistência técnica e extensão rural surge como um processo de integrar a modernização à inovação agropecuária (DELGADO, 1985). Surgem, também, políticas públicas que favoreciam o uso dos agrotóxicos, deixando os produtores rurais “reféns” das multinacionais, nomeado de Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), lançado em 1975, que fazia parte das políticas de modernização da agricultura (ibidem).

As políticas e programas para modernização agrícola não possuíam interesse de um desenvolvimento rural e uma retribuição de terra, ao contrário, essas políticas contribuíram para o desenvolvimento das indústrias de maquinários e implementos agrícolas, atendendo às dinâmicas dos países capitalistas, principalmente norte-americanas.

Os Complexos Agroindustriais (CAIs), entre os anos de 1960 e 1980, se consolidaram diante da modernização agrícola. Para Delgado (1985) o surgimento e consolidação dos Complexos Agroindustriais surgiu com novos interesses sociais, são articulados com um novo bloco de interesses rurais, destacando a participação do capital industrial, do Estado e das grandes propriedades. Cria-se então um novo modelo agrícola com o objetivo de integrar a agricultura ao setor industrial. Um elo, então, entre as indústrias de maquinários, fertilizantes e insumos para a agricultura.

Os complexos agroindustriais criam um novo processo de acumulação em uma dinâmica para atender o capital, que não atendem somente os mecanismos internos como apresentado por Graziano da Silva (1996):

O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Esta não será mais tarefa de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim do sistema financeiro instalado, o qual se torna um parâmetro para soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia. Em outros temas, a modernização da agricultura requer a existência de um sistema financeiro constituído (concretizado inicialmente no SNCR) para que possa ser viabilizada e, ao mesmo tempo, esse sistema passa a ser fundamental na soldagem dos CAIs com o movimento global da acumulação (p.26).

Um importante sistema financeiro para introduzir a modernização agrícola dos produtores foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que surgiu em 1965, como é apresentado por Delgado (1985), um sistema de créditos para financiamentos de meios de produção industriais com condições atrativas ao produtor e mais vantajosas para as indústrias, que permitiam o Estado bancar a expansão de crédito rural. Processo que contribuiu diretamente com as indústrias, que se beneficiam com as vendas dos maquinários.

Oliveira (2010) aponta o papel do Estado capitalista, que mediou o processo da adição do consumo de fertilizantes no país, por meio do sistema bancário. O autor ainda salienta que o próprio empréstimo do Banco do Brasil conduzia os produtores a utilizar os adubos químicos, no qual 15% dos empréstimos deveriam ser voltados para a utilização dos adubos. Os empréstimos não beneficiam os produtores diretamente, mas o capital industrial, pois o dinheiro não chega na mão do produtor.

Esse processo contribuiu para a territorialização das grandes agroindústrias que dominaram o espaço agrário brasileiro. A mundialização da agricultura levou o país a ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com uma dependência do setor monopolista agroquímico, o produtor se torna o principal dependente desse sistema destinando sua renda para as empresas multinacionais agroquímicas, podendo, dessa forma, se levar ao endividamento (MELO, 2021).

As políticas nacionais e as demandas do mercado externo criaram novos padrões na agricultura, os produtores foram levados a se inserirem na produção tecnológica. Porém, a modernização agrícola não ocorreu de forma homogênea, pois nem todos os produtores tiveram

condições de inserir-se no modo de produção, principalmente os pequenos produtores que não conseguiram acompanhar as mudanças tecnológicas e de mercado.

A homogeneização também não é presente nas regiões do país que possuem uma centralidade das *commodities*, principalmente no Centro-Sul com a ampliação da monocultura da soja, que possui multinacionais e demais empresas para atender a dinâmica capitalista que monopolizou as regiões. Assim, as regiões passaram a se especializar no cultivo de um único produto, criando, então, regiões competitivas que se articulam para atender os interesses do capital e das exportações, modificando suas relações e configurações previamente existentes. Além desse processo de atender os interesses do capital, muitas regiões recebem mais investimentos do que as outras, o que pode configurar ainda mais competitividade, fazendo com que, assim, as regiões sejam mais competitivas do que cooperadas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Cogueto (2014) apresenta em sua pesquisa como a Revolução Verde e a formação e consolidação dos CAIs reestruturaram o espaço agrário brasileiro, na medida que os pacotes tecnológicos ganharam espaço no campo, as produções aumentaram. Pelo aumento da produção, surge o interesse de ampliar as exportações, assim, a agricultura brasileira configurou-se para atender os interesses das dinâmicas internacionais com produtos e valores estipulados internacionalmente. Os complexos industriais em conjunto a modernização pela Revolução Verde se tornaram responsáveis pela integração da agricultura e a indústria, como também das distribuições e comércio (FREDERICO, 2013).

A dinâmica na produção agrícola se altera, passando a ser destinada à produção de *commodities*, atendendo as demandas agroindústrias (COGUETO, 2014). Essa ocupação e sucessivamente desvalorização da produção dos produtos essenciais prejudica os pequenos produtores, que por não conseguirem se inserir na produção de *commodities*, leva os produtores a venderem suas terras para latifundiários e empresas, migrando para os espaços urbanos à procura de oportunidades.

Na década de 1990 o sistema de *commodities* se intensificou no Brasil, além de configurar o sistema econômico influenciou, também, em novas relações regionais, criando, assim, novas dinâmicas territoriais com produtos e preços padronizados mundialmente. A *commodity* foi uma criação econômica que surgiu nos Estados Unidos, porém não deve ser entendida apenas como uma invenção econômica com padronizações mundiais com preços cotados internacionalmente, mas como apresenta Frederico (2012):

Trata-se também de uma expressão política e geográfica, que resulta na exacerbação de especializações regionais produtivas enfraquecendo e submetendo o produtor local - pelo menos quando se trata de commodity agrícola - a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual não exerce nenhum controle, favorecendo os compradores ou as grandes empresas de comercialização (tradings). A lógica das commodities opõe agentes atrelados ao lugar ou região aos agentes que atuam em rede na escala mundial, acarretando numa vulnerabilidade social, econômica e territorial (p.7).

O neoliberalismo foi importante para a estruturação da mundialização do capital nos países não desenvolvidos. As políticas neoliberais no Brasil foram importantes para a estruturação da monopolização do capital, que contribuiu com a entrada das indústrias internacionais. As dinâmicas neoliberais dos países “poderosos” criaram interesses nos demais, gerando uma nova ordem de um mercado globalizado, monopolizando o capital. Para Chesnais (1997) os fundamentos da mundialização são tanto políticos como econômicos, a forma que o mercado encontra-se atualmente se tornou possível pelas políticas dos Estados capitalistas, criando um domínio do mercado financeiro:

Sem a ajuda ativa dos Estados, os FMN e os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual eles gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar das novas (CHESNAIS, p.11).

A mundialização do capital intensifica as dinâmicas hierárquicas entre os países, os principais países capitalistas continuam dominando as relações de mercado. As relações de poder, ao mesmo tempo que descentralizam dos Estados emergentes, centraliza nos Estados capitalistas. Chesnais (1997) aborda que os recursos financeiros monopolizam os mecanismos com a reconstrução do mercado financeiro, capazes de dominar o capital de investimentos financeiro das empresas. Assim, os mecanismos da mundialização intensificaram as relações da divisão internacional do trabalho, criando uma dependência dos países emergentes para os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos.

O neoliberalismo criou dinâmicas que facilitaram a entrada das multinacionais nos países. Melo (2021) discute que na teoria, o neoliberalismo, tem a função de diminuir ao máximo a participação do Estado na economia, porém o Estado não deixou de participar e criar políticas públicas para a agricultura, pelo contrário, participou ativamente criando políticas e dinâmicas que contribuíram para a entrada das multinacionais, que obtiveram maior favorecimento nos incentivos fiscais, sobretudo, o financiamento do agronegócio com crédito abundante para o setor (Tabela 6).

Tabela 6 - Contratos realizados para crédito rural no Brasil, 2017 (Mil R\$).

Faixa de Valores	Quantidade de contratos	%	Valor contratado	%	Valor médio por contrato
Até 10,00	640.113	40,08	2.749.195,60	1,69	4,29
10,01 a 20,00	242.584	15,19	3.634.391,57	2,23	14,98
20,01 a 30,00	133.473	8,36	3.340.582,33	2,05	25,02
30,01 a 50,00	157.945	9,89	6.288.658,58	3,86	39,81
50,00 a 100,00	177.578	11,12	13.199.339,37	8,09	74,32
100,01 a 200,00	108.856	6,82	15.508.420,61	9,51	142,46
200,01 a 300,00	44.057	2,76	11.057.022,28	6,78	250,97
300,01 a 500,00	43.232	2,71	16.906.987,48	10,37	391,07
500,01 a 1.000,00	30.583	1,91	21.909.943,72	13,43	716,40
1.000,01 a 2.000,00	12.058	0,76	16.812.905,11	10,31	1.394,33
2.000,01 a 3.000,00	2.748	0,17	7.035.766,98	4,31	2.560,32
3.000,01 a 5.000,00	1.659	0,10	6.801.845,17	4,17	4.099,96
Acima de 5.000,00	2.188	0,14	37.865.044,28	23,21	17.305,77
TOTAL	1.597.074	100	163.110.103,16	100	102,3

Fonte: Borges e Parré (2022). Matriz de Dados do Crédito Rural (Banco Central do Brasil, 2019)

O uso do crédito rural no Brasil é desproporcional, a tabela 6 mostra uma divergência de valores e o quantitativo de agricultores beneficiados. No crédito rural até 100 mil reais, foram feitos 1.351.693 de contratos, totalizando 84,64% do total dos contratos. Entretanto, todo esse montante de agricultores se beneficiou apenas com 17,92% do crédito.

Os maiores contratos de crédito rural estão concentrados nas grandes propriedades e empresas que participam ativamente do agronegócio. Os créditos acima de 1 milhão de reais foram

concedidos para 18.653 agricultores ou empresas, somando apenas 1,17% dos contratos. Entretanto, o crédito para essa faixa foi de 68 bilhões e meio de reais, correspondendo a 42% do crédito total no país.

Na década de 1990, o Brasil intensificou o sistema de *commodities*, influenciando a economia nacional e regional. As políticas de cunho neoliberal no país reforçaram as relações de exportação, principalmente de *commodities*. O Estado criou políticas que facilitam as atividades das empresas, principalmente favorecendo o agronegócio e criando novas dinâmicas da divisão do trabalho (FREDERICO, 2012). Para o autor, além de serem políticas que favorecem a produção de *commodities*, elas desfavorecem os pequenos produtores locais.

O agronegócio possui uma relação estratégica no espaço e cria-se cadeias produtivas que necessitam de importantes investimentos do capital, com isso as relações no espaço são modificadas a fim de atender os interesses e dinâmicas do capital. O agronegócio muda as relações de uso e troca nos espaços rurais, para atender às ordens do mercado externo, o que é diferente do uso do território dados pelos produtores rurais.

Nessas dinâmicas as empresas multinacionais acabam dominando as relações dos lugares, trazendo assim novas funções para o território. O processo de mundialização agrícola favorece o crescimento dos latifúndios, o que, diferentemente, ocorre com as políticas que beneficiam a produção de alimentos.

Uma característica da mundialização da agricultura é o processo de financeirização, e este vai se diferenciando, no sentido da obtenção e manutenção, concentrando cada vez mais com grandes proprietários, empresários e multinacionais. Os recursos financeiros do Estado drenam cada vez mais para os negócios internacionais do agro, enquanto a produção de alimentos que abastece a população brasileira, vive com a escassez de auxílios e políticas que incentivem a agricultura familiar. (ALVES; LINDNER, 2020, p.437).

O Estado tem importante papel para as dinâmicas e para as configurações do espaço, cabe os interesses desta instituição em criar políticas que atendam essas necessidades. Frederico (2012, p.14) aponta que:

A atuação do Estado é fundamental para o uso e a organização do território. A análise das políticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, revela a cooperação entre Estado e grandes empresas, sobretudo, no que diz respeito à produção e exportação de *commodities*.

Se o Estado for capitalista vai criar formas de entender os interesses do capital, favorecendo as empresas.

A reprodução do capital cria cadeias produtivas em múltiplas escalas espaciais, os circuitos espaciais produtivos estabelecem relações comerciais com mercados globais, essas influências externas criam conflitos territoriais. Cria-se então uma nova ordem mundial que o capitalismo monopoliza configurando, então, em uma nova divisão mundial do trabalho, organizando o território a partir dos interesses do capital, com novas relações de poder (OLIVEIRA, 2016). Além de ampliar as fronteiras territoriais e configurar os espaços de produção, essa nova dinâmica capitalista modifica as necessidades do lugar, pois os mesmos se modificam para atender os interesses do capital. Para Frederico (2012) a modernização agrícola é uma das principais responsáveis por criar essas relações competitivas:

A modernização e a expansão da produção agrícola no território brasileiro têm levado à constituição de regiões competitivas, especializadas na produção de determinadas *commodities* agrícolas, que passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de fatores produtivos que conferem maior eficiência produtiva e integração competitiva desses produtos e regiões aos mercados internacionais (FREDERICO, 2012, p.11).

O agronegócio possui importante relação estratégica no espaço, pois ele insere cadeias produtivas que necessitam de importantes investimentos de capital. Conduz os produtores a modificarem seus modos de produção, deixam de produzir alimentos essenciais, para dar espaço a monocultura de *commodities*. Dessa forma, a agricultura familiar busca formas de permanecer no campo.

Schneider e Niederle (2008) retratam que, com que o processo de mercantilização e a entrada dos agricultores familiares ao mercado, reduzem a autonomia dos produtores, que passam a necessitar da compra de insumos, maquinários, para a venda da produção, como forma de sua reprodução social. Porém, à reprodução social tornam-se dependentes das relações internacionais, pois as culturas e valores são direcionadas de acordo com os interesses do mercado externo, deixando os produtores reféns dessas escolhas.

Esse processo modifica as relações dos produtores com o campo, que configuram suas produções para se inserirem no mercado, recebendo valores do seu trabalho de acordo com tabelas internacionais, deixando-os, assim, reféns do agronegócio. Para Schneider e Niederle (2008) o processo de mercantilização configura o ambiente social e econômico, o território, consequentemente quanto maior a relação de mercado no território, maior será a pressão para um padrão do seu funcionamento.

4.2 O papel econômico da cafeicultura e as alternativas de mercado

As políticas públicas no Brasil consolidaram as produções de *commodities* com as implementações da modernização. Entre as exportações por *commodities* está o café, possuindo importante papel econômico no país, além de ser o maior produtor e exportador para o e do mundo. O café desenvolveu importante papel econômico e social no país, durante anos foi o maior responsável pela produção de riquezas e permanência do homem no campo (FONTES, 2001).

A década de 1960 marcou uma importante fase da mudança econômica e política que foram transformadas. As políticas transformadas ocorreram através do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e do Instituto Brasileiro de Café (IBC), que criaram políticas para a modificação das bases técnicas e de produção (COGUETO, 2014). Esse período também marcou o grande volume de exportação de café, correspondendo a 40% das exportações mundiais (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2012), que levaram o café a se tornar uma das principais *commodities* do país. Em 1962 foram criadas a Organização Internacional do Café (OIC) e os Acordos Internacionais do Café (AIC), criadas pelo Estado com a funcionalidade de estabelecer os preços internacionais de café entre os países produtores e exportadores.

Com o fim dos Acordos Internacionais de Café em 1989 ocorreu uma queda dos preços, e a participação dos produtores, que durante os acordos os consumidores obtinham metade do valor final a outra metade era destinada ao produtor, com o fim dos acordos, a renda do consumidor aumentou para 75%, enquanto a participação dos cafeicultores passou para 13% (FREDERICO, 2013).

O fim dos AIC's foi também marcado pela diminuição do preço do café no mercado internacional, os produtores tiveram o preço da sua produção reduzido. A qualidade da produção de café também foi importante para esse momento, pois os demais países aderiram a qualidade dos cafés e o Brasil se viu na necessidade de ampliar suas produções melhorando, assim, seus produtos para competir com os demais países exportadores.

A partir da década de 1990 o mercado mundial de café, que era controlado pelos Acordos Internacionais de café, passam a ser monitorados pelas empresas de torrefação e *trading*s, que substituíram as antigas negociações (FREDERICO, 2013). Cria-se, então, um oligopólio no mercado, pois ocorre a abertura de negociações para os grupos estrangeiros, que concentram seus mercados diante das empresas nacionais. Com o comércio voltado para as empresas transnacionais os produtores começaram a produzir em maior escala para, dessa forma, se inserirem no mercado

internacional, o que ocasionou em piores condições de trabalho e da remuneração dos trabalhadores rurais (COGUETO, 2014).

As políticas neoliberais intensificaram as exportações, principalmente da soja que se tornou a maior *commodity* do país, com volumes de exportação que beneficiam as grandes corporações e latifundiários que conseguem se inserir na produção totalmente mecanizada e modernizada. Mesmo não estando como principal produto exportador, o café possui importante papel econômico, principalmente nas regiões onde está inserido.

A cafeicultura no Brasil, além de possuir importante papel econômico para o mercado interno e externo, também tem papel para o desenvolvimento social por ser uma produção, em grande parte, de agricultores familiares, agregando, assim, um grande número de mão de obra (KALAKI; NOGUEIRA, 2015). Por ano, são gerados 8,4 milhões de empregos em todas as áreas de produção, em Minas Gerais, maior produtor de café do país, são gerados 4 milhões de empregos (COOPERCAM, 2021). Em relação a mão de obra é necessário destacar sobre o trabalho de migrantes nas colheitas, principalmente no Sul de Minas Gerais, que necessita de maior volume de mão de obra por conta do relevo montanhoso, o que dificulta a mecanização. Porém, existe por parte de algumas propriedades a exploração da mão de obra dos migrantes, que se alojam e têm condições de trabalho precárias.

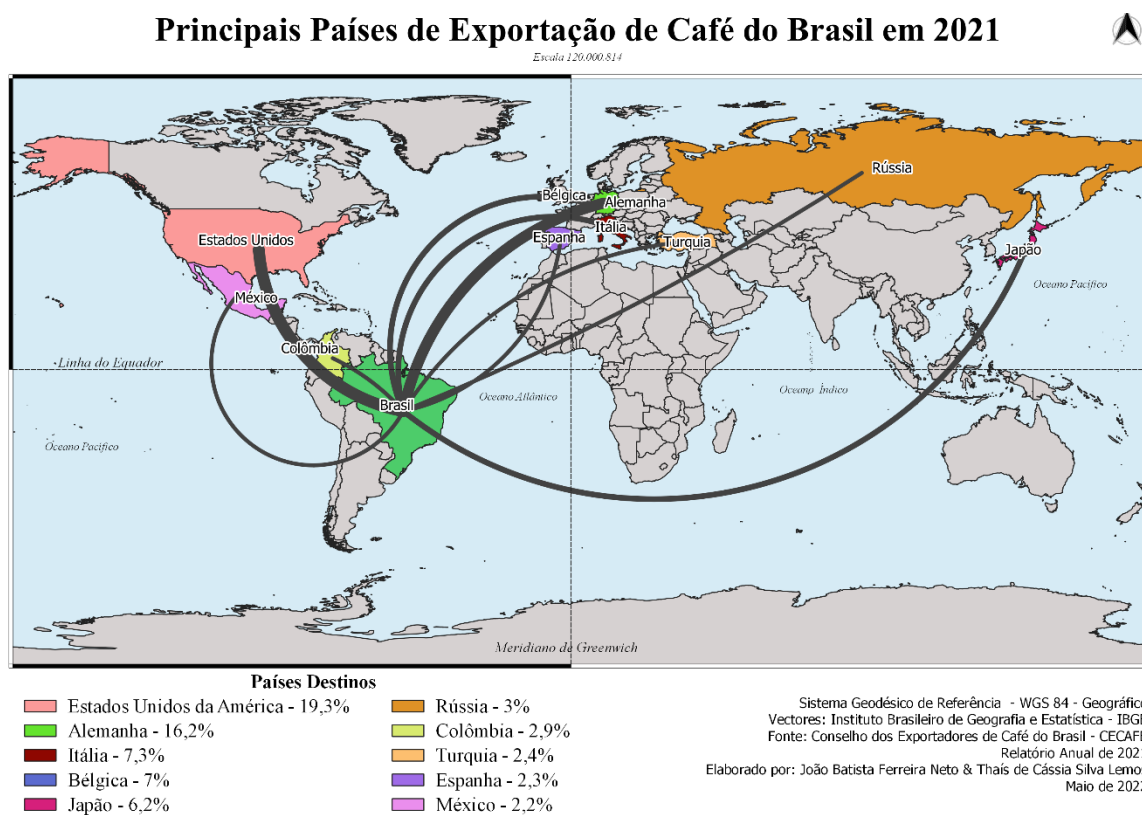
Alves e Lindner (2020) apresentam que entre os anos de 2003 a 2018, foram 667 casos de trabalhadores, localizados em 33 municípios da região do sul de Minas, que foram resgatados em situações análogas à escravidão, a situação é freada apenas por meio das denúncias e divulgação na mídia, levando a suspensão da venda e exportação dos fazendeiros. Os autores ainda apontam que a maior parte dos migrantes escravizados são do norte de Minas e da Bahia, a exploração tem início desde a seleção dos trabalhadores até a chegada deles nos municípios.

Em relação às exportações, no ano de 2019 foram exportados 40,6 milhões de sacas de café para 128 países, o que gerou US\$ 5,1 bilhões na receita cambial do ano e o volume de exportação de 2019 teve um crescimento de 13,9% em relação ao ano de 2018 (EMBRAPA, 2020). O café possui importante papel nas exportações no país, gerando saldos positivos na balança comercial, no ano 2019 as exportações totalizaram US \$223,99 bilhões destes US\$5,1 bilhões são referentes ao café que, assim, totalizam 10,9% do saldo total da balança comercial (Idem). No ano de 2020 o Brasil exportou 44,5 milhões de sacas de café (somando café verde, solúvel, torrado e moído), o que levou o país ao recorde de exportação com um aumento de 9,4% em relação ao ano anterior.

Isso gerou US \$5,6 bilhões na receita cambial, com alta de 10,3% em relação ao ano de 2019, com preço médio da saca de US \$126,52 (CECAFÉ, 2020). Mostrando que ano após ano a exportação de *commodities* de café vem crescendo no país, mesmo diante da pandemia enfrentada em 2020 pelo Covid-19.

Já no ano de 2021 ocorreu uma queda em relação aos anos anteriores, com queda de 9,7% a menos do que em 2020, com a exportação de 40,3 milhões de sacas. Mesmo com a queda nas exportações a receita aumentou, pois as vendas movimentaram US \$6,242 bilhões, isto é, 10,3% a mais do que o registrado no ano anterior. Esse processo de diminuição de um ano para o outro é natural na cafeicultura, por se tratar de uma produção bienal, faz com que em um ano ocorra uma maior produtividade já no ano seguinte ocorra uma queda, como uma recuperação natural do fruto. Outro fenômeno que pode contribuir para essa queda são os fatores climáticos que interferem diretamente no fruto. Mesmo com essa transição, a exportação de 2021 está entre o terceiro maior volume revertido ao exterior na história do país (CECAFÉ, 2021).

Figura 4 - Principais Países de Exportação de Café do Brasil em 2021

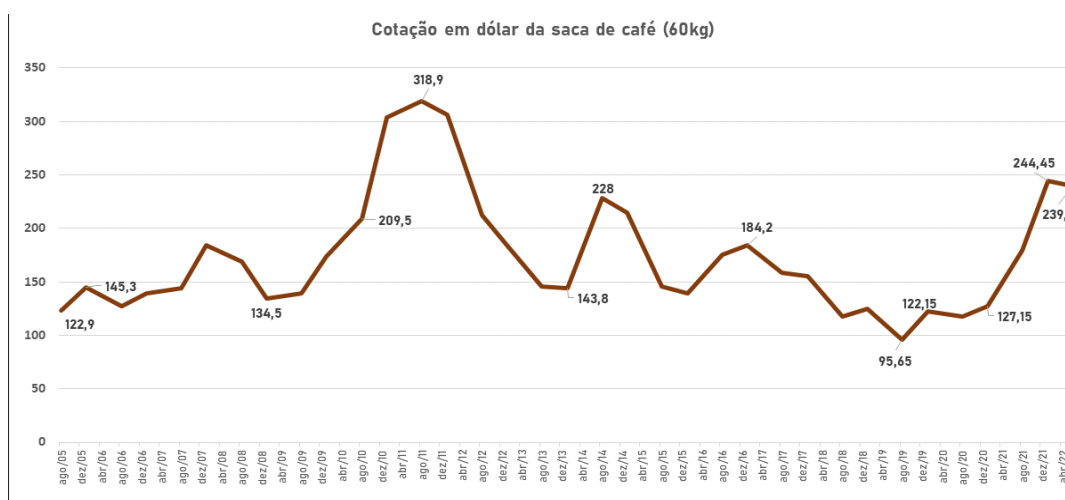


Fonte: Relatório anual CeCafé - Elaborado Ferreira Neto e Lemos (2022).

No ano de 2021 o Brasil exportou de janeiro a dezembro para 122 países, com destaque na exportação para o continente Europeu com 49,9% de participação na exportação com 20.141.097 (sacas de 60 kg), seguindo da América do Norte com 23,5% com 9.473.476 sacas; Ásia com 16,5%, com 6.649.309 sacas; América do Sul com 6,4% com 2.583.866 sacas; África com 2% e com 825.646 sacas; Oceania com 1% e com 413.807 sacas; América Central com 0,7% e com 284.502 sacas (CECAFÉ, 2021). Os principais 10 países que o Brasil exportou o café, como observamos na figura 4 são os Estados Unidos da América com 7.781.06 sacas, correspondendo 19,3%, seguidos pela Alemanha 6.538.674 sacas com 16,2%; Itália com 2.943.000 sacas com 7,3%; Bélgica 2.838.562 sacas correspondendo a 7%; Japão 2.509.122 sacas representando 6,2%; Rússia 1.211.576 sacas com 3%; Colômbia 1.157.228 sacas com 2,9%; Turquia 983.662 sacas com 2,4%; Espanha 947.576 sacas com 2,3% e México 894.647 sacas com 2,2%.

No gráfico 9 podemos observar a cotação do valor do café, em sacas, em dólar e conseguimos analisar as oscilações dos valores das sacas do café de Agosto de 2005 a Abril de 2022. Os produtores acabam ficando “reféns” de um sistema de produção que determina os valores a serem pagos pela produção. Isso ocorre pela oscilação dos preços do mercado externo, levando os produtores a venderem seus produtos com preços estipulados na bolsa de valores internacional e o que pode interferir diretamente na renda familiar.

Gráfico 9 - Valor da saca de café em Dólar cotado pelo B.M & F BOVESPA, 2005-2022.



Fonte: B, M&F BOVESPA. Elaboração: Flamarion Dutra Alves

Nesse contexto, temos Minas Gerais que é a maior produtora de café do país, sendo que sua produção se efetivou a partir da década de 1970. Processo que ocorreu pelo Plano de Renovação dos Cafezais originado pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC) pela ocorrência de geadas nas principais áreas de produção de São Paulo e Paraná, principais até então produtoras de café.

A cafeicultura chegou no estado pela região da Zona da Mata que por muitos anos foi considerada a principal produtora do estado, a chegada por essa região se deu pelo deslocamento da produção na região do Vale do Paraíba localizado no estado do Rio de Janeiro (FONTES, 2001). As estradas abertas no século XVIII ligavam Minas Gerais aos portos do Rio de Janeiro, Paraty e Angra dos Reis, cruzavam a região onde desenvolvia a cafeicultura, a relação de meio de transportes de mercadorias (tropas de mulas) serviram para a expansão cafeeira (FILETTO, 2000).

Nesse sentido Minas Gerais possui mais de um milhão de hectares plantados de café, tornando assim 54% produção do país realizada no estado, a região que mais se destaca na produção cafeeira no estado é a do Sul de Minas com uma produção de 24% (IBGE, 2018). A produção cafeeira possui importante papel para a região do Sul de Minas, pois gera empregos, sustenta a economia de vários municípios que possuem a produção como principal atividade, além de contribuir para a permanência dos produtores no campo, que mesmo com as dificuldades, permanecem na produção.

Filetto (2000) apresenta três períodos para a expansão cafeeira no Sul de Minas, o primeiro período refere-se a introdução da cafeeira na região no início do século XIX, com o cultivo do café no Rio de Janeiro e no vale do Paraíba, a região possuía o papel de abastecedor do Rio de Janeiro com uma relação de divisão de trabalho inter-regional. O segundo período é marcado pela nova expansão, pelo deslocamento da cafeicultura do oeste paulista, que encontrou o Sul de Minas Gerais. O terceiro e último período seria o da modernização agrícola e dos complexos agroindústrias, que modificaram as relações de produção e comercial da região a partir da década de 1970. Pois, segundo o autor, a cafeicultura na região antes da década de 1970 não era evoluída, o que surge como inserção comercial após a década de 1960, com o Plano de Renovação dos Cafezais para a entrada comercial da região.

O relevo montanhoso é uma importante característica, que contribuiu para a produção cafeeira na região, como apontado por Silveira e Marques (2008):

Convém precisar que a ocupação geográfica do café no Sul de Minas ocorre em áreas de montanha (bioma da Mata Atlântica), caracterizadas pelo cultivo em zonas com relevo acidentado, e em áreas mais planas (tipicamente de cerrado ou transição). Essa distinção

topográfica e de biomas delimita dois tipos de estrutura fundiária: as grandes empresas do agronegócio cafeeiro, que se encontram, em sua grande maioria, nas áreas com topografia a mais plana, e, conseqüentemente, mais mecanizáveis, e os estabelecimentos familiares, que predominam nas áreas de difícil mecanização, com tamanhos menores e maior relação de trabalho por unidade-área. (SILVEIRA, MARQUES, 2008, p.237).

O relevo e o clima também contribuem para a produção de cafés especiais e diferenciados que vem crescendo na região nos últimos anos, se tornando uma alternativa de produção para a permanência dos produtores rurais, sobretudo na produção de cafés orgânicos, que possuem maiores valores agregados na comercialização.

A região sul mineira, além do clima e relevo como fator importante para produção, conta com uma estrutura de produção e comercialização de café, esses fatores juntos a inserção de tecnologias na produção cafeeira são responsáveis pelo aumento da produtividade, tornando-se a principal região produtora de café do país. Para inserir-se no mercado competitivo nacional e global a produção cafeeira necessitou se modernizar, o complexo agroindustrial presente na década de 1970 favorece a comercialização de café da região, que até então não era presente, criando, assim, um circuito produtivo.

Com o importante papel da cafeicultura na região do Sul de Minas com extensas áreas de plantios, as cooperativas tornam-se necessárias nesse setor produtivo, contando com inúmeras associações de produtores, entre estas estão a Cooperativa Regional dos Cafeicultores (COOXUPÉ); Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda (MINASUL); Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), e entre outras. Pelo grande volume de cooperativas cafeeiras a região conta com uma alta concentração de empresas de beneficiamento de café (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2014). Empresas, essas, de compras e comercialização de grãos, torrefadoras de café, vendas de insumos agrícolas, maquinários, entre outros.

Para atender as lógicas do agronegócio na produção de café ou demais produções de *commodities*, levam os municípios a se reestruturarem, como é o caso das cidades do Sul de Minas onde lojas e empresas de implementos agrícolas e insumos ganham cada vez mais espaço. O agronegócio também influencia nas relações campo e cidade, visto que as pequenas e médias cidades se estruturam para atender as dinâmicas desta atividade:

Em decorrência do forte agronegócio do café e a tecnologia aplicada ocorre uma imposição nos moldes urbanos regionais visando atender as necessidades do campo, ou seja, uma reestruturação territorial regional a partir da especialização econômica para a produção cafeeira. Com isso, ocorreu uma dependência econômica nos arranjos

produtivos do campo, e o surgimento de grandes empresas com capital vinculado a este ramo econômico (VALE, CALDERARO, FAGUNDES, 2014, p.9).

As empresas multinacionais também cresceram nos últimos anos, como *Louis Dreyfus Company*, que armazena e comercializa o café, sendo a terceira maior empresa que comercializa café no mundo, a empresa chinesa *Cofco* que também armazena e comercializa o café para todo mundo localizado em Alfenas, junto a uma importante empresa de produção de cafés a *Ipanema Coffees*, que possui três fazendas que produzem e comercializam para vários países. Alves e Lindner (2020) retratam que essas multinacionais são exemplo da territorialização do agronegócio no Sul de Minas, na qual utilizam recursos naturais disponíveis, junto aos recursos do Estado para a implementação no país, porém o valor da comercialização é direcionado aos países acionistas.

A territorialização do capital seria o mecanismo onde o capitalista se torna proprietário da terra, que além do lucro da atividade industrial, também, possui a renda da terra controlando o território (MELO, 2021). O agronegócio por meio das empresas, territorializam-se como forma de dominar e se apropriar do território por meio da renda da produção e da aquisição de terras, controlado pelo capital estrangeiro.

A mundialização da agricultura na cafeicultura do sul de Minas contribui para a intensificação da produção cafeeira, que é colocada como importante dinâmica de mercado, explorando os seus produtores, monopolizando e territorializando. Esse processo faz com que os produtores deixem de produzir os produtos essenciais e de consumo para atender a produção do mercado capitalista.

Além da monopolização pela modernização agrícola, o mercado cafeeiro obteve a necessidade de ampliar suas produções como alternativa de mercado. Melhorando a qualidade dos seus produtos para ampliação das exportações.

4.3 Cafés Especiais como Alternativa de Mercado

A produção cafeeira no país obteve suas modificações durante anos, entre elas a necessidade de criar novos nichos de mercado para a valorização dos preços e dos produtores, procurando atender as exigências do mercado externo que procurava melhor qualidade dos grãos. Além dos consumidores que também estavam dispostos a pagarem um valor superior para os cafés de qualidade. Os cafés no Brasil, em maior parte da sua história, foram produzidos em *commodity* de baixa qualidade, mas com o passar dos anos os consumidores se tornaram mais exigentes, o que

levou a necessidade de transformação na qualidade dos produtos (NOGUEIRA, 2013). Os autores Guimarães *et al.* (2016) abordam que as melhorias na qualidade do café fez com que os consumidores passassem a pagar preços superiores.

Diferentemente da *commodity*, que o importante é o processo final e sua valorização ocorre de acordo com o tipo da bebida, Moreira (2003) apresenta que os cafés especiais se inserem em mercados mais exigentes, o consumidor deseja um produto de qualidade, mas não uma qualidade apenas no produto final, porém em todo seu processo.

A cafeicultura brasileira passou por diversas evoluções, Fontes (2001) retrata que a maior das evoluções ocorreu com a exigência do mercado em cafés de qualidade, delimitando um fortalecimento da imagem entre produtores nacionais e internacionais, com a criação de nichos próprios. A necessidade de cafés de maior qualidade ocorreu pelo processo de transformação na exportação cafeeira do país, que ao abrir margem para os concorrentes, obteve a necessidade de criar novas estratégias de mercado.

O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi durante anos o controle governamental que estimulava as pesquisas sobre café, controlavam os preços e eram responsáveis pelas políticas internas cafeeiras, órgão que foi extinto em 1990 pelo governo Collor (FONTES, 2001). Os valores controlados do café surgiram com o Acordo Internacional do Café (AIC), criado em 1962, acordo que era responsável pelo valor e quantidade de exportação. Leão (2010) nos diz que os acordos precisavam ser aceitos pelos demais países produtores e consumidores, o Brasil continha uma cota de participação, o que causou uma queda na participação brasileira no mercado mundial. Com a queda das exportações cafeeiras, o AIC tenta novos acordos que são negados, levando-se, então, ao rompimento com a AIC.

Com o fim da AIC em 1989, gerou-se a eliminação das cotas de exportação, levando os países concorrentes do Brasil a aumentarem suas exportações (FONTES, 2001). Com a quebra do AIC e IBC, criam-se então um aumento na exportação de café no mercado, Saes, Jayo e Silveira (1997) retratam que entre os anos de 1990 e 1994, as cotações dos valores internacionais alcançaram baixos preços, até inferiores aos custos das produções.

Esse processo de maiores ofertas gerou a queda dos preços internacionais do café, direcionando os produtores a abandonarem a produção, surge deste modo a necessidade de criar novas alternativas. O autor Fonte (2001) aborda que um dos principais erros do IBC foi a criação de políticas que incentivaram o controle da quantidade produzida e exportada:

Um dos erros do IBC foi a sua política de regulamentação que incentivou prioritariamente o controle da quantidade produzida e exportada, num mercado em que o produto diferenciava-se para atender a gostos e preferências de consumidores cada vez mais exigentes, nos diversos países importadores. Os principais países produtores concorrentes do Brasil constataram essa tendência do mercado e induziram modificações em busca de melhor qualidade para seus produtos, incentivando a produção de café tipo arábica suave, que obtém melhores cotações no mercado internacional. Como num primeiro instante o setor cafeeiro brasileiro não acompanhou esta tendência, o Brasil perdeu mercado internacional e a cotação de seu produto passou a ter um valor inferior aos obtidos por seus concorrentes (FONTES, 2001, p.10).

O autor ainda complementa que o governo depois do erro começou a incentivar a produção de café de qualidade, atendendo os interesses do mercado importador e fortalecendo a relação do produto nacional e internacional, criando e garantindo nichos dos próprios produtos (FONTE, 2001). Leão (2010) também retrata que com o fim da dinâmica do Estado em maior exportação do que qualidade, os produtores mudaram suas estratégias, buscando cafés diferenciados, com melhores preços, que refletem nas mudanças para o mercado consumidor externo, que valorizou a qualidade e a forma sustentável de produção.

O café especial, diferentemente da produção convencional e de *commodity*, possui maior relação entre produtor e consumidor, fazendo com que o consumidor tenha noção e relação com o produto que está consumindo. Assim, os cafés especiais surgem no país como oportunidade para os produtores que conquistaram consumidores que estejam dispostos a pagarem um produto de qualidade, também surgem dessa forma, maiores exigências e o produtor e necessidades para o produtor se adaptar. Os cafés especiais possuem destaque pela forma de produção, com características diferenciadas, com qualidades superiores, qualidade dos grãos, forma da colheita, história, que se configuram na qualidade e no valor superior de mercado.

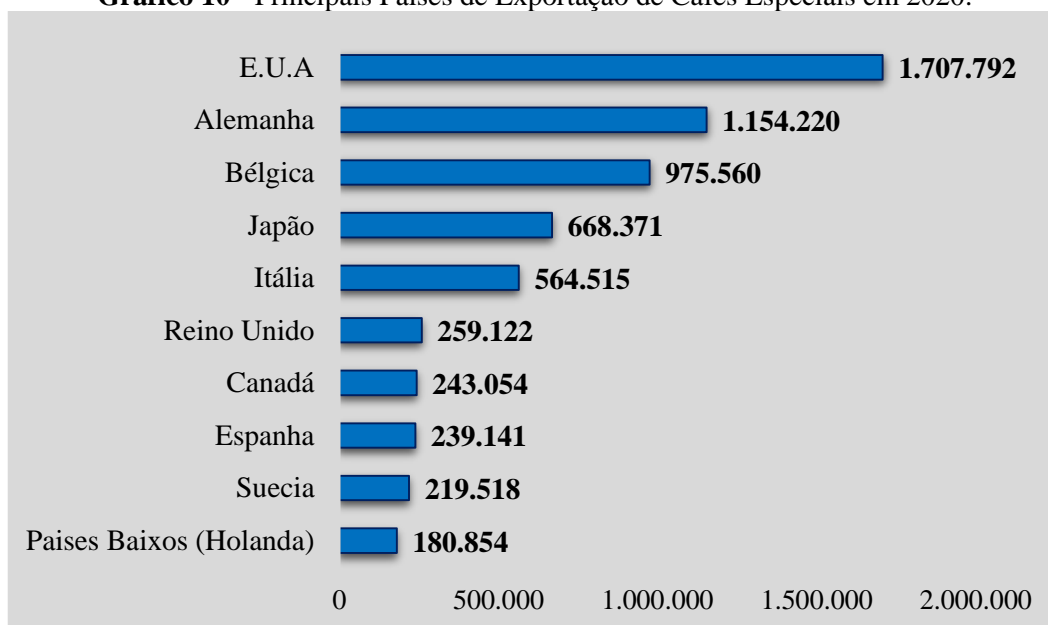
Porém, mesmo com o crescimento dos cafés especiais no Brasil, não são os brasileiros que consomem os cafés especiais, Guimarães *et al.* (2016) abordam que é uma tarefa difícil inserir no consumo dos brasileiros os cafés de qualidade, pelo histórico do agronegócio cafeeiro, pois o mercado interno, restando a função de ficarem com os cafés que não obtivessem a qualidade para a exportação (p.217). Portanto, os cafés de maior qualidade são direcionados à exportação, enquanto para consumo interno fica o “resto”. Os autores Lopes e Andrade (2015) também retratam sobre a dificuldade do crescimento de cafés especiais no mercado interno, pois existe uma visão em que “café é tudo igual”, consequência dos preços tabelados em 1990.

Em 2020 os cafés especiais corresponderam a 7,9 milhões de sacas de café, com um crescimento de 4,4% em relação ao ano de 2019, com o maior crescimento entre os últimos cinco

anos. Em relação a receita cambial a exportação de cafés especiais gerou US \$1,3 bilhão, que corresponderam 22,9% do valor das exportações, com preço médio dos cafés diferenciados ficou em US \$163,60 (CECAFÉ, 2020).

No ano de 2020, os 10 principais países na qual o Brasil exportaram os cafés especiais (Gráfico 10), foram: Estados Unidos (21,7%) dos cafés especiais, com 1,7 milhão de sacas; em segundo lugar está a Alemanha com 1,1 milhão de sacas exportadas (14,7%); terceiro a Bélgica, com 975,6 mil sacas (12,4%); quarto o Japão com 668,4 mil sacas (8,5%); quinto a Itália, com 564,5 mil sacas (7,2%); sexto Reino Unido, com 259 mil sacas (3,3%); sétimo o Canadá, com 243 mil sacas (3,1%); oitavo a Espanha, com 239 mil sacas (3%), nono a Suécia, com 219,5 mil sacas (2,8%) e décimo o Países Baixos, com 181 mil sacas (2,3%) (CECAFÉ, 2020). Os dez países juntos correspondem a 78,9% das exportações dos cafés especiais do país.

Gráfico 10 - Principais Países de Exportação de Cafés Especiais em 2020.



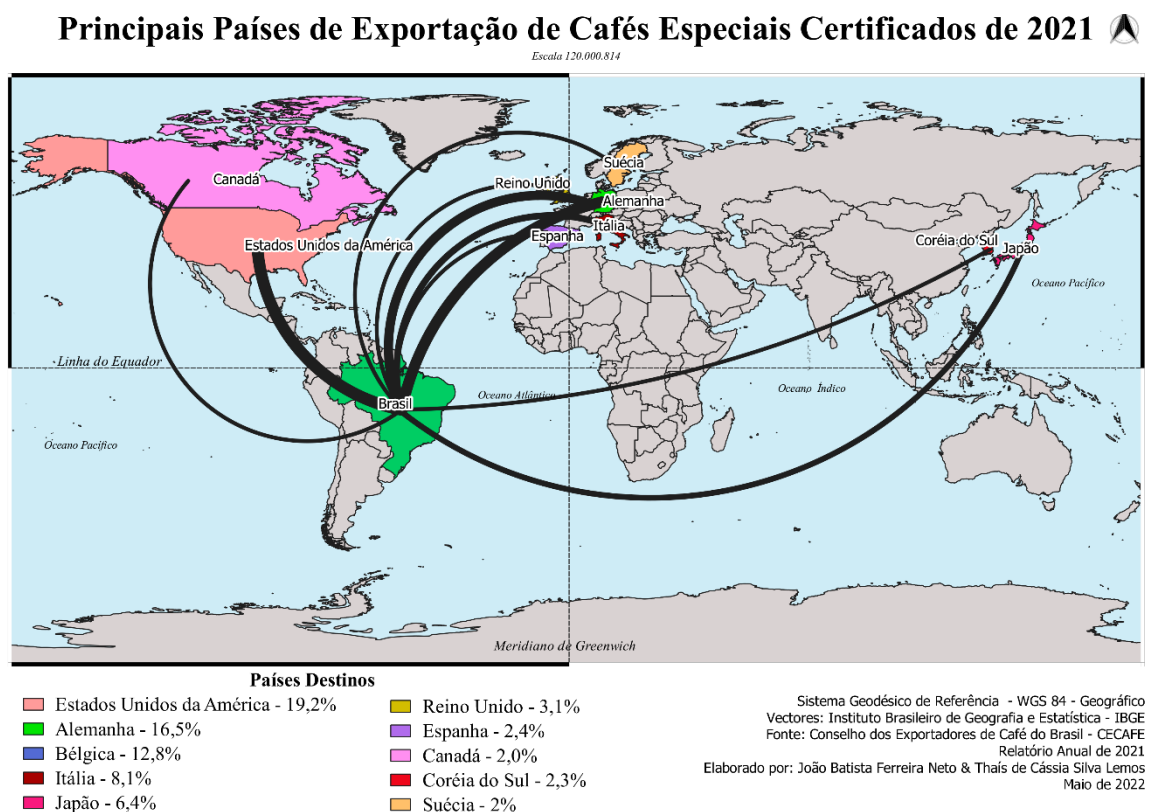
Fonte: Cecafé (2020). Elaborado - Thais de Cássia Silva Lemos

Em 2021, os cafés diferenciados representaram 19% das exportações totais dos produtos brasileiros, com envio de 7,699 milhões de sacas para o exterior, uma diminuição de 2,7% do ano anterior que exportou 7,877 milhões de sacas. O preço médio desse produto foi de US \$207,53 por saca, o que proporcionou uma receita de US \$1,591 bilhões por 12 meses (CECAFÉ, 2021).

No ano de 2021, os 10 principais países na qual o Brasil exportaram os cafés especiais, foram: o Estados Unidos (19,27%) dos cafés especiais, com 1,4 milhão de sacas; em segundo lugar está a Alemanha com 1,2 milhão de sacas exportadas (16,5%); terceiro a Bélgica, com 985 mil

sacas (12,8%); quarto o Itália com 623,868 mil sacas (8,1%); quinto o Japão, com 492,112 mil sacas (6,4%); sexto Reino Unido, com 240 mil sacas (3,1%); sétimo Espanha, com 183 mil sacas (2,4%); oitavo a Coreia do Sul, com 176 mil sacas (2,3%), nono o Canadá, com 153 mil sacas (2,0%) e décimo a Suécia, com 152 mil sacas (2,0%) (CECAFÉ, 2021). Os dez países juntos correspondem a (74,8%) das exportações dos cafés especiais do país, queda comparada ao ano anterior.

Figura 5 - Principais Países de Exportação de Cafés Especiais Certificados de 2021.



Fonte: Relatório anual CeCafé - Elaborado Ferreira Neto e Lemos (2022).

Também podemos observar, em comparação às exportações dos cafés convencionais, que os principais países que o Brasil exporta são os mesmos que exportam os cafés diferenciados. Mostrando que os cafés especiais se inserem na mesma dinâmica exportadora de cafés, configurando as produções como forma de ampliar o seu mercado para os países consumidores.

A produção dos cafés especiais, além de importante para o mercado externo, cria-se produções sustentáveis como forma contrária das produções com agrotóxicos, que são os cafés orgânicos, ecológicos e do *fair trade*, que buscam maneiras de produzir de maneiras sustentáveis.

Essas produções contribuem para o meio ambiente e ajudam os pequenos produtores a se inserirem na produção, pelo baixo custo de produção e pela valorização comercial, com valores mais agregados.

Os cafés especiais ou diferenciados são os que se preocupam com a melhor qualidade do produto com valorização dos produtores e preocupações ambientais. Também possuem os cafés gourmet, que são os grãos selecionados do café arábica, das produções com agrotóxico. A autora Coguetto (2014), apresenta as principais categorias dos cafés especiais, que são nomeados pela autora como cafés diferenciados:

As cinco principais categorias de cafés diferenciados são: a) Orgânico submetido às regras da agricultura orgânica (com uso apenas de fertilizantes orgânicos e controle feito biologicamente); b) Ecológico-plantado à sombra de árvores, não demandando extração de mata nativa; c) *Fair trade* ou Comércio Justo que estabelece um preço mínimo a ser pago aos produtores, os quais devem seguir criteriosas regras de cultivo; d) Gourmet ou especial obtido através de grãos de café Arábica de alta qualidade e com poucos defeitos; e) Cafés de indicação de origem (no Brasil, Indicação Geográfica) - cafés registrados como patentes das regiões onde são cultivados, valorizando os elementos naturais e a cultura local (COGUETO, 2014, p. 56).

Entre os cafés especiais, nessa pesquisa, daremos enfoque na produção de café orgânico, por se tratar da produção inserida na dinâmica da pesquisa em que os produtores familiares produzem, contribuindo para a inserção dos mesmos no mercado e no campo.

4.3.1 Café Orgânico

Nos últimos anos, observou-se que a cafeicultura brasileira se aprimorou para atender aos interesses do mercado internacional, sobretudo na produção dos denominados cafés finos ou especiais.

Cabe destacar que no Brasil, além da excelência em pesquisa na área genética em café, já vem ocorrendo a implementação de áreas de cultivo de cafés finos e de café sem uso de agrotóxicos (produto denominado “café orgânico”), que atendem aos nichos de mercado que pagam maiores preços ao produtor/exportador. Seguindo uma tendência mundial, o consumo destes cafés especiais está crescendo e o Brasil vem procurando desenvolver sua ainda pequena produção voltada para este segmento de mercado. (RIBEIRO, 2005, p. 26).

O café orgânico se insere entre os cafés especiais que possuem seu cultivo sobre as regras da agricultura orgânica, com a utilização de adubos orgânicos, fortalecendo o biológico. O conceito de café orgânico possui características em preservação ambiental e socioeconômicos na produção agrícola (SOUZA; SAES; OTANI, 2002). Os produtores se interessam pela produção orgânica pelo

crescimento dos interesses de mercado nacional e internacional, além de ser uma boa alternativa para os agricultores familiares (MOURA, *et al.* 2005).

A agricultura orgânica de modo geral tem crescido nos últimos anos, visto que a procura de alimentos saudáveis e a preocupação com o meio ambiente se tornaram frequentes na sociedade. A produção orgânica respeita os limites naturais da terra, contribuindo para o meio ambiente, além de contribuir para a saúde do produtor pela não utilização de agrotóxicos. No quadro 1 pode-se observar as características que diferenciam o sistema convencional do orgânico.

Quadro 1 - Comparativo entre Agricultura Convencional x Agricultura Orgânica.

	Agricultura Convencional	Agricultura Orgânica
Objetivos Gerais	Atender, de maneira geral, a interesses econômicos de curto prazo.	Atender a interesses econômicos, mas sobretudo a interesses ecológicos e sociais auto sustentáveis.
Estrutura do Sistema	Monocultura	Sistema Diversificado
Maneira de encarar o solo	Como um substrato físico, um suporte da planta.	Como um ser vivo (meio eminentemente biológico).
Recursos Genéticos	Redução da Variabilidade; Susceptibilidade ao meio; Espécies transgênicas.	Adaptação ambiental; Resistência ao meio.
Adução	Fertilizantes altamente solúveis; Adução desequilibrada.	Reciclagem; Rochas Moídas; Matéria Orgânica.
Como lidar com pragas e doenças	Agrotóxicos.	Nutrição equilibrada e adequada; Diversificação e consorciação; Controles alternativos.
Entradas do Sistema	Alto capital e energia; Pouco trabalho.	Pouco capital e energia; Mais trabalho
Saídas do Sistema e Conseqüências	Alimentos desbalanceados e contaminados; Baixa valorização do produto; Agressão ambiental.	Alimentos de alto vigor biológico; Equilíbrio ecológico; Alta valorização do produto; Sustentabilidade do sistema.

Fonte: Pedini (2000, Apostila de Cafeicultura Orgânica)

A cafeicultura ocorre de forma monocultura, portanto mesmo gerando um crescimento econômico no Brasil e tornando-se o maior produtor do mundo, levou a grandes impactos sociais

e ambientais diante da grande escala de produção. Lopes *et. al* (2011), citam alguns principais impactos, como: alto índice de desmatamento da Mata Atlântica e do Cerrado com a monocultura implementada; perda da biodiversidade; contaminação e degradação dos recursos hídricos; destruição de matas ciliares; intoxicação e mortes dos trabalhadores rurais, pela utilização de agrotóxicos; empobrecimento do solo e desequilíbrio ambiental. Portanto a produção orgânica surge como forma de minimizar os impactos causados, criando soluções mais ecológicas e viáveis, incluindo assim os pequenos e médios produtores, pela sua rápida expansão, que criaram novas perspectivas econômicas e de produção.

O café orgânico é produzido então sem a utilização de agrotóxicos e adubos de alta solubilidade, que são substituídos por matéria orgânica vegetal e animal, despejos de animais, biofertilizantes e casca de café (OLIVEIRA *et al.*, 2006). A produção orgânica é considerada uma produção sustentável, pela forma de sua produção (MOREIRA, 2009).

Para ser considerado café orgânico, a produção deve estar ao menos três anos sem a utilização de agrotóxicos e demais adubos químicos (OLIVEIRA *et al.*, 2006). Período esse de transição da lavoura, apenas depois de passar esse período, que a produção é reconhecida como orgânica. Os autores Nicoleli e Moller (2006), retratam que esse processo se torna uma barreira para os produtores, por conta da improdutividade durante esses anos, levando ao produtor ficar com poucas alternativas.

Para os produtores, entrar na produção orgânica torna-se uma alternativa de mercado, principalmente pelo valor superior dos cafés orgânicos relacionados com os convencionais. A entrada dos produtores na cafeicultura orgânica, também ocorre pela preocupação com as questões ambientais e a qualidade do produto, que será entregue ao consumidor, relacionada aos princípios éticos da produção orgânica (LOPES, *et. al.*, 2012).

Lemos (2019), apresenta em sua pesquisa, que seus entrevistados de Poço Fundo-MG, que adotam o sistema de produção orgânico, se preocupam com a qualidade do produto que será entregue. Os produtores relatam como se sentem satisfeito em entregar um produto de qualidade para os consumidores, pois para eles vai além de uma maior valorização financeira, mas de uma produção que beneficia não somente a saúde dos consumidores, mas também de quem produz (*ibidem*).

A produção sem agrotóxicos, além de garantir um produto mais saudável para os consumidores, contribui para a saúde de seus produtores, que não correm o risco de intoxicação

com aplicação de agrotóxicos, como ocorre com a produção convencional. Melo (2021), retrata que os agricultores familiares possuem uma maior fragilidade em relação a aplicação de agrotóxicos pela falta de técnicas e manejos adequados e baixos uso dos equipamentos de proteção.

O sistema de café orgânico teve início na década de 1990 na região do Sul de Minas Gerais, as primeiras fazendas no município de Machado foram as pioneiras na produção. Moreira (2003), a fazenda Jacarandá localizada em Machado, foi uma das primeiras propriedades a exportar em 1993, o café orgânico no Brasil, que fornecia seus cafés para o Japão.

No Brasil existem diversos organismos que ajudam os produtores na produção e na certificação de seus produtos orgânicos (OLIVEIRA *et al.*, 2006). Para ser rotulado como orgânico é necessário que ocorra a certificação do produto, a fim de adquirir a certificação o produtor necessita seguir vários critérios. Critérios esses que são desde a não utilização de agrotóxicos até forma de armazenamento, principalmente em propriedades em transição.

Ocorre um monitoramento, para comprovar se o produtor está realizando todos os processos corretamente e seguindo todos os critérios. Processos esses que seguem as normas internacionais. A certificação é o processo então de legitimação do produto, assim o técnico visita e monitora as propriedades como forma de atestar o produto como orgânico (OLIVEIRA *et al.*, 2006).

As certificações ocorrem por organizações parceiras de agências locais e internacionais, por certificadoras internacionais ou suas filiais, localizadas no país exportador (LOPES; ANDRADE, 2015).

O controle da certificação no Brasil, ocorre pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO), que possui importante papel de padronizar o produto, aumentando o ganho de escala e facilitando e ampliando a comercialização da produção orgânica (NICOLELI; MOLLER, 2006). Existem outras certificadoras e filiais no país, com credenciamentos internacionais:

Dentre as certificadoras no Brasil, com credenciamento internacional, citam-se: “Associação de Certificados Instituto Biodinâmico – IBD (única certificadora brasileira internacionalmente credenciada), a BCS Oiko Garantie (Alemã), IMO (Suíça), Ecocert (Francesa), FVO (Norte-americana), OIA (Argentina) e Skal (Holandesa)”. Além dessas, existem também “as certificadoras nacionais (AAOCERT, Minas Orgânica, ABIO, APAN, Chão Vivo e CMO)”, que, embora possuam reconhecimento local, não têm permissão para exportar do café com selo orgânico (MOREIRA, 2009, p.127).

Além das certificadoras, as cooperativas possuem importante papel para auxiliar e comercializar a produção orgânica. A produção orgânica no país é realizada na maior parte das vezes por agricultores familiares e assim as cooperativas são importantes elementos para uma

maior facilidade de vendas dos produtos, pois as cooperativas já possuem contato com os compradores o que facilita na comercialização (OLIVEIRA et. al, 2006).

De modo geral, a produção orgânica já ocorre em menor escala, pois a forma de sua produção torna o processo mais lento, comparado a convencional. Com isso o papel de comercialização das cooperativas em relação aos seus cooperados é essencial.

4.4 Cooperativismo cafeeiro e o comércio justo

A comercialização da produção de café no Brasil ocorre por intermédio das cooperativas. O Brasil é o maior exportador de café do mundo, na qual as cooperativas possuem papel importante na agroindústria do café, para Souza e Bialoskorski Neto (2004) o papel das cooperativas são de venda de insumos, armazém e comercialização do café, porém nem todas as cooperativas fazem todos esses papéis. As cooperativas são elementos importantes para a exportação do café no Brasil, elas em 2017 foram responsáveis por 48% da produção cafeeira, em suas 197 cooperativas de café do país (COOXUPÉ, 2017).

As cooperativas então surgem em um processo de associação que auxilia os métodos de produção, procurando melhorar as condições para desenvolvimento econômico e social. O conceito de cooperativismo é considerado como um processo associativo, em que os homens unem forças de produção, em uma visão de desenvolvimento econômico e social. Ou seja, a participação de todas é fundamental para que a mesma aconteça.

Na produção cafeeira, elas possuem o papel de auxiliar os produtores, principalmente para não venderem para os atravessadores, porém Vale; Calderaro e Fagundes (2012), apresentam que de linha de fato as cooperativas são atravessadores, que intermediam o processo do cafeicultor e mercado consumidor, na qual as cooperativas ganham mais vantagens nas negociações.

As cooperativas são essenciais para que os pequenos produtores valorizem sua produção, porém elas encontram dificuldades em criar novas estratégias pois estão inseridas como concorrência (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999). Isso ocorre, pois as cooperativas ao se inserirem no sistema agroindustrial e de exportação, tornando-se com dinâmicas empresariais, deixando de serem as cooperativas que atendem os interesses dos associados, mas sim do mercado.

As cooperativas surgem no sistema agroindustrial do café em 1930, em 1932 foi fundada a primeira cooperativa de cafeicultores, que atualmente é a Cooxupé, que inicialmente era apenas uma cooperativa de créditos agrícolas, dando suporte para os cooperados, depois em 1957 passou a ser cooperativa de cafeicultores e em 1959 a cooperativa exportou o café pela primeira vez

(SOUZA; BIALOSKORSKI NETO, 2004 e COOXUPÉ, 2021). Atualmente a cooperativa é a maior cooperativa de café do mundo, com 15 mil cooperados, na qual 95% deles são de pequenos produtores que vivem da agricultura familiar, situados em 200 municípios em sua área de ação (COOXUPÉ, 2021). Em muitos momentos a cooperativa foi apoiada pelo Estado brasileiro, que forneceu diversos incentivos, em 1967 funcionários do Instituto Brasileiro de Café trabalharam para a Cooxupé em uma parceria para ajudar os cafeicultores (VILAS BOAS, 2021).

Souza e Bialoskirski (2004), abordam que o desenvolvimento acelerado no fim da década de 1950, aumentaram as participações das cooperativas no sistema agroindustrial do café, o IBC, implantou incentivos para novas cooperativas, com melhores vantagens aos produtores, como redução dos custos de processamento do café, redução dos custos de comercialização, que começaram a ser realizadas diretamente pelas cooperativas.

Os autores também apresentam seis períodos, na qual representam suas formações, que são elas:

Esses períodos são divididos de acordo com as épocas de desenvolvimento das organizações da seguinte forma: (1) período de crescimento e crise que se inicia durante a Primeira República e termina em meados dos anos quarenta após um longo período de crise do setor e que é caracterizado pelo predomínio dos grandes cafeicultores principalmente no estado de São Paulo; (2) período de reestruturação que se inicia por volta de 1945, com o aumento da produção e vai até 1957; (3) período de intervenção governamental em que o IBC passa a incentivar a formação de cooperativas de café de 1958 até final dos anos sessenta; (4) o período de renovação dos cafezais que foi de 1962 até meados da década de setenta, quando grande parte do parque cafeeiro foi erradicado e posteriormente replantado. O final dos anos setenta e a década de oitenta são definidos como período de (5) expansão da fronteira agrícola, pois nessa década aumentou consideravelmente a produção de café em regiões como Rondônia, Bahia e Sul de Minas Gerais. O (6) período de desregulamentação tem início em 1990 com a extinção do IBC e termina por volta de 1996 quando a cafeicultura apresenta os primeiros sinais de recuperação após um longo período de preços baixos e endividamento (SOUZA; BIALOSKORSKI NETO, 2004, p.4).

No primeiro momento as comercializações em sua maioria aconteciam pelos que beneficiam das vendas, por isso a criação das cooperativas para auxiliar nas vendas, principalmente dos pequenos produtores. Dessa forma as cooperativas se consolidaram em Minas Gerais, pois havia uma grande quantidade de pequenos produtores (SOUZA; BIALOSKORSKI NETO, 2004).

Na região do Sul de Minas Gerais, atualmente existem dezenas de cooperativas, que possuem o papel segundo Alves e Lindner (2020), de auxiliar, dar assistência técnica, agrotóxicos, armazenamentos de grãos, financiamento de créditos, assim monopolizando o território, pois os agricultores se tornam dependentes das relações comerciais da cooperativa, perdendo suas autonomias e assim ficando reféns das oscilações do mercado mundial. Os autores também

abordam que os agricultores familiares possuem importante papel para a exportação de café, porém os mesmos não possuem controle na produção, sendo explorados pelas cooperativas e multinacionais, que não possuem preocupação com os mesmos.

As cooperativas e as multinacionais, criaram no Sul de Minas Gerais um território monopolizado, deixando o vulnerável às oscilações da *commodity* cafeeira (ALVES, 2019). O autor também aponta que as oscilações do preço do café, é uma das consequências negativas da monopolização do território, pois existe uma dependência com a bolsa de valores internacionais, que deixam os agricultores vulneráveis a essas mudanças. À medida que as cooperativas crescem e se inserem no mercado, suas preocupações deixam de ser voltadas aos cooperados, passando a atender as exigências do mercado, transformando em uma empresa de comercialização, que impõe o modo de produção e quantidade produzida dos seus cooperados (OLIVEIRA, 2010).

O autor Fajardo (2012), retrata que as cooperativas atuam com um controle econômico do território, pois o cooperativismo nasce para auxiliar os produtores em um momento difícil em relação aos mercados, portanto não foi a doutrina do cooperativismo, nem suas filosofias que atraíram os agricultores a se associarem, porém as vantagens econômicas presentes. As cooperativas que estão inseridas na dinâmica agroindustrial, criam estratégias para atrair seus produtores, com suas relações de poder, influenciando a produção e a forma de produzir dos seus cooperados.

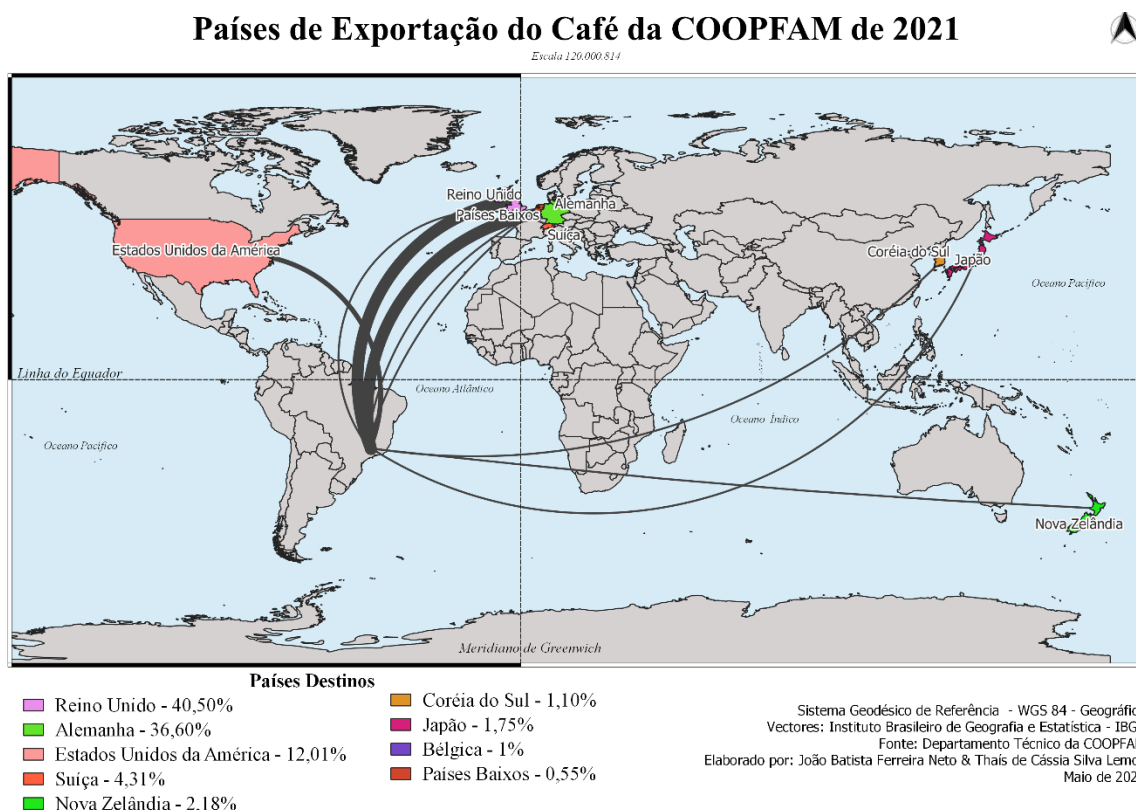
As cooperativas que tiveram início em Minas Gerais, sobretudo no sul do estado, contam com diversas cooperativas, que desempenham formas diferenciadas. Broggio; Drouler e Grandjean (1999) retratam que as diferenças estão no número de cooperados, filosofias e formas de mercado, algumas delas funcionam como grandes empresas, já outras com o cooperativismo mais tradicional. Os autores ainda dão exemplo da COOXUPÉ, que como já mencionado é a maior cooperativa de café do mundo e que está entre as três principais exportadoras de café do país, funcionando como empresa capitalista de grande porte (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999).

Por outro lado, existem cooperativas como a COOPFAM, que mesmo que esteja inserida em uma dinâmica capitalista, é construída com os produtores para os produtores, com estratégias para rendimento e permanência dos mesmos.

Entre as valorizações e permanências desses produtores, tem a produção de café orgânicos, café feminino, que estão inseridos no comércio justo – *fair trade*, que valorizam as atividades realizadas pelos produtores no campo. Na Figura 6, podemos observar os principais países de

exportação do café no ano de 2021, podemos comparar com a representação da exportação do café de modo geral no país, as exportações por parte da COOPFAM, seguem a mesma linha mercadológica. Porém o país que ganha destaque é o Reino Unido, com 40,50% das exportações.

Figura 6 - Países de Exportação do Café da COOPFAM em 2021.



Fonte: Departamento Técnico da COOPFAM. Elaborado por Ferreira Neto e Lemos (2022)

O *fair trade* – comércio justo é uma certificação que procura valorizar a produção dos agricultores, como forma de contribuir para a produção e qualidade de vida dos produtores rurais. Moreira *et. al* (2011) retratam que a certificação do *fair trade* é destinada a pequenos produtores de café, que estão inseridos em associações e cooperativas, a produção pode ser orgânica ou convencional, porém para a produção convencional é necessário seguir uma lista de exigências, entre elas de agrotóxicos que não podem ser utilizados, ou seja uma forma mais sustentável da produção.

Além dos valores mais justos na produção, os produtores ganham um “Premium”, que seria um valor extra, pago em cima do valor da venda, destinados para investimentos em projetos, da escolha dos produtores (FLO,2021). Oliveira; Araújo e Santos (2007), abordam que os valores mais

justos e o recebimento do “Premium”, são para oferecer melhores condições comerciais ao produtor, melhorando o padrão de vida, porém para isso é necessário seguir as regras de produção. O objetivo do *fair trade* é adquirir vida digna para os produtores, apoiando os mesmos em suas mudanças nas práticas no comércio internacional e convencional (CAVINO, 2012).

O *fair trade* surge como alternativa, que contrapõe as dinâmicas econômicas clássicas, o preço é o único responsável na escolha do consumidor, pois os consumidores levam em consideração os processos socioambientais, que não necessariamente está relacionado ao preço (PEDINI, 2011). Uma das dinâmicas do comércio justo está relacionada à interação entre produtor e consumidor, ambos são importantes em todo o processo de produção e comercialização, devido a cadeia de produção transparente, que é alternativa aos processos tradicionais. O consumidor não está comprando apenas o produto, mas toda a história e processo socioambiental envolvido.

O *fair trade* possuem origens em duas vertentes, como apresenta Pedini (2011), uma na Europa, o movimento partiu de iniciativas da igreja católica, a procura de relações comerciais mais justas, entre compradores de países ricos e fornecedores de países pobres, que são colocados pelo autor como “norte” e “sul”. Já a segunda vertente ocorreu nos Estados Unidos, que nasceu com os grupos de voluntários que estavam envolvidos com a causa humanitária dos artesãos locais. Então a partir desses movimentos teve início nas discussões sobre o comércio justo, em 1964 na Europa e que expandiu de forma contínua, como apresenta Cavino (2012), que também descreve alguns exemplos como na Holanda onde a *Fair Trade Organisatie*, importou o primeiro café comercializado de cooperativas de pequenos agricultores.

Mesmo em diferentes momentos e lugares, os movimentos pediam e continuam defendendo, uma forma inovadora de relações comerciais, diferentemente do modelo dominante com posturas neoliberais (PEDINI, 2011). Pois os mesmos pediam que as trocas ocorressem de forma justa, os preços pagos aos produtores deveriam cobrir os custos da produção e possuir uma renda para reprodução dos pequenos produtores (FREDERICO; BARONE, 2015).

A discussão que teve início na década 1960, com a necessidade de incluir os produtores que eram isolados, chegou no Brasil com maior visibilidade, apenas no final da década de 1990. Um dos principais projetos do *Fair Trade* no Brasil é em Poço Fundo com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região, que iniciou suas exportações com certificações em 2002 (MOREIRA, et. al. 2011). A cooperativa iniciou seu processo de certificação, pela certificadora Sapucaí para produtos orgânicos, obtendo certificado BCS, que é reconhecido

internacionalmente e o certificado de Fair Trade Label Organization (FLO). (OLIVEIRA; ARAÚJO; SANTOS, 2006). Esse movimento contribui para a inserção de novos produtos.

Na perspectiva de transparência entre consumidor e produtor, estão as certificações que são responsáveis por fiscalizar todo esse processo. A certificação do *fair trade* segue então uma linha de exigências, que se preocupam com os consumidores e qualidade dos produtos. Certificações essas que são realizadas pela FLO (*Fair Trade Label Organization*), que teve como propósito unificar e facilitar os selos de certificação. A mesma foi a primeira organização de apoio ao comércio justo, que implantou estrutura de certificação, baseados na forma tradicional que já existia e de forma especial na agricultura orgânica (PEDINI, 2011).

A FLO foi criada em 1997, uma rede internacional, que juntou as organizações nacionais do comércio justo, com o propósito de regular o sistema desde a produção até o consumo final (FREDERICO; BARONE, 2015). Isso contribuiu para que o consumidor tenha controle da qualidade do produto e assim pague de acordo com a qualidade e desenvolvimento do produto e se o mesmo não possui trabalho escravo.

Ferreira (2003) aponta três importantes papéis da FLO: 1) É definir o critérios sobre o que é comércio justo, onde busca-se um constante equilíbrio entre os objetivos e a realidade do mercado; 2) Organizar o sistema de inspeção e certificação, o comprador precisa ter a clareza que seu produto vem de uma cooperativa de produtores e que o dinheiro será utilizado no desenvolvimento da produção e o 3) O apoio técnico comercial nas cooperativas.

- Maior e mais fácil acesso a empréstimos sem juros ou com juros baixos;
- Assistência técnica na construção de infraestrutura que melhorem a produção;
- Sistemas de comunicação, transporte e maquinaria de processamento de uso comunitário;
- Melhor educação e sistema de higienização;
- Formação técnica e diversificação de técnicas para membros das organizações de produtores e suas famílias (CAVINO, 2012, p.28)

As certificações ao mesmo tempo que incluem os produtores no mercado, também excluem os que não podem pagar pelo serviço e exigências das certificadoras, de forma que “repadroniza” os produtos e forma de produção (FREDERICO; BARONE, 2015). Pedini (2011) também aborda sobre esses processos, o autor pontua que as certificações vem trazendo obstáculos a serem vencidos, caso não superados podem comprometer a continuidade da proposta inicial da transformação socioeconômica dos produtores, pois a qualidade dos produtos tem se tornado o

ponto chave, com isso é necessário se pensar uma forma que o fator da qualidade, que são importantes para os consumidores, não se torne um fator excludente para os agricultores.

Assim, para se inserir no comércio justo certificado é necessário que o produtor se insira em novas dinâmicas e modo de produção, forma que aconteceu com a inserção das *commodities*, para atender os interesses do mercado externo. Porém, por outro lado, o comércio justo valoriza as atividades do produtor, como forma de estímulo para a inserção dos mesmos no modo de produção, contribuindo para a entrada dos produtores no mercado externo e a permanência dos mesmos no campo. No Brasil o comércio justo tem contribuído para as associações, cooperativas e produtores e surgiu como alternativa, pois o país é reconhecido como produtor de grandes quantidades de café convencional, com pouca relação com as organizações de pequenos produtores (FREDERICO; BARONE, 2015). Como o Brasil possui políticas que favorecem os grandes produtores e suas *commodities*, o comércio justo surge como alternativa mesmo com suas contradições como forma de inserir e contribuir com o pequeno produtor.

Outro importante ponto a destacar é que com a abertura de certificações, fez com que as grandes corporações, que se inserem na certificação como forma de marketing, melhorassem suas imagens por trabalharem com alimentos sustentáveis. O autor Pedini (2011), aborda que empresas como o supermercado WalMart e a empresa Nestlé, vem optado em incluir em seus produtos alimentos com certificação *fair trade*, essas corporações estão procurando se inserir no mercado, pois sabem que os consumidores compram os produtos, pelo processo de fabricação. O autor também destaca dois pontos para a entrada dessas empresas no comércio justo:

As empresas que atuam nesse setor têm duas motivações de estratégia empresarial: (1) uma estratégia de ampliar as vendas/lucratividade com sua participação neste segmento de mercado e (2) uma estratégia de marketing, de incorporar ações de responsabilidade social como elemento fundamental da governança corporativa para melhorar a imagem da empresa. Essa segunda motivação, fenômeno típico do atual estágio do capitalismo pós-moderno, aponta iniciativas empresariais (mesmo que isoladas ou pontuais) que são convergentes com os valores de sustentabilidade desenvolvidos pelo movimento do MFT (PEDINI, 2011, p.52).

As grandes corporações podem comprometer a dinâmica do comércio justo, pois as mesmas estão interessadas apenas em agregar o valor dos seus produtos, não levando em consideração os aspectos sociais e ambientais inseridos. Essa dinâmica das corporações também estão distanciando as relações entre consumidor e produtor.

Por outro lado, o *fair trade* está sempre procurando melhorias, criando e incentivando projetos para a valorização de todos os sujeitos da agricultura familiar, crianças, jovens e mulheres.

Como por exemplo o Grupo Mulheres Organizadas Buscando Igualdade, que surgiu para atender as dinâmicas do *fair trade* e do mercado externo, que contribui para a valorização do trabalho feminino, das mulheres associadas a COOPFAM, como apresentam (LEMOS, 2019; LEMOS e VALE, 2020; BATICINI e ALVES, 2018) a importância do grupo para as mulheres, autonomia e participação das mesmas dentro da cooperativa, pela criação do grupo. O grupo de mulheres possui reconhecimento internacional, valorizando o trabalho feminino e a cooperativa.

As mulheres representam apenas 25% dos agricultores e trabalhadores envolvidos do comércio justo, porém existem casos, que as mulheres trabalham na produção com seus maridos ou demais familiares, historicamente elas são colocadas em lideranças, assim o desafio para *fair trade* é garantir que essas mulheres sejam ouvidas e representadas (FLO, 2021).

O *fair trade* também possui uma preocupação com trabalho infantil, com meio ambiente como apresentam a *World Fair Trade Organization* (2017), que é uma comunidade global que praticam o *fair trade*, que estão distribuídas em 76 países, na qual possuem a função de fazer revisões para verificar se as empresas, cooperativas, estão praticando os 10 princípios do Comércio Justo, que são:

1. Criação de oportunidades para produtores economicamente desfavorecidos;
2. Transparência e responsabilidade na troca de informação e na tomada de decisões;
3. Práticas comerciais justas, estáveis, duradouras, com respeito pelo bem estar social, ambiental e econômico dos pequenos produtores;
4. Pagamento de um preço justo pelo trabalho dos produtores, sem desigualdades entre gêneros;
5. Renúncia total ao trabalho infantil ou forçado;
6. Compromisso de não discriminação, igualdade de gêneros e liberdade de associação;
7. Assegurar boas condições de trabalho, saudáveis e seguras;
8. Incentivo à capacitação dos produtores e desenvolvimento das suas competências;
9. Promoção dos princípios do Comércio Justo;
10. Respeito pelo meio ambiente. (WFTO, 2017).

A criação do *fair trade*, se deu para dar vida digna aos agricultores, seus princípios além de favorecer os agricultores, também fortalecem o comércio justo. O processo tende a contribuir para a reprodução social dos agricultores, contribuindo com que os mesmos tenham condições de se inserir no mercado externo, gerando renda e garantindo a permanência dos mesmos na produção. Por fim, vale destacar que o comércio justo é um processo de mercado e também contribui para o crescimento do capital, que tem criado formas de se apropriar, porém é o mesmo que tem contribuído para a entrada e permanência dos produtores na propriedade rural, visto que a renda é um importante fenômeno de permanência dos mesmos.

5. CAFEICULTURA E OS COOPERADOS DA COOPFAM: DINÂMICAS, PROCESSOS E PERSPECTIVAS

Como já destacado em capítulos anteriores, a agricultura no município de Poço Fundo é predominante nas pequenas e médias propriedades. A agricultura familiar possui destaque, principalmente na produção cafeeira, que possui papel importante para a economia do município. Essa importância ganhou espaço na década de 1990, com as políticas públicas que fortaleceram as *commodities*. Neste capítulo será discutido sobre o papel da cafeicultura para os cooperados da COOPFAM, os seus processos e perspectivas, além de entender o que a cooperativa têm realizado para os cooperados, principalmente os jovens.

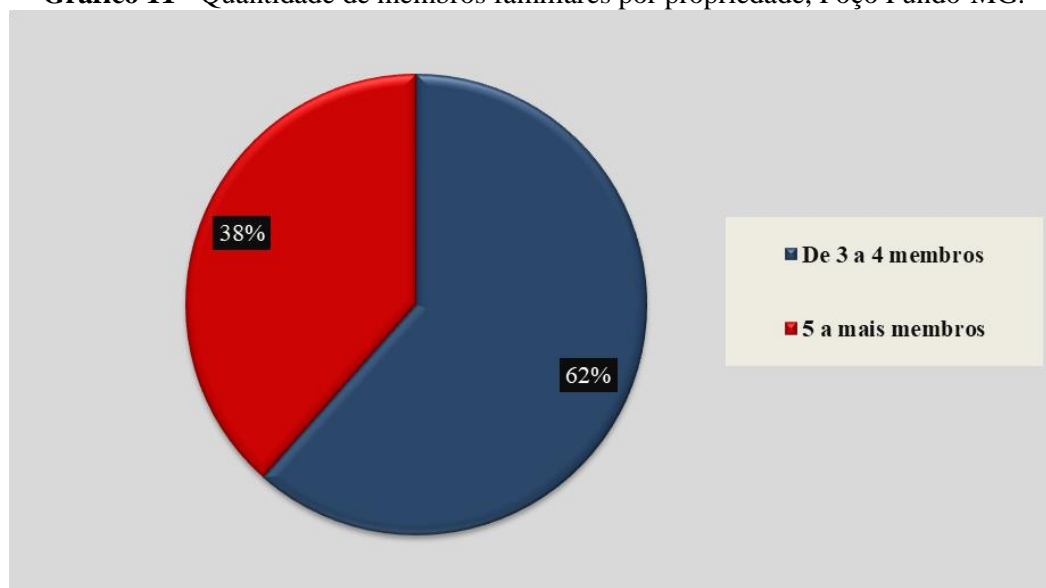
Nesse sentido, a agricultura familiar possui relevante papel para manutenção dos produtores no espaço rural, porém sua reprodução social está comprometida pela falta de sucessores rurais que têm deixado o campo por diversos fatores, que são influenciados pelas relações internas e externas da propriedade. Torna-se importante analisar o espaço onde esse jovem está inserido para compreender possíveis fatores que influenciam na sua tomada de decisão, diante da permanência ou saída nas atividades agrícolas.

Assim, esse tópico possui como objetivo caracterizar as unidades de produção familiar dos entrevistados procurando apresentar suas características socioeconômicas, como força de trabalho empregada, quantidade de membros na propriedade, renda, entre outros aspectos.

Quanto ao número de membros na residência, são em média 3 a 4 pessoas no domicílio (Gráfico 11). Desses, em média 3 trabalham na propriedade rural. Dos membros familiares, 81% moram na propriedade rural e 19% residem fora da propriedade rural, dessa porcentagem todos moram na cidade, seja em Poço Fundo, como também em outras cidades, como Poços de Caldas e Alfenas.

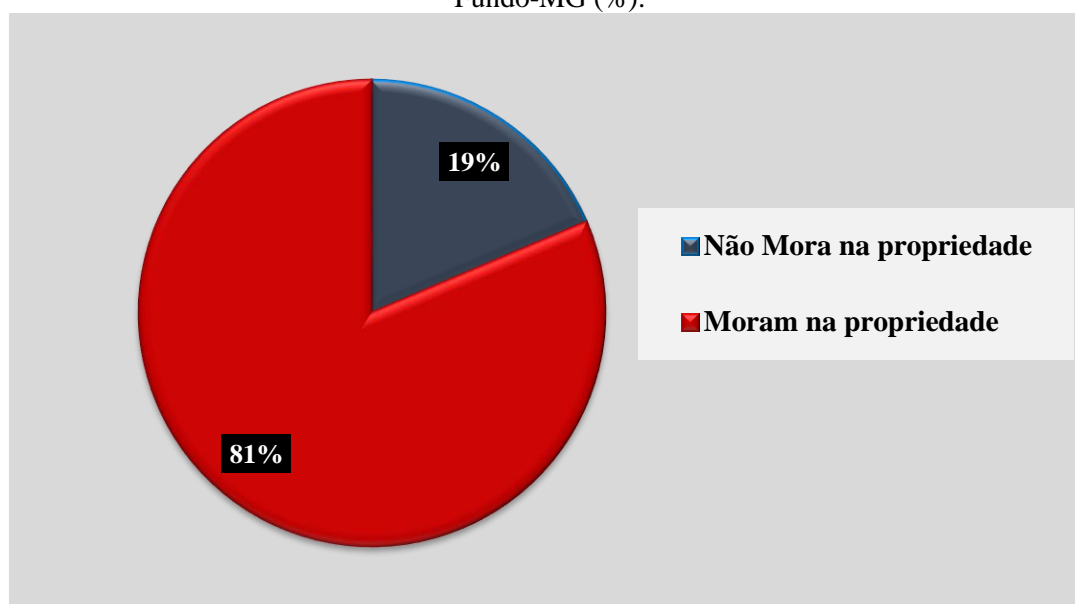
Apesar de apenas 19% dos membros da família, sobretudo os jovens, residirem no espaço urbano de Poço Fundo e em outras cidades, mostrando que ainda existe um número ainda significativo de pessoas no espaço rural. Das famílias entrevistadas todas têm no mínimo 3 membros.

Gráfico 11 - Quantidade de membros familiares por propriedade, Poço Fundo-MG.



Fonte: Trabalho de campo e entrevistas online (2022)

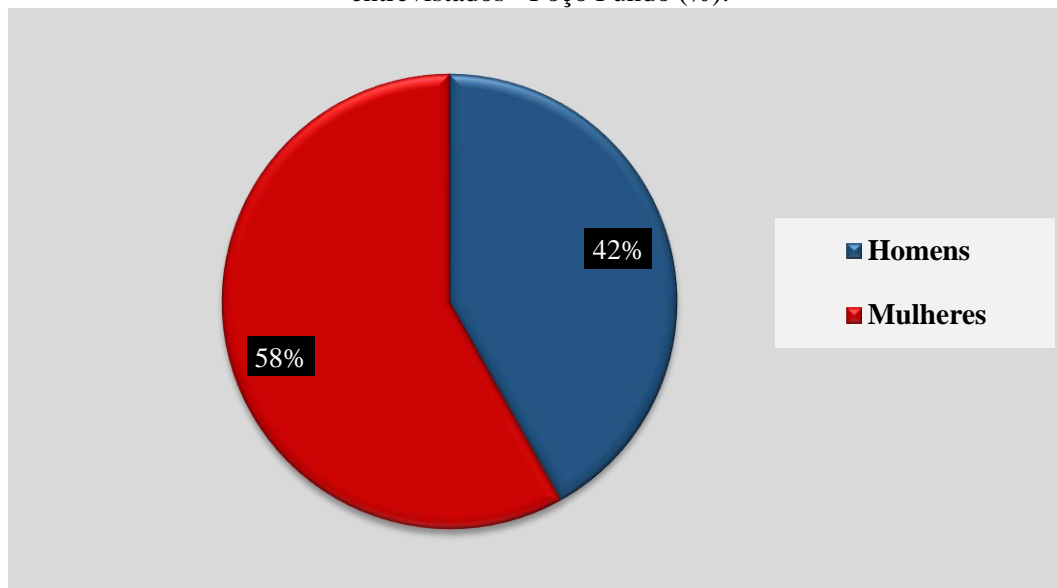
Gráfico 12 - Membros da Família que residem nas propriedades dos agricultores entrevistados - Poço Fundo-MG (%).



Fonte: Trabalho de campo e entrevistas online (2022)

Em relação ao gênero dos residentes nas propriedades, Gráfico 13, pode-se observar que 58% são mulheres e 42% são homens. Vale ressaltar que essa porcentagem é total dos moradores, incluindo todos que residem na propriedade.

Gráfico 13 - Homens e Mulheres que vivem na propriedade que vivem nas propriedades dos agricultores entrevistados - Poço Fundo (%).



Fonte: Trabalho de campo e entrevistas online (2022)

Mesmo com a tendência de masculinização no campo, em Poço Fundo, observa-se uma presença ativa das mulheres no contexto da cafeicultura, muito em conta, das ações e programas adotados pela COOPFAM, como o MOBI e a produção do café feminino, que agrega valor ao café produzidos, do início ao fim, pelas mulheres.

Quanto à dimensão territorial das propriedades rurais a média da área é de 14 hectares, embora existam algumas com 3 hectares e com 22 hectares, em média 60% a 70% das terras são destinados ao plantio de café, no qual todos possuem como a principal renda. Apenas 4 das propriedades dos entrevistados comercializam outros produtos, entre eles está o feijão, fumo e milho. Os demais entrevistados abordaram que as demais produções, além do café, são apenas para consumo próprio, dando destaque na comercialização apenas para a cafeicultura.

Uma das entrevistadas relatou que cultivava diversos produtos, pois acredita que é importante não se limitar apenas em um e sim em diversos cultivos, para assim ter outras opções de renda além da cafeicultura. Ela também relata que isso é a agricultura familiar, trabalhar com a diversidade de alimentos e de produção e destaca: “Sou Agricultora, porque eu gosto, poderia ter outra profissão, porém é o que eu gosto de ser agricultora. Mas já que sou agricultora, não faz sentido eu comprar legumes e alimentos, que eu mesmo posso produzir” (Entrevistada 3).

Um dos objetivos da agricultura familiar, além de manter o produtor no campo, é uma produção contrária a do agroexportador, porém as configurações no espaço agrário e as políticas

que favorecem o agronegócio, fazem com que os produtores tenham que se inserir no sistema capitalista de produção. O entrevistado 1, relata que “antigamente”, quando chegou no município com seus pais e era jovem, existia uma diversidade na produção agrícola e que o café não era uma das principais produções, porém foi alterado nos últimos anos, ocupando lugares da produção diversificada. O crescimento das exportações, devido aos incentivos neoliberais criados para o seu fortalecimento, modificou e alterou as relações de regiões e as dinâmicas territoriais, pois houve um aumento das produções agrícola, um movimento de aumento de determinadas culturas em determinadas regiões (FREDERICO, 2012). Esse foi o caso de Poço Fundo, que modificou suas culturas agropecuárias para entender os interesses mercadológicos do agronegócio.

A cafeicultura representa uma importante atividade econômica para o município, não apenas para o espaço rural, mas também para a cidade que possui diversos serviços e comércios para atender as dinâmicas agrícolas. Dentre os entrevistados, 82% deles relataram que a renda da cafeicultura é suficiente para pagar todas as despesas e necessidades familiares. Os outros 18% (2 entrevistados), relataram que não é suficiente, sendo que a explicação de um deles está relacionada ao fato de ter uma pequena área de produção, necessitando trabalhar como funcionário em demais produções.

A cafeicultura é uma produção que vem dando certo para esses produtores de Poço Fundo, seja pelo papel da cooperativa ou pelo modo de produção que os mesmos estão inseridos, afinal a cooperativa, por estar inserida no comércio justo, faz com que os seus produtores possuam maior valorização financeira. Esse ganho financeiro em relação à cafeicultura é um dos fatores que levam os produtores a não diversificarem sua produção agrícola, afinal a produção cafeeira tem gerado bons resultados. Torna-se, assim, necessário criar políticas que favoreçam e valorizem produções de alimentos essenciais, como arroz, feijão, tomate e mandioca, que já são produzidos no município, porém em uma escala menor. Pois as políticas ocorrem em direção a ampliação da exportação por *commodities* Alves (2021) retrata sobre isso e descreve que no ano de 2019, o crédito rural brasileiro chegou a 178 bilhões de reais, mas apenas 14,5% foi destinado ao Pronaf, mostrando que os investimentos governamentais subsidiam a *comoditização* do território brasileiro:

Nesse sentido, a comoditização do território se caracteriza pela diminuição de variedades agrícolas associadas a uma expansão de grãos e cultivos, destinados a atender o mercado externo e agroindústrias nacionais. Essa comoditização do território tende a homogeneizar a paisagem rural, reduzindo a presença de pessoas, a diversidade de objetos e ações na morfologia socioespacial, da diversidade da agricultura familiar a monocultura da grande propriedade, e por fim, essa comoditização é amparada e

subsidiada com recursos do Estado, em formas de políticas de crédito e financiamento. Apenas para exemplificar, em 2019, o crédito rural no Brasil atingiu a marca de 178 bilhões de reais³, e desse valor apenas 14,5% foi destinado ao PRONAF, que atende a agricultura familiar, ou seja, os sucessivos governos ao longo do século XX e XXI, subsidiam largamente a commoditização do território brasileira (ALVES, 2021, p.141).

Mesmo que a renda para esses produtores seja suficiente e que a produção cafeeira gere bons resultados para os produtores rurais, não se pode deixar de destacar que por estarem inseridos em uma dinâmica de *commodities*, esses produtores tornam-se “presos” a uma lógica global, com preços e demandas de um interesse internacional. Ou seja, os mesmos são inseridos de forma exploratória na dinâmica do agronegócio que procura beneficiar apenas os grandes empresários.

Por outro lado, a renda da cafeicultura tem garantido a permanência dos agricultores familiares no campo e dos seus possíveis sucessores. A renda é um fator dominante para a permanência dos produtores no ambiente rural, o trabalho no campo não é um trabalho fácil, porém quando o produtor consegue ter uma renda que o mesmo consiga ter qualidade de vida, a permanência se torna mais frequente.

Com relação ao crédito rural dos entrevistados é dividida em 36% entre os que não utilizam e 64% dos produtores que utilizam crédito rural. Dos que utilizam, todos são inscritos no PRONAF, relataram pedir o financiamento governamental quando necessário, em sua maioria para o custeio da produção. Além disso, também podem contar com o auxílio da cooperativa, que “adianta” um valor para eles, para que os mesmos utilizem na produção.

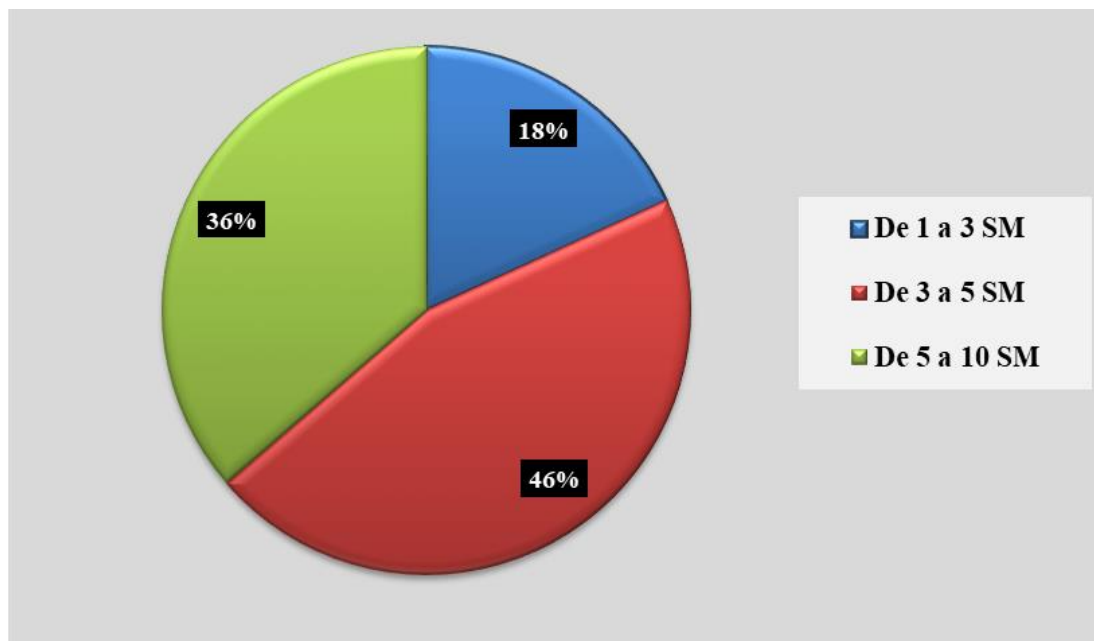
A renda, também como já mencionado em capítulos anteriores, influencia na permanência dos jovens no campo por observarem que a produção dos pais gera bons resultados. Esse é um reflexo que também é observado pelos jovens rurais entrevistados, que ao serem perguntados, se acreditam que a renda na cafeicultura seja suficiente, todos confirmaram que sim. Entre as incertezas dos espaços urbanos e o bom resultado dos espaços rurais, faz com que a escolha de permanência se torne mais favorável.

Ainda sobre a renda familiar, não existe nenhum produtor ou membro de alguma propriedade que seja aposentado, as atividades para obtenção de renda ocorrem em sua maioria dentro da propriedade, correspondendo a 94% das atividades. No Gráfico 14, pode-se observar renda familiar dos entrevistados é de 45% de 3 a 5 salários mínimos, uma renda que varia de R\$3.636,00 a R\$6.060,00² reais porém esse valor pode ocorrer a variação visto que a principal

² Valor relacionado ao salário mínimo do ano de 2022 que está no valor de 1.212.

renda é a cafeicultura e possui uma renda anual, que sofre oscilações de preços de acordo com a produção, clima e também dos preços tabelados internacionalmente.

Gráfico 14- Renda familiar entre os agricultores familiares entrevistados - Poço Fundo (%).



Fonte: Trabalho de campo e entrevistas online (2022)

De certa forma, a renda familiar apresenta indicadores relevantes para o contexto rural brasileiro, onde mais de $\frac{1}{3}$ ganha em média entre 5 e 10 salários mínimos, e quase metade entre 3 a 5 salários mínimos, demonstrando que a cafeicultura tem auxiliado nos ganhos econômicos e na viabilidade financeira.

Com relação à produção cafeeira, 45,5% dos entrevistados afirmaram produzir o café convencional sustentável, ou seja, uma produção que utiliza poucos agrotóxicos, que são listados pelo *fair trade*. Devido a COOPFAM estar inserida nessa dinâmica produtiva, diversos agrotóxicos são proibidos e toda a produção é fiscalizada pela cooperativa e por agentes internacionais, para que os mesmos tenham direito ao valor agregado do comércio justo. Outros 45,5% produzem o café orgânico, que diferentemente do sustentável e do convencional, não utiliza nenhum tipo de agrotóxico. E 9% dos agricultores adotam ambos sistemas de produção.

Os entrevistados que produzem o café orgânico relatam a importância de entregarem um produto de qualidade para seus consumidores, além da qualidade de vida e do benefício da natureza.

Já os entrevistados que produzem o café convencional sustentável retratam que não possuem interesse em produzir o café orgânico, seja no momento ou no futuro, entre as justificativas está a relação do valor da cafeicultura orgânica para a convencional não compensar diante do processo de mão-de-obra, que é mais delicado e pela produção em menor escala. Assim não acham favorável a mudança de produção.

O comércio justo visa uma produção sustentável e orgânica, a sustentável é voltada para uma produção com a utilização mínima de agrotóxicos, ou seja, os produtores necessitam seguir diversos critérios, que são fiscalizados pela a cooperativa. Em relação ao uso de agrotóxicos, os mesmos relataram que em 2022, alguns deles tornaram-se restritos na produção, fazendo com que diminuíssem ainda mais o uso dos fertilizantes químicos.

Além da não utilização dos agrotóxicos na produção cafeeira, os produtores relataram não utilizarem, também, nos demais produtos de comercialização e para consumo próprio, pois sabem que além da importância de entregar um produto de qualidade e saudável, também, necessitam consumir esses alimentos. O entrevistado 1, relatou que a produção de feijão, que é para consumo também é a orgânica, como toda a produção na propriedade e contou que um dos seus vizinhos produzia o feijão com a utilização de agrotóxicos e depois, para consumo, comprava o feijão dele, pois sabia que era utilização de veneno, por esse motivo não queria consumir.

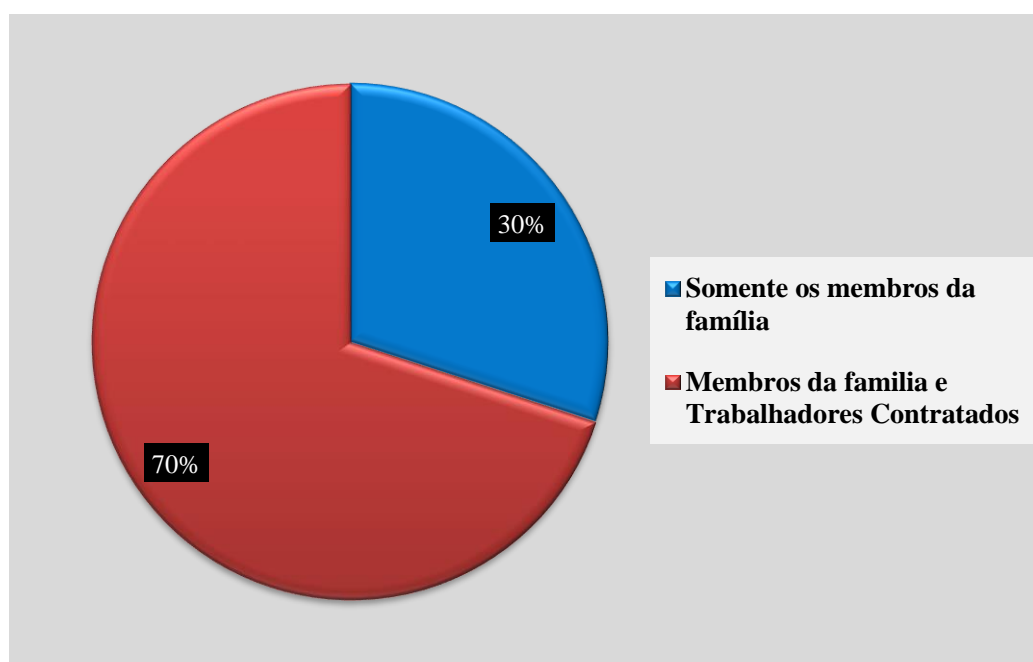
A produção cafeeira orgânica, além de uma alternativa econômica para os produtores, se insere pela melhor qualidade do produto e por pensar na saúde dos mesmos e dos consumidores, um dos entrevistados da pesquisa retrata sobre a importância de “Saber que o consumidor está recebendo algo saudável e de qualidade” (Entrevistado 1). Outra entrevistada fala sobre a importância de entender sobre o solo e compreender que não é necessário pacotes de insumos.

O maior beneficiado pela produção somos nós mesmos, pois estamos em contato direto com a produção, não utilizar agrotóxicos é bom para nós mesmos. Além de entregar um produto de qualidade. Temos um reconhecimento da nossa área, do nosso solo, temos uma área rural e assim é desnecessário pacotes de insumos, temos vários recursos na propriedade... Basta o conhecimento e a na verdade saber sobre a importância da sustentabilidade (ENTREVISTADA 3).

A relação de trabalho nas propriedades rurais dos entrevistados é caracterizada como familiar, como podemos observar no Gráfico 15, na qual 70% dos entrevistados responderam que a força de trabalho é somente familiar e 30% de familiares e contratados, porém apenas em uma propriedade os contratados são permanentes, os demais são temporários e também parceiros, que

trocam dia de trabalho entre os produtores, algo comum na agricultura familiar, visto que os vizinhos ajudam na produção e depois recebem ajuda e vice e versa. Uma das propriedades também, pela morte do pai, as filhas e as mãe criaram uma parceria com alguns produtores, em que eles possuem uma porcentagem na produção, algo que é dividido e negociado entre eles, a mãe é a chefe da família dá o suporte da produção, ou seja os investimentos para a produção e os parceiros a mão de obra. Isso foi realizado segundo elas, pela dificuldade de realizar as atividades braçais sozinhas.

Gráfico 15 - Tipo de força de trabalho empregada na lavoura de café pelas famílias entrevistadas - Poço Fundo (%).



Fonte: Trabalho de campo e entrevistas online (2022).

Entre os suportes para os agricultores entrevistados estão da cooperativa, que tem oferecido suporte técnico, financeiro e criando projetos que contribuem para a produção e capacitação de seus produtores e produtoras, algo que é bem visto pelos mesmos, principalmente pela participação e projetos realizados para os agricultores familiares de modo geral e para os jovens, foco desta pesquisa.

5.1 COOPFAM e os Jovens Rurais

A permanência dos jovens rurais, não deve ser apenas uma demanda familiar, mas de outras organizações das quais os mesmos se fazem presentes, entre elas estão as cooperativas, que necessitam criar dinâmicas e estratégias para a permanência e continuidade dos jovens agricultores.

Assim, a participação dos jovens também é uma demanda importante para o comércio justo, que entre suas propostas é a inclusão de jovens. Para o comércio justo a inclusão de jovens, como a de gênero, são fundamentais para o desenvolvimento sustentável equitativo nas organizações de pequenos produtores que estão inseridos no mercado *fair trade* (CLAC, 2022). Existem algumas estratégias e propostas para fortalecer o papel e participação dos jovens, como:

- Contar com espaços dentro das estruturas existentes de CLAC que lhes permita ter um espaço de reflexão e construção de propostas orientadas a fortalecer a participação de jovens e suas lideranças nas organizações de pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as);
- Fortalecimento organizacional, conscientização aos conselhos de administração das organizações de pequenos produtores(as) sobre a importância da inclusão de jovens e potencializar a sua liderança;
- Impulsionar programas e projetos que fomentem a participação de jovens em âmbitos empresariais e associativos;
- Incluir temas culturais e esportivos para a participação de jovens;
- Impulsionar Escolas de ensinamento e aprendizagem nas organizações, com temas como a autoestima, liderança, empreendimento, mudança climática, entre outros;
- Propor políticas a nível de governo para promover o desenvolvimento de capacidades das (os) jovens (CLAC, 2022).

A preocupação com os jovens também faz parte de um dos princípios do Comércio Justo que é: “Fomentar o desenvolvimento das capacidades e as habilidades, sobretudo, dos mais desfavorecidos e mais vulneráveis: jovens, mulheres, idosos, deficientes, entre outros grupos marginados” (CLAC, 2022). A preocupação é colocada como algo com toda família, por isso a preocupação com os grupos considerados mais vulneráveis no ambiente rural.

Os jovens cooperados serão o futuro da cooperativa, por isso existe uma necessidade de criar estratégias de aproximá-los da produção e das dinâmicas cooperativistas para que, assim, ocupem esses espaços futuramente. A sucessão não deve ocorrer apenas nas propriedades rurais, mas também dentro da cooperativa:

A sucessão geracional não diz respeito apenas à sobrevivência das propriedades rurais e da agricultura familiar, mas também a sobrevivência das próprias cooperativas agropecuárias, pois com a saída cada vez mais acentuada dos jovens, fica a perspectiva de como se dará a renovação das gerações de agricultores no campo e do corpo de associados das cooperativas (SPANEVELLO; DREBES; LAGO, 2011, p.2).

Sendo assim, a cooperativa possui uma responsabilidade social com a necessidade de procurar alternativas e estimular a sucessão geracional de seus cooperados. Existem diversas causas que influenciam na não permanência dos jovens rurais, sejam elas as relações dentro da propriedade ou até mesmo as dificuldades econômicas. Quanto mais a cooperativa promover e mostrar possibilidades e melhorias de vida, maior será a permanência dos jovens. A COOPFAM realiza diversos projetos com seus cooperados, principalmente com incentivo financeiro do *fair trade*, essas ações contribuem para que os jovens consigam ter perspectiva na permanência, pela valorização e incentivo por parte da cooperativa. O interesse do comércio justo é exatamente fortalecer as relações familiares, preocupando-se com as futuras gerações e a continuidade da produção agrícola.

A participação dos jovens na COOPFAM não é algo recente, pois desde o início da construção da cooperativa, com o processo de associação, já existia um movimento e participação dos jovens. Em entrevista com a coordenadora do Grupo de Jovens da mesma, relatou que a participação dos jovens na cooperativa são marcadas por dois momentos, o primeiro no início da associação, onde a discussão dos jovens partiu de dois colaboradores, que mobilizaram junto aos filhos de cooperados, estruturando um grupo entre eles, porém a finalidade desse primeiro momento eram mais voltadas para as questões culturais, realizavam festas juninas, saraus, encontros, entre outras atividades. Havia uma discussão sobre a sucessão geracional, porém o foco do grupo não era esse.

O segundo momento seria do grupo, que é o atual, que surgiu em 2013, após os jovens serem convidados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, Campus Inconfidentes, para a semana do agricultor, onde os jovens se organizaram, obtiveram patrocínio de vereadores para ajuda com as camisetas e transporte. Nessa semana foram os agricultores filhos de cooperados, jovens que eram amigos dos filhos de cooperados e durante a viagem surgiu a ideia de criar o grupo de jovens, com a finalidade de se encontrarem e discutirem ideias. O grupo, em um primeiro momento era informal, os encontros não eram realizados com frequência, não possuía coordenador, as atividades realizadas eram apenas quando eram recrutados dentro da cooperativa, como em feiras, festas, como a do café (PAIVA, 2022).

O grupo de jovens da cooperativa começou a ganhar força com a criação do departamento de jovens e mulheres, demanda das mulheres. Possuindo, assim, um apoio da cooperativa, com alguém responsável para levar as demandas dos jovens, incentivando nas reuniões, participando e contribuindo para a organização. Apenas em 2019 que o grupo começou a realmente acontecer com

a demanda atual, com reuniões mensais, com pautas e discussões sobre a permanência no campo, porém a pandemia do Covid-19, fez com que os projetos e demandas tivessem uma pausa. Em 2021 as atividades foram retornadas, foi realizado um regimento do grupo e, espera-se que em 2022 as reuniões, discussões e pautas se tornem ainda mais frequentes.

Dentro da cooperativa existe um departamento socioambiental, que é responsável pelos projetos das demandas das mulheres, jovens, idosos, questões ambientais e entre outros, que são realizados com o dinheiro recebido como "prêmio" pelo *fair trade*.

A cooperativa tem apoiado a criação de projetos que incentivam e atraem os jovens a permanecerem no campo, mostrando as vantagens da produção agrícola. A preocupação da cooperativa é constante para a permanência dos jovens no campo, visto que o êxodo rural ainda é frequente no país, principalmente pelas condições de trabalho, oportunidades na cidade, valores da produção, relações climáticas que afetam diretamente na produção. Assim influenciando a saída da população rural do campo.

Existem dois importantes apoios para que o grupo exista, primeiramente ele vem da diretoria, pois se a diretoria não se importasse com as demandas da juventude, dificilmente a participação dos jovens ocorreria. O segundo apoio vem do prêmio que a cooperativa recebe para realizar projetos de diversas demandas como ambientais, para saúde dos produtores, para as dinâmicas de gênero e também para os projetos com os jovens (PAIVA, 2022).

O *fair trade* manda dois tipos de prêmio, primeiro enviado para os cooperados para a utilização da produção e para cooperativa de acordo com as sacas comercializadas, para a realização de projetos e demandas da cooperativa (PAIVA, 2022). O pagamento do "prêmio" é uma bonificação de incentivo para que os produtores, proporcionando qualidade de vida como se fosse um elo, porém para isso o produtor necessita realizar uma lista de exigências e normas dos aspectos socioambientais. O produtor é um dos que fazem parte do sistema do *fair trade*, assim os projetos realizados dentro da cooperativa são para consolidar a relação entre cooperados e a cooperativa. Afinal, a finalidade do comércio justo é a melhor qualidade de vida dos produtores e a valorização de suas atividades, conforme explica Paiva (2022):

O *Fair trade* paga um prêmio para a cooperativa, para fazer diversas ações. Paga um prêmio direto para o produtor e um prêmio para a entidade de acordo com as sacas comercializadas, vem um valor correspondente a cada saca. Não vem específico para realizar as atividades para jovens, vem para realizar ações com meio ambiente, para ações para a comunidade, para a saúde do agricultor em geral, ações para a produção, ações na relação de gênero e também para jovens. A gente escreveu os projetos, mas o prêmio vem para esse fim também. Porém depende da diretoria de cada entidade estabelecer os fins

que vai utilizar o prêmio. Isso vai depender diretamente da diretoria, porém dentro do fair trade existem alguns pontos que são colocados para serem contemplados com o dinheiro do prêmio.

O apoio financeiro é essencial para a realização dos projetos e demandas dos jovens e também para a participação destes. O dinheiro do prêmio possibilita escrever projetos e com isso valorizar o grupo, pois com a realização das atividades os jovens compreendem a importância do grupo e as discussões de demandas de permanência da produção, sem a ajuda financeira dificilmente os projetos seriam realizados e sucessivamente existiria a participação dos jovens (PAIVA, 2022).

Atualmente o grupo de jovens da COOPFAM conta com 66 membros, porém nem todos são filhos de associados e participam da produção de café, alguns jovens entraram no grupo a partir de parceria com escolas. Como Poço Fundo se tornou uma cidade para o comércio justo, ou seja, existem dinâmicas dentro do comércio justo que é divulgar seu selo, sua marca, para promover nas pessoas do município o entendimento sobre o que é o comércio justo.

Figura 7 - Arte de Divulgação da Semana do Comércio Justo e Jovens pelo Comércio Justo - 2022.



Fonte: Instagram COOPFAM

Mesmo que a dinâmica do *fair trade* seja a valorização dos seus produtores e de suas atividades, ele está inserido nas dinâmicas capitalistas, o lucro é essencial, criando assim estratégias de mercado para valorização dos seus produtos. Certamente os produtores e a comunidade do município também ganham com a criação desses projetos, que são essenciais para a participação da população na configuração econômica local, visto que a produção cafeeira é importante economicamente para o município, como já mencionado.

Além dos projetos voltados para a juventude de modo geral do município, tem projetos voltados para os 66 membros do grupo de jovens.

Entre os projetos, de acordo com o departamento socioambiental estão:

- As parcerias com as universidades e demais institutos para influenciar nos estudos dos jovens, entre eles com IFSULDEMINAS, campus Machado;
- Curso para baristas - capacitação;
- Projetos de frutas e pomares, pois torna-se uma alternativa, opção de renda e autonomia financeira (Em 2021 foi voltada para bananas, maracujá e pitaya. Em 2022 será voltada para as frutas vermelhas);
- Financiamento de passaporte para jovens, para os jovens conseguirem fazer curso no exterior, com parcerias, algo que aparece frequentemente na cooperativa;
- Projeto Café Jovem (Projeto realizado com o departamento socioambiental junto ao departamento técnico) - É um projeto voltado para o financiamento da produção cafeeira.

A cooperativa possui um recurso separado para esse projeto, que será iniciado em 2022, o qual junto ao departamento socioambiental a coordenadora e o departamento técnico, realizam um levantamento de quantos jovens querem participar, quantos pés de café e assim fazem a divisão do recurso para contribuir com o custeio da produção (Departamento socioambiental).

Sabendo que existe o café feminino na cooperativa, foi questionado se existe a possibilidade de criar um café voltado para os jovens, e a resposta, é que existe sim essa possibilidade de criar um café dos jovens, visto que Grupo de Jovens vai passar para um processo de ser registrado, ganhando uma logo. Porém, esse não é objetivo do grupo, mas sim para a participação dos jovens na cooperativa de modo geral e também na permanência dos mesmos.

Em uma outra pesquisa realizada na mesma cooperativa em 2017, o então presidente, Pereira, relatou sobre o desejo de criar uma Escola Família Agrícola (EFA). Leite e Silva (2021)

relatam que essa metodologia consta de uma organização do ensino escolar, levando em conta as experiências dos jovens à partir da alternância:

Como o próprio nome sugere, a alternância se dá, sobretudo, entre os espaços e o tempo em que se destina a cada espaço: um tempo na escola, outro em casa, mas, em todos eles, há processos contínuos de aprendizagem. No tempo de escola, o ensino é coordenado pelos educadores/monitores. No tempo da propriedade agrícola, a família é responsável pelo acompanhamento das atividades dos estudantes, que são trabalhadas a partir de roteiros propostos pela escola. Cada tempo desses possui uma duração de quinze dias: alternam-se quinze dias na escola (sessão escola) e quinze dias em casa (sessão família) (LEITE; SILVA, 2021, p.29).

O relato do presidente é que a evasão escolar era presente, visto que os jovens estavam deixando de estudar por preferirem realizar as atividades no campo (LEMOS, 2019). Porém, uma das exigências para os pais se tornarem cooperados é que os filhos de até 18 anos estejam matriculados e frequentes nas escolas ou que já tenham terminado os estudos, como forma de incentivo dos jovens de permanecerem nas escolas, visto a importância dos estudos (ibidem).

Pensando na evasão e na dificuldade desses jovens de identificarem suas vivências no ambiente escolar, a cooperativa até então começou a criar um projeto para construir um modelo EFA no município. Questionado sobre isso com Paiva (2022), a mesma respondeu que a cooperativa ainda possui o desejo de implementar o modelo de escola, porém isso é um projeto ainda para futuro, visto que existem algumas dificuldades em implementar a escola. Dois dos jovens entrevistados fazem curso técnico em uma das Escolas Família Agrícolas EFA no município de Natalândia-MG.

Entre os entrevistados, todos fazem parte do grupo de jovens da COOPFAM, porém apenas 50% participam ativamente do grupo. Os que não conseguem participar, possuem outros compromissos, como por exemplo a universidade, estudam fora, o que impossibilita a participação dos mesmos com frequência. Porém, mesmo os que não participam ativamente acreditam que a cooperativa possui importante papel na valorização dos jovens e incentiva em suas participação, principalmente pela realização de projetos. A pandemia também alterou as dinâmicas do grupo de jovens, que necessitou dar uma pausa nos projetos do grupo.

Todos os jovens acreditam que a cooperativa incentiva a permanência dos mesmos no campo, principalmente por meio dos projetos que realiza. Uma das entrevistadas fala sobre a relação da cooperativa com toda família do cooperado, preocupando e dando suporte para todos, principalmente por meio dos projetos realizados para os jovens. Ela considera que os jovens são importantes para a cooperativa: “Os futuros cooperados, são os jovens de hoje em dia” (Entrevistada

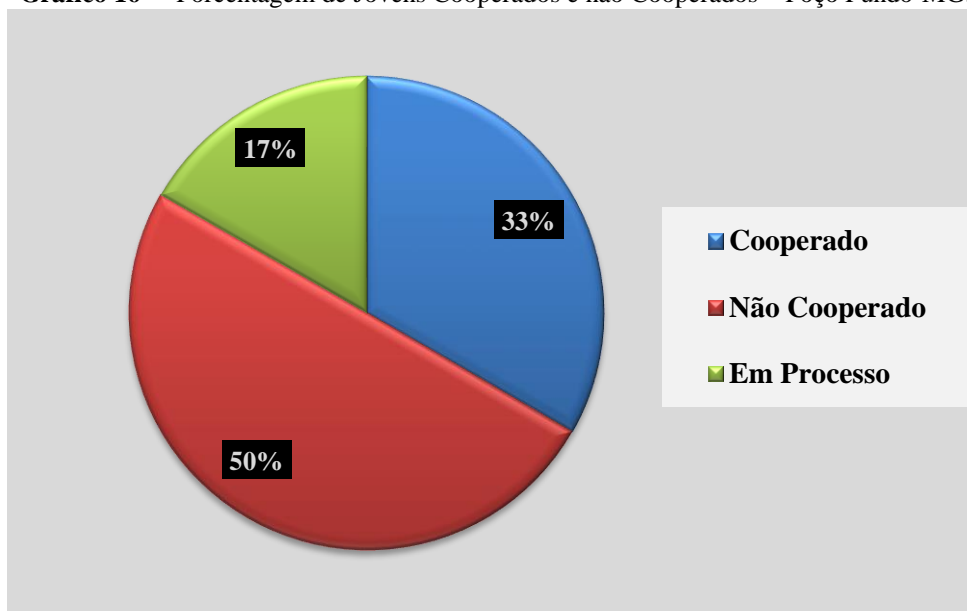
4). Outro jovem cita que a cooperativa tem ensinado e demonstrado o valor do campo (Entrevistado 7).

A construção da cooperativa em relação aos jovens possui um importante papel para garantir a sucessão de seus cooperados e, também, para dar continuidade à presidência. Porém, em relação a sucessão da diretoria, Paiva (2022), coordenadora do grupo jovens, retrata que faltam maiores incentivos por parte da cooperativa e dos associados para colocar jovens em cargos de liderança, não apenas na diretoria, mas também na liderança de grupos. Atualmente o vice-presidente, da gestão atual de 2022, é um jovem, porém para ela ainda existe uma dificuldade por parte dos cooperados em confiar os cargos de liderança, pois para eles os jovens não possuem tanta experiência, “A gente percebe que existe um receio em colocar os jovens lá” (PAIVA, 2022). Introduzir os jovens nesses espaços também contribui para a permanência dos mesmos nas propriedades e também na cooperativa.

Eu vejo que os financiamentos que foram feitos até por parte do grupo de jovens que surgiram como primeira lavoura, implementação da primeira lavoura, vejo que isso incentiva muito, principalmente os meninos. Pois dá oportunidade de renda para eles e perspectiva de futuro. O que eu vejo de incentivo hoje por parte da cooperativa é isso, mas sinceramente a cooperativa "capengou" muito nessa discussão sobre sucessão geracional nos últimos anos, tem dado enfoque em outros pontos, achei que faltou levar a discussão da sucessão geracional junto (ENTREVISTADA 13).

Em relação em se tornar cooperados (Gráfico 16), 36% deles já são cooperados e participam ativamente das reuniões de núcleos.

Gráfico 16 - Porcentagem de Jovens Cooperados e não Cooperados – Poço Fundo-MG.



Fonte: Trabalho de campo e entrevistas online (2022).

Em processo de cooperação estão 14% dos Jovens, que já estão participando das reuniões e dos núcleos, porém falta apenas uma etapa para se tornar cooperado, que pela pandemia do Covid-19 atrasou um pouco a filiação deles com a cooperativa, mas como ainda não são associados de fato não possuem o direito de votar. Os outros 50% não são associados, porém possuem o desejo de se tornarem, no entanto, principalmente para aqueles que estudam fora do município, no momento, seria inviável pela não participação das reuniões e dos núcleos. A cooperativa conta com mais de 21 núcleos, que oferecem suportes necessários para a produção cafeeira. Os núcleos são localizados em cada bairro rural, onde possuem reuniões e seus representantes.

Para os cooperados (pais e mães dos jovens entrevistados), todos responderam que a cooperativa, além de criar estratégias para a permanência dos jovens, também oferece uma boa assistência técnica e financeira.

6. JOVENS RURAIS, RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A SUCESSÃO GERACIONAL

Esse capítulo será apresentado sobre as relações dos jovens rurais diante da sucessão geracional, seus desejos, suas relações campo-cidades e como isso pode influenciar em suas vivências e modo de vida. Também será apresentado sobre a relação com a cafeicultura.

6.1 Sucessão Geracional: entre a realidade e o desejo de permanência

Atualmente, menos de 20% da população brasileira mora no espaço rural, ocorrente pela a saída dos agricultores de forma contínua do campo. Em um âmbito rural, o processo de urbanização ocorreu em todo mundo, porém de forma diferenciadas entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos diante das políticas e planejamentos que ocorreram em cada país.

Porém, no meio rural brasileiro ocorreram diversas mudanças, principalmente pelas políticas de modernização agrícola que favorecem os grandes e médios produtores (ZAGO; 2016). Pela falta de investimos podemos observar o declínio de propriedades rurais no âmbito familiar, dando espaço para as agroindústrias e para latifundiários que se fortalecem pelas políticas públicas que a beneficiam, aumentando, assim, a desigualdade social no campo.

A falta de uma reforma agrária e os investimentos mais voltados para o agronegócio, tem comprometido a permanência e continuidade da agricultura familiar, pois as famílias perdem suas autonomias e espaços diante do crescimento da dinâmica capitalista. Como já discutido no capítulo anterior, as propriedades rurais como forma de permanência no ambiente rural, se inserem nessas dinâmicas capitalistas de produção e comercialização. Zago (2016) retrata que a família vem passando por modificações em relação aos valores das gerações e a perda da autonomia do agricultor na dependência financeira das agroindústrias e ao capital financeiro, gerando maiores incertezas na sucessão geracional da propriedade e da permanência dos filhos (p.63).

Porém, mesmo que inseridos nessa dinâmica global do capital, a permanência dos produtores rurais é fundamental para dar continuidade às dinâmicas culturais, costumes e produção, que são comprometidas com a saída dos produtores do campo. Mesmo que esses agricultores familiares produzam *commodities*, seu modo de produção, além de garantir trabalho e mão-de-obra para o campo, não agride o meio ambiente da forma dos grandes latifundiários. Principalmente os que produzem de forma sustentável e orgânica como os produtores dessa pesquisa.

Como já mencionado, a juventude é diversa, suas dinâmicas e escolhas sejam de permanência ou de migração serão tomadas de acordo com as necessidades de cada jovem, as questões locais

onde ele está inserido podem interferir diretamente. As relações dentro da propriedade, família, suas perspectivas de vida, renda, relações de gênero, são fatores importantes, porém que será vista de forma diferenciada por cada jovem.

Diante disso, esse tópico possui o interesse de retratar os jovens rurais de Poço Fundo, os entrevistados, de acordo com suas perspectivas e dinâmicas na qual os mesmos estão inseridos, seja no mercado de trabalho e/ou no estudo, dentro ou fora do município, além dos desejos individuais. Esse tópico também apresentará o desejo dos pais na permanência dos filhos e a relação enquanto os possíveis sucessores da propriedade rural.

A agricultura familiar possui importante papel para manter os produtores no espaço rural, porém sua reprodução social está comprometida pela falta de sucessores rurais, que têm deixado o campo por diversos fatores, que são influenciados pelas relações internas e externas da propriedade.

Um dos principais desafios da reprodução social da agricultura familiar é a sucessão geracional. A reprodução social dos agricultores é necessária para a continuidade técnica, econômica, ambiental e social no ambiente rural (WANDERLEY, 2000).

A saída do campo ocorre com emigração seletiva, principalmente, de jovens e mulheres, deixando o espaço rural masculinizado e envelhecido. As jovens mulheres são as que mais migram, sejam elas por não se identificarem com o trabalho agrícola, já que os filhos homens em sua maioria são os que são inseridos desde a infância nas atividades, deixando as atividades de “cuidado” seja da casa, da horta ou dos irmãos, como por responsabilidade das jovens mulheres.

Um ponto importante a ser discutido é sobre o papel feminino que as mulheres vem ganhando espaço no âmbito rural, seja por meio de apoio das cooperativas ou movimentos sociais, garantindo a permanência delas e dos jovens. Porém, com a falta de políticas públicas que garantam a permanência dos mesmos no campo, faz com que essa luta seja constante, algo que é visto por algumas delas como algo cansativo, afinal a luta por direitos e espaços são constantes. Em conversa sobre o papel das mulheres dentro das cooperativas e no espaço agrário no campo, a coordenadora, relatou o trabalho constante de jovens e mulheres para reconhecimento e ganho de espaços, dentro das cooperativas e na própria propriedade rural.

Faz parte da reprodução social o processo de socialização da atividade agrícola desde a infância, em sua maior parte esse é um processo que ocorre na prática, pois para se tornar agricultor familiar é necessário o aprendizado de forma do preparo de pais para filhos, pois dificilmente esse

processo ocorrerá nas escolas (FARIA, *et al.* 2019). Como já discutido neste capítulo, a forma educacional voltada ao ambiente urbano não realizará esse processo de ensinamento. A família possui um importante papel para a manutenção e fortalecimento da cultura, costumes ao longo das gerações.

A relação de trabalho no campo acontece de forma diferente do que nos espaços urbanos, enquanto o jovem no espaço urbano é inserido ao trabalho a partir dos 16 anos, o jovem do rural é inserido no ambiente de trabalho desde a infância, seus pais levam para a produção desde muito jovens. Os filhos homens são os que primeiro são inseridos, pois os pais levam para a produção, como forma de se inserir nas atividades desde cedo. Aos poucos esses jovens são introduzidos ao mundo do trabalho familiar, aperfeiçoando as técnicas.

As modificações no espaço agrário brasileiro junto às dificuldades da agricultura familiar e a falta de sucessores no campo, tem contribuído para que o número da população rural caia no país. A população rural em todo país representa apenas 15,6%, uma queda de 2 milhões de pessoas em comparação aos dados de 2000 e 2010 (IBGE, 2000 e 2010). No estado de Minas Gerais apenas 17,24% (IBGE, 2010) da população é rural, mesmo que possua diversos municípios que dependem da produção agropecuária para economia local.

Existem diversos fatores que contribuem para o processo de sucessão geracional, entre os quais estão:

A capitalização das propriedades rurais, a geração de renda satisfatória e condições de trabalho favoráveis. Além desses, as perspectivas de continuidade das propriedades rurais também tendem a ser favoráveis quando os jovens têm acesso a terra, educação e lazer, autonomia dentro da propriedade, crédito e políticas públicas de incentivo para instalação como agricultor e estímulo de instituições locais de fomento técnico e extensão rural (SPANEVELLO; DREBES; LAGO, 2011, p.2).

Porém, mesmo que as modificações no campo tenham ocorrido em todo país, ela ocorreu de forma diversas. Outro ponto é que as decisões vão ocorrer para além das alterações e dificuldades no campo, mas a partir da escolha de cada jovem, de acordo com suas perspectivas:

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os 'ruralistas' predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração (BRUMER, 2007, p.38)

Assim, cada lugar terá relações de atração e expulsão para a migração desses jovens, que ocorreram de acordo com as dinâmicas presentes e a dinâmica dos mesmos com o espaço rural. Wanderley (2000) retrata que a agricultura familiar é inserida em um território, lugar de vida e trabalho, na qual o agricultor convive com outras relações sociais que desenvolvidas ultrapassam os laços familiares e de parentesco. O ambiente rural, onde os mesmos estão inseridos, não é apenas um ambiente de valorização cultural e de vida da agricultura, mas também de um ambiente de trabalho, responsável pela sobrevivência dos agricultores. Essa contínua relação no ambiente rural familiar faz com que sua permanência seja definida diante das dinâmicas apresentadas e vivenciadas em cada lugar.

As relações campo-cidade são um dos principais eixos da construção da perspectiva dos jovens em suas expectativas de permanência. As oportunidades de estudos, de trabalho como já mencionado são pontos atrativos para a migração desses jovens. A primeira relação dos jovens com o espaço urbano na maioria das vezes se dá pela migração diária do campo para a cidade para os estudos, ocorrente pelo frequente fechamento das escolas no campo. Outro processo é o da renda, quando os jovens não possuem condições de trabalho no campo ou não têm interesse nas atividades rurais.

A mobilidade com espaço urbano dos jovens pode se dar diariamente ou semanalmente diante das necessidades com o ambiente urbano. Dos jovens entrevistados, 43% residem parcialmente nos espaços rurais e 57% residem apenas no campo. A residência parcial no espaço rural ocorre por conta dos estudos e trabalho, que dificultam os jovens a se deslocarem todos os dias para a cidade, retornando para o campo aos fins de semana.

Dos 43% que residem parcialmente no espaços rurais, 33% deles residem em outro município, no caso Poços de Caldas (99.1 km de distância do município), por fazerem faculdade e a distância entre os municípios impossibilitam que os mesmos se desloquem diariamente para o município, como ocorre com os demais jovens, que migram diariamente para os municípios de Alfenas (49,5 km de distância) e Machado (16 km de distância). Existem transportes diários que fazem o deslocamento desses jovens para os municípios, mesmo que ocorra esse deslocamento diário, é mais viável os mesmos residirem no espaço urbano, seja pela propriedade se localizar distante no perímetro urbano ou até mesmo pelos horários que os mesmos retornam, por estudarem no período noturno.

Os jovens que residem na sede de Poço Fundo, moram com familiares, como avós, tios e irmãos e retornam aos fins de semana para suas propriedades rurais. Apenas um dos jovens dorme na cidade e retorna diariamente para a propriedade rural para trabalhar, revezando a vida entre os estudos e o trabalho rural. O mesmo relatou que entre os intervalos do dia, sempre está com um texto da faculdade para ler e retratou o desejo e gosto pelos estudos, principalmente em dar continuidade, depois da graduação, principalmente pelo gosto pela pesquisa. No dia do trabalho de campo e entrevista com o jovem, o mesmo estava com um dos textos da faculdade e falou que isso é algo rotineiro em sua vida, conciliar ambos os espaços (Entrevistado 1).

Para os que residem na cidade foi perguntado se possuem interesses em voltar a viver no campo, apenas um dos entrevistados relatou que não, que pretende continuar os estudos e investir na carreira acadêmica. Já os demais relataram que desejam sim retornar, sejam apenas para morar e continuar trabalhando em suas profissões ou mesmo para dar continuidade às atividades agrícolas. Processo que interfere na relação sucessora também, afinal o jovem que não possui o interesse de voltar ou morar no campo, também não possui o desejo de se tornar sucessor de seus pais.

Para os jovens que desejam retornar, mesmo que seja para apenas morar ou seguir sua profissão junto a cafeicultura, retrataram o gosto de morar no campo. A entrevistada 7, retratou que está na cidade apenas pelos estudos, pois o seu lugar é no campo. Já a entrevistada 6 disse que possui o desejo de morar fora do país, para estudar e viver uma experiência, porém com o desejo de retornar ao campo, pois ela sabe que no campo, ela seria mais feliz.

Para os jovens que residem no campo, a pergunta foi se possuem o desejo de migrar para o espaço urbano, todos responderam que não possuem o desejo de morar na cidade, pois não se veem morando em algum lugar que não seja no campo, alguns possuem desejo de se mudar para outra propriedade, principalmente as jovens mulheres, que namoram e quando casarem, possuem o interesse de passar a viver na propriedade da família do marido. Porém, ambas relataram que mesmo que isso ocorra, elas pretendem continuar com a produção na propriedade dos pais, pois possuem o interesse de serem sucessoras e também trabalharem e produzirem na propriedade do companheiro.

Essas jovens mulheres, por já possuírem namorados da zona rural, acabam criando mais uma relação e desejo de permanência, principalmente por ambos também estarem inseridos na produção cafeeira, o que facilita o desejo de permanecer. Porém, diferentemente do que acontece frequentemente no campo, a mulher está inserida no modelo patriarcal, mulheres jovens ou migram

para a cidade ou casam e dependem financeiramente do marido, que torna-se chefe de família. As jovens mulheres relataram que desejam sim ter suas produções independentes dos seus companheiros e continuar com suas produções de café.

Como já mencionado, alguns dos jovens residem nos espaços urbanos para dar continuidade aos estudos, porém 29% dos que residem no campo, continuam seus estudos, uma das entrevistadas estuda no formato EaD em uma universidade localizada no município de Machado, no que ela precisa ir apenas algumas vezes no campus da UNOPAR. Dois entrevistados, que são irmãos, cursam um curso técnico em uma EFA em Natalândia-MG, eles também não necessitam se deslocar sempre para a instituição. A entrevistada 3, também, faz curso técnico porém no IFSULDEMINAS, campus Machado, junto ao Ensino Médio e ela migra todos os dias para o município para estudar.

Dos entrevistados, 71% deles estão cursando, seja universidade ou curso técnico, como apresentado no quadro 2. Os demais, 29%, não cursam nenhum tipo de universidade ou curso técnico, porém finalizaram o Ensino Médio, apenas um dos que não estudam relataram não possuir vontade de realizar algum curso, os demais relataram que no momento não pretendem, porém sabem da importância dos estudos, principalmente para cursos que possam contribuir para a produção familiar da cafeicultura. O curso citado por desejo deles é de Agronomia.

Quadro 2 - Instituições e Curso que os Jovens Entrevistados cursam.

Cursos Técnicos/Universitários	Instituição/Município
Ciências Biológicas	IFSULDEMINAS Campus Machado
Direito	PUC Minas - Campus Poços de Caldas
Técnico em Agropecuária	IFSULDEMINAS Campus Machado
Administração	UNOPAR - Machado
Matemática	UNIFAL - Campus Alfenas
Psicologia	PUC Minas - Campus Poços de Caldas
Administração	IFSULDEMINAS Campus Machado
Estética	UNIFENAS - Campus Alfenas
Técnico em Agropecuária	EFA - Natalândia

Fonte: Trabalho de Campo e entrevistas onlines 2022

Os jovens que não estão cursando ou não possuem desejo de estudar são do sexo masculino, comprovando que as jovens mulheres são as que mais procuram os estudos, sejam para maiores oportunidades de emprego ou até mesmo para contribuir para a produção familiar. Os autores Brumer (2004) e Abramovay *et. al.* (1998) e entre outros autores que trabalham sobre sucessão geracional ou relações de gênero no campo, destacam que a desvalorização do trabalho feminino no campo leva as mulheres procurarem melhores oportunidades nos espaços urbanos. Abramovay *et. al.* (1998) retrata que a saída das jovens mulheres do campo ocorre mais pela desvalorização do seu trabalho, do que das condições do trabalho nos espaços urbanos.

As mulheres são as que mais procuram oportunidades de estudos, exatamente por essas desvalorizações de suas atividades e sobretudo pela relação de herança, que na maioria das vezes são destinadas para os jovens homens que continuaram sendo os sucessores. Com isso os pais incentivam as mulheres a estudarem e os jovens homens ao trabalho no campo. Porém, em relação aos jovens entrevistados com os estudos e a permanência dos mesmos no campo, a resposta foram ambas, ocorre um incentivo para a permanência e também para os estudos. Os pais acabam incentivando os jovens a darem continuidade aos estudos e também a permanecerem no campo, respeitando o desejo dos jovens.

O pai do entrevistado 6, retrata sobre o desejo para que o filho dê continuidade nas atividades agrícolas e permaneça no campo, porém sempre respeitou o desejo do filho em estudar e com isso incentiva aos estudos, pois ele sabe da importância também de estudar. O jovem fala que o pai dá suporte financeiro e ainda retrata: “Meu pai me ajuda financeiramente diferente de alguns pais que não gostam que os filhos estudem, meu pai sempre me apoiou e nunca me atrapalhou e impediu os estudos” (Entrevistado 6). Esse mesmo pai possui uma filha que não mora com eles na propriedade, mas que já que se formou e também fez mestrado, morou fora do país, tudo por conta dos estudos, algo que deixa o pai com orgulho e também foi um incentivo para o filho, que quer dar continuidade na vida acadêmica, como a irmã.

Os pais da entrevistada 14 também retratam a importância da continuidade dos estudos mesmo para aqueles que desejam permanecer nos espaços rurais, pois os estudos não são necessários apenas para aqueles que trabalham no campo. A falta de estudos está relacionada à permanência dos jovens. Abramovay *et al.* (1998) apresentam que a permanência dos jovens, em sua pesquisa, está ligada com o não término dos estudos, pois aqueles que estudam acabam

possuindo melhores condições de trabalho. O autor ainda faz uma crítica a esse processo, pois os jovens que permanecem também necessitam de estudos.

Menezes; Souza e Pereira (2012) apresentam que os jovens que ingressam no ensino superior, passam por mudanças no modo de agir e pensar diante das experiências na vida acadêmica, formações que podem distanciar do modo de vida rural. Algo que é comum, afinal nem todos os cursos dos jovens entrevistados nesta pesquisa são de cursos voltados para as dinâmicas rurais.

Os jovens entrevistados por exemplo que moram em Poços de Caldas, uma cidade média, que possui referência diante na região, seja pelas opções de turismo, trabalho e modo de vida, algo que se diferencia ao trabalho e modo de vida do município de Poço Fundo, que o trabalho e lazer, se tornam mais limitados, diante dos anos e processos, esses jovens podem optar pela migração direta para Poços de Caldas ou até mesmo para cidades maiores, com melhores oportunidades de trabalho. Assim, é perceptível que as escolhas desses jovens encontram-se de acordo com suas necessidades e espaços que os mesmos ocupam, o que não necessariamente está com o desejo de não pertencimento ao campo, mas os desejos e objetivos de vida. Destacando sobre isso, é importante apontar que compreender a importância da sucessão geracional no campo não é apenas para que os jovens agricultores rurais possuem apenas a perspectiva de permanência, como se fosse apenas a única solução de suas vidas, mas que estes tenham oportunidades de escolher entre permanecer ou sair diante das suas escolhas.

Porém, diante das dificuldades no ambiente rural a vida acadêmica ocorre como forma de oportunidade, o mesmo não enxerga no campo caminhos, diante das dificuldades financeiras, de terra e diversos fatores que influenciam na vida dos jovens rurais. Outro ponto importante destacar é a dificuldade de acesso dos jovens rurais nos espaços acadêmicos, pois a baixa escolarização dos pais e a falta de recursos faz com que os jovens não tenham acesso às universidades, sejam elas públicas ou privadas.

Além do preconceito que eles sofrem diante o mundo acadêmico, por serem jovens rurais, filhos de agricultores, algo que repercute muito na fala de uma das entrevistadas: Existe a consequência de quem você é, em um lugar que as pessoas não querem que você esteja” (Entrevistada 6). Como se, por serem filhos de agricultores, a única perspectiva para eles é o espaço rural, dando continuidade às atividades agrícolas, negando os desejos e vontades diante das opções

de trabalho e de oportunidades em outras profissões, algo que é apresentado para eles desde os anos escolares.

Com a modernização agrícola e as mudanças no campo, a chegada de novos equipamentos e utilização de insumos químicos, existe a necessidade de um melhor entendimento sobre as dinâmicas comerciais. A educação precisa ser vista principalmente no ambiente rural como uma educação voltada para a vida, o jovem terá a utilização dos seus conhecimentos para sua vida, seja no ensino escolar ou até mesmo acadêmico.

Diversos conteúdos, química é um, como a utilização dos ensinamentos voltados para a produção rural e por exemplo os insumos agrícolas, quantidade a ser utilizada e entre demais fatores, é algo que vai instigar os alunos do campo aos conhecimentos escolares, por levarem em conta suas relações de produção. Entre tantos outros conhecimentos que podem ser adaptados à vivência desses alunos.

Diferente do que acontece com os jovens da pesquisa apresentada por Abramovay *et al.* (1998), os jovens da Coopfam, mesmo que tenham finalizado a educação básica ou até mesmo estejam cursando uma universidade possuem o desejo de permanecer no espaço rural, seja como produtor ou até mesmo para contribuir com o gerenciamento da propriedade. Duas das entrevistadas retrataram que entraram na universidade com o curso que contribuiria para a produção rural. Uma delas que cursa administração já utiliza dos saberes acadêmicos na propriedade, ela é a responsável por tomar conta da parte administrativa.

O intuito de eu entrar no curso de administração foi esse, aprender umas técnicas na faculdade, que eu pudesse administrar o meu café, minhas coisas e minha propriedade... Foi por conta do meu pai que eu escolhi o curso de administração, porque ele falou para eu fazer e ajudar ele com as coisas na propriedade. Ele me incentivava pois para ele estudar era importante, pois ele não havia estudado e isso fez falta para ele, pois essa parte de lidar com o papel, essas coisas assim, ele tinha dificuldade e ele pedia para eu estudar, para ajudar ele nessa parte (ENTREVISTADA 7).

Essa entrevistada em questão perdeu o pai a alguns anos, ela quem contribui e auxilia a mãe dentro da propriedade, mesmo que a mãe seja a principal responsável pela propriedade, a entrevistada já realiza as funções de sucessora. O incentivo dos pais em relação aos estudos não vai em uma opção distante as atividades no campo, elas ocorrem como forma de incentivo às melhorias no espaço rural.

A relação de estudo e permanência no campo, está relacionada aos projetos e incentivos que a cooperativa realiza com os jovens, como já mencionado um dos critérios para se tornar

cooperado é que o filho do produtor esteja estudando, ao menos terminar o ensino médio. A realização de projetos em parceria junto ao IFSULDEMINAS, campus Machado, também é uma característica que agrega os estudos e a continuidade no campo, visto que o Instituto Federal tem cursos de graduação e técnicos na área de agrárias.

A educação representa uma vantagem para os jovens rurais que procuram os estudos como uma maior alternativa de trabalho, o que pode ser diferente ao do ambiente rural ou complementar. O incentivo aos estudos pelos pais fazem com que os jovens tenham maior escolaridade em relação aos seus progenitores, eles relacionam o estudo como maior oportunidade de emprego. Menezes, Souza e Pereira (2012) retratam que a maior demanda de estudo dos jovens rurais está em relação ao aumento das ofertas de estudos noturnos que possibilita o jovem ao estudo.

Em diversas bibliografias como de Brumer (2007); Carneiro (2001) e Abramovay et. al (1998) mostram que a procura de estudos por parte das jovens mulheres é superior relacionada aos homens, pois elas não são cotadas por muitas vezes a serem sucessoras na produção rural, possuindo os estudos como principal alternativa. Quando as jovens migram para os espaços urbanos à procura de estudos, muitas perdem o direito à terra (herança), pela não participação na produção.

Porém, migrar para o espaço urbano, seja ele do seu município ou de outro para dar continuidade aos estudos, principalmente universitários, faz com que entre os jovens surja uma relação de preocupação e de dificuldade de deixar o lugar de origem, distanciando da família e do modo de vida que existe ali:

Eu escolhi fazer a contabilidade a distância, justamente para não ter que ir e voltar todos os dias ou morar na cidade. Eu sou bem apegada a minha família e ao convívio de casa... Eu e minha irmã trabalhamos com cestas orgânicas e eu sempre estive presente com minha família, eu ia para a feira com eles (pais)... E isso me fez ficar o estudar e não estudar, pois ao sair de casa, pensar que teria que morar na cidade, isso não queria, por isso optei em ter o estudo, porém fazer a distância (Entrevistada 4).

A globalização e seus avanços diante das dinâmicas econômicas e territoriais alteram o modo de produzir e as necessidades de produção, favorecendo as grandes empresas e as multinacionais, deixando o produtor na mão dessas configurações. Porém, por outro lado, a globalização “facilitou” o modo de informações e a internet é um importante fator para esse aceleração de informações. O acesso a internet possibilita que milhares de pessoas consigam estudar de suas casas, seja pelas informações e cursos de capacitação ou até mesmo pelas diversas opções de universidades com Educação a Distância.

O acesso a internet nas propriedades rurais é visto como necessário, como também ocorre nos espaços urbanos, o campo modernizou em suas dinâmicas agrícolas com a chegada de diversos maquinários, que alteraram a forma de produzir e também tem modernizado diante do uso da internet, que está cada vez mais presente no ambiente rural.

A pandemia criou uma adaptação nos estudos de milhões de pessoas, por todo mundo, estudantes se viram estudando em suas casas com acesso a tela de computador. Isso não foi diferente com os jovens de Poço Fundo, que além de estudarem no sistema EaD, viram suas vidas serem modificadas, pois precisaram voltar para a casa durante o confinamento da pandemia, seu cotidiano, que até então tinha passado ser apenas na universidade, viria ser dividida entre as atividades na propriedade e os estudos. Esse processo fez com que os jovens voltassem a ter relação com o ambiente rural e com suas vivências.

Porém, a relação de migração dos jovens para os espaços urbanos não ocorre apenas nas universidades, é um processo que inicia desde a educação básica. O fechamento das escolas rurais faz com que os jovens possuam a necessidade de migrar para dar continuidade aos estudos, visto que as escolas rurais do município de Poço Fundo possuem escolaridade apenas o fundamental I, o que leva os alunos a necessidade de estudarem em escolas nos espaços urbanos. Processo esse que aconteceu com todos os entrevistados.

Questionado sobre isso, se os conteúdos eram adaptados e aplicados para a produção rural, os jovens retratam que não, porém que algumas vezes os professores trabalhavam com os alunos sobre alguns aspectos do campo. Uma das jovens entrevistadas fala sobre essa não valorização das atividades agrícolas no ambiente escolar: “Não ocorre pois o trabalho do agricultor familiar não é valorizado, suas atividades não são enxergadas com devida atenção” (ENTREVISTADA 6).

A educação por si só beneficia as classes mais privilegiada, isso ocorre no campo, onde a classe mais favorecida é dos latifundiários e do agronegócio, por isso os livros didáticos e os conteúdos são apresentados como o importante papel do agronegócio, ocorrendo em sua maioria uma não descrição dos problemas sociais e ambientais que a produção agroexportadora gera. É aí que entra o papel dos movimentos sociais e da educação no campo, como uma formação que vai contra a da classe dominante, valorizando as atividades dos agricultores familiares e de camponeses.

Existe ainda nos dias atuais um preconceito em relação aos produtores rurais, que é reforçado pela mídia brasileira sendo retratados como jecas, atrasados, caipiras, colocados como

inferiores nas dinâmicas e relações urbanas. Alguns dos jovens também retrataram que existia alguns comentários preconceituosos por parte dos professores, seja diretamente ou indiretamente:

Era engraçado, pois os professores não incentivavam os alunos da zona rural e as turmas que eram melhores em desempenho era as dos alunos da zona rural. E mesmo assim os professores não incentivavam ou abordavam a questão da importância do trabalho da zona rural para a cidade, para o Brasil, os assuntos eram trabalhados muito minimamente (ENTREVISTADA 13)

Os professores incentivaram pouco os jovens rurais, poucos dos conteúdos valorizavam o trabalho no campo. Tinha professores que tinham preconceito com a população rural, falavam que a gente não queria e nem iria estudar. (ENTREVISTADO 2).

Os professores da escola desprezavam o seu ensino, eles não se importavam que você queria ir para a faculdade, pois você não tem capacidade de está lá, pois você é da roça...Algo na minha sala que ainda representava ainda mais isso, os jovens que eram filhos dos professores e não dos espaços rurais, mesmo que tirando a mesma nota que a minha, eram considerados melhores, exatamente por serem da cidade. Você acaba entrando em processo que nega sua existência e quem você é, o tempo todo. Então acaba complicando, pois você necessita lidar com várias situações e ainda sobre a sua existência, pois eu não sou filha de médico, de juiz e doutor...Eu sou filha de agricultor (ENTREVISTADA 6).

Preconceito esse que também repercute no espaço universitário, a mesma entrevistada relatou que isso ocorre no espaço acadêmico na qual ela está inserida, principalmente por aqueles estudantes de cidades maiores, que desmerecem por ser filha de agricultor e da roça. “É uma consequência de ser quem você é, em um ambiente onde as pessoas não desejam que você esteja, é o tempo todo precisando negar a existência dessas pessoas” (ENTREVISTADA 6). Pela desvalorização da agricultura familiar e sobretudo dos agricultores, faz com que as falas e preconceitos diante ao povo rural, sejam reproduzidos.

Algo que repercute diretamente na vida dos jovens rurais, que ao chegarem nas escolas/universidades urbanas, são taxados como inferiores. Os comentários e falas de preconceito em relação aos moradores rurais, por parte dos professores reforçam aos alunos a relação de “atraso” do jovem no campo, atribuindo o espaço urbano como a melhor opção. Não levar em consideração o modo de vida desses alunos é ignorar a relação afetiva e as dinâmicas diárias, que além das atividades escolares, necessitam realizar as atividades agrícolas que não possuem valorização no espaço escolar.

O sistema educacional no Brasil ocorre de forma hegemônica, não levando em consideração o modo de vida e a realidade dos jovens, sobretudo daqueles que vivem no campo, na qual os conhecimentos e ensinamentos são direcionados a uma educação urbana. Um novo modelo educacional é uma necessidade para dar continuidade e sobrevivência da agricultura familiar no

país, com isso é necessário debater sobre uma educação que leve a pensar a relação da educação e trabalho, para que o jovem consiga ver possibilidades de permanecer no campo (BACON; FAGUNDES, 2018).

Bacon e Fagundes (2018) acreditam que além das escolas abordarem sobre esses assuntos rurais, existe uma necessidade de abrir instituições que estimulem o profissionalismo dos jovens rurais que possui o intuito de, além dos conteúdos obrigatórios, trabalhar com as dinâmicas rurais, como por exemplo a metodologia da pedagogia da alternância. A pedagogia da alternância possui como metodologia a integração entre conhecimento e vivências:

Essa pedagogia alia os conhecimentos formais escolares aos conhecimentos da família do agricultor, contribuindo para o fortalecimento do trabalho com agricultura, pecuária, extrativismo, piscicultura, e enriquecimento de suas experiências de vida e trabalho. É esta contribuição que fará com que a escola desempenhe sua função social transformando-se em espaço de valorização das práticas socioculturais e econômicas, visando a melhoria de vida da comunidade, podendo contribuir para a conquista do desenvolvimento local sustentável (NASCIMENTO, 2009).

Entre as instituições que utilizam essa metodologia estão as Escolas Famílias Agrícolas (EFA). As Escolas Famílias Agrícolas apresentam elementos que configuram como escola, porém a sua essência deve ser compreendida como um Centro de Formação, pois possui como prioridade a formação de pessoas e não uma escolarização de pessoas (CRUZ, 2014). Esse modelo educacional, possui uma relação entre escola e família, pois os conhecimentos empíricos são trabalhados em conjunto aos teóricos.

O funcionamento dessa metodologia valoriza a participação dos jovens na produtividade rural e no modo de produção, visto que os mesmos utilizam de suas vivências com uma valorização não apenas dos agricultores familiares, como também da própria Educação no Campo, que possui ainda algumas barreiras no país, como apontado por Moraes e Moraes, 2018:

Nesse sentido, as Escolas Famílias Agrícola constituem-se como um espaço de fortalecimento dos ideais da Educação do Campo e de formação integral do sujeito, para além da própria escolarização. As EFAs são escolas comunitárias, formadas a partir de uma associação de famílias de agricultores camponeses, instituições e/ou pessoas afins que, organizadas, a criaram para oferecer educação contextualizada com o campo (p.3).

A criação de políticas públicas e movimentos que constroem uma educação que valorize o trabalho no campo é fundamental para que os filhos dos agricultores vejam a necessidade de continuar os estudos. Porém, diante de um ensino bancário que continua favorecendo as massas mais favorecidas, o ensino continuará os favorecendo.

Os jovens entrevistados possuem o desejo de continuar estudando e também de continuarem ou voltarem para o campo. Isso acontece pela relação de pertencimento deles com o ambiente rural e com a atividade cafeeira, assim mesmo que o curso universitário não tenha relação com o campo, o pertencimento leva os menos criarem planos de darem continuidade às atividades agrícolas. Algo que foi relatado por uma das entrevistadas:

O que percebo que o jovem da zona rural de Poço Fundo, mesmo que escolha uma outra área, que não seja agricultura ou agropecuária, eles têm um sentimento de pertencimento ao município muito grande e um vínculo muito forte. Então mesmo quando não é a área dele, que buscam outros caminhos, que até não sejam na zona rural, mesmo assim eles voltam, às vezes tocam junto com os pais. Agora os da cidade raramente voltam a passeio (ENTREVISTADA 13).

Isso é reflexo das diferentes formas que ocorrem no ambiente rural e no ambiente urbano, primeiramente, pela construção da identidade do indivíduo em cada espaço. Os agricultores familiares, são inseridos no modo e meio de produção desde crianças, onde suas relações ocorrem por meio do trabalho dos pais. O espaço rural é organizado pelos seus habitantes em seus laços familiares e de vizinhança, o campo é construído a partir das relações desses sujeitos que o habitam.

As vivências e as relações dos sujeitos no campo, fazem com que o espaço torna-se lugar, são as dinâmicas e relações presentes entre eles, que é construído o pertencimento. Para Tuan (1983) o espaço torna-se lugar à medida que adquire uma definição e um significado, às experiências ocorrem de formas diferenciadas, em momentos que são colocados como importantes. Assim, as formas nas quais são apresentadas por aquele espaço, fará com que torna-se um lugar, com suas relações definições de afeto, que ocorreram de forma singular, diferentes sujeitos puderam vivenciar o mesmo espaço, porém com diferentes aspectos de lugar, de acordo com seu espaço vivido.

O espaço rural sofreu suas alterações diante da modernização e sucessivamente as relações do espaço vivido, pois o êxodo rural e a modernização agrícola levou a uma nova configuração para o espaço. O lugar então começa ser alterado a partir das relações internas e externas daquele espaço.

O espaço rural pode ser visto de formas diferentes, sejam daqueles que moram ali e os que estão a passeio, a relação do lugar é compreendida de formas diferenciadas. Tuan (1974) retrata que o mesmo lugar pode ser enxergado de diferentes formas, de acordo com o que é considerado belo e bonito, para o “visitante” o lugar será avaliado de um ponto mais crítico em relação aos

que vivenciam ali. O autor ainda salienta que o ponto de vista do visitante é importante, pois trata-se de uma perspectiva nova. Nesse sentido, partindo do entendimento do espaço rural de Poço Fundo, as relações vivenciadas dos agricultores diante do meio rural, ocorrem de acordo com suas vivências e particularidades. Assim, compreender o que é o espaço rural para eles é entender sobre como eles enxergam o lugar, pois um visitante e um pesquisador poderão enxergar de formas diferenciadas, partindo de um entendimento crítico diante do que se enxerga.

Diante disso é importante salientar que os fenômenos presentes no campo e as relações individuais de cada um, será determinante para suas escolhas individuais. O mesmo espaço rural pode gerar renda e oportunidades de permanência, porém a escolha para dar continuidade às atividades agrícolas e moradia no campo, ocorre de forma singular, de acordo como é vivenciado e enxergado o lugar.

A relação dos jovens com o espaço ocorre, primeiramente, dentro da propriedade e entorno dela, o que pode justificar a relação de pertencimento, afinal o modo de vida e a produção se inserem na ótica cultural dos sujeitos, que podem ser alterados com a saída dos mesmos ou as transformações do espaço.

Porém, em relação aos jovens entrevistados, diante de suas falas é notável a relação de pertencimento dos mesmos com o ambiente rural, pois os mesmos configuram como sendo o lugar deles. A entrevistada 7, por exemplo, que retrata morar na cidade apenas pelos estudos, pois o seu lugar é na roça ou, também, o entrevistado 11, que retrata que não se vê morando na cidade, pois seu lugar é na roça e é o que ele sabe fazer. Ou até mesmo os outros entrevistados que retrataram que mesmo diante da continuidade dos estudos e demais escolhas de vida, pretendem continuar morando no campo.

As dinâmicas de lazer também fazem parte das relações com o lugar. O lazer no espaço rural não possui uma diversidade, com o passar dos anos e as mudanças no espaço rural fizeram com que as questões culturais e as dinâmicas de lazer fossem alteradas. Afinal, os jovens que ocupam atualmente o campo não são os mesmos que ocupavam a 50 anos atrás, os desejos e os interesses também foram alterados. O lazer no espaço rural possui uma ótica diferenciada do espaço urbano, pois possuem poucas opções de lazer no campo, diferente do que ocorre na cidade, deixando assim mais atrativa (OLIVEIRA, 2006).

Pela pouca alternativa de lazer no espaço rural, a cidade torna-se um atrativo nesse quesito, seja pelas maiores oportunidades ou até mesmo pelos ciclos de amizades. O lazer faz parte da

construção da identidade desse jovem, pois faz parte do momento de descontração, que ocorre em um espaço fora da sua propriedade e do seu cotidiano. O lazer é, então, uma ferramenta social, suas relações com demais jovens sejam eles nos espaços urbanos ou até mesmo no seu bairro rural será responsável por contribuir para a construção de sua identidade.

As opções fora do ambiente rural se tornam importantes, visto que no campo, em sua maioria, ficam limitados a relações voltadas à natureza ou encontro entre os vizinhos. Porém, em relação a Poço Fundo, por se tratar de uma cidade pequena, as opções de lazer também se tornam limitadas diante das poucas opções presentes. Então, entre as opções de lazer citadas pelos jovens entrevistados, estão a de jogar bola, visitar algum familiar, sair para comer, sair e encontrar o namorado e a namorada e encontrar amigos da cidade

Os jovens que estudam em outros municípios como em Poços de Caldas e Alfenas, relatam que enquanto estão em Poço Fundo a maior parte do seus lazes são voltadas para o ambiente rural, principalmente pelo custo de lazer de cidades como Poços de Caldas, que as opções se tornam mais caras do que no município. Porém, Poços de Caldas e Alfenas por serem cidades médias, possuem mais opções de lazer para jovens, o que torna-se um maior atrativo em relação a vivência nesses espaços, visto que o lazer é essencial para o bem estar desses jovens.

Oliveira (2006) fala sobre as poucas opções de lazer no campo:

Em relação aos moradores do campo, o lazer precisa ser observado com um olhar mais atento, pois ao contrário dos centros urbanos, no meio rural são poucas (e/ou outras) as opções de lazer disponibilizadas, assim como são poucos os estudos que tratam diretamente o lazer para as pessoas residentes no campo. Podemos afirmar que o que vem acontecendo é que o interesse dos jovens vem se transformando diante da diluição das fronteiras entre campo e cidade, onde os modos de lazer da cidade se tornam mais atrativos para os jovens rurais do que os do campo. Diante deste cenário faz-se necessário uma reflexão a respeito das possibilidades de se ampliar às formas de lazer no campo, de forma a responder o interesse dos jovens em contato com outros valores que os têm aproximado dos jovens da cidade (p.57).

Toledo (2021) aborda a importância para compreender a relação do jovem com o espaço e entender as relações dos mesmos em uma construção do seu plano individual, mas também coletivo. As situações que ocorrem diariamente com os jovens dentro da propriedade rural influencia diretamente nas escolhas e tomadas de decisões, se os mesmos possuem uma relação boa no campo, ali se tornará o seu lugar, o que pode contribuir para a permanência.

O lazer seria o momento em que o jovem sai desse cotidiano, vive e convive com demais pessoas e grupos, vivem novas relações e espaços. A espacialidade dos jovens nos espaços de lazer, ocorrem de forma diferenciada do seu cotidiano (Toledo, 2021). A velocidade de tempo, espaço e

interesse são alteradas, pois nesses espaços os jovens conseguem ser jovens, viver e desfrutar da juventude, longe das responsabilidades das atividades agrícolas.

Nos jovens entrevistados o lazer está associado aos encontros com os amigos, namorados, familiares, que ocorre tanto no campo como na cidade, a localidade próxima das propriedades e a facilidade ao acesso campo-cidade, faz com que o lazer no espaço urbano seja uma alternativa. Algo que vale destacar é que os jovens que não possuem namoradas e, principalmente os jovens homens, o lazer se desenvolve mais no espaço urbano. Dos entrevistados 72% do lazer ocorre em ambos espaços, desde o campo até os espaços urbanos, porém ocorrem na maioria das vezes na cidade, 21% o lazer ocorre apenas no ambiente urbano e 7% ocorrem apenas no espaço rural.

Depois de entendermos sobre as relações no espaço que ambos estão inseridos e os processos deles com o lugar, partimos para a compreensão sobre o desejo deles em se tornarem sucessores na propriedade rural. Como apresentado no Quadro 3, nota-se que 93% dos entrevistados desejam ser sucessores de seus pais, apenas 7%, um entrevistado, respondeu não. Por outro lado, o pai do entrevistado disse ter o desejo do filho continuar e acredita que o mesmo permanecerá no campo. Mesmo que o desejo desse filho seja de não permanecer e ser sucessor, os pais não ficaram sem sucessores, pois o filho mais novo, segundo o irmão, possui o desejo de continuar e será o sucessor. Porém, mesmo que ele não seja o sucessor, ele relatou que quer continuar produzindo no campo, porém de forma menor, para conseguir dar continuidade no seu trabalho e vida acadêmica.

Todos os pais entrevistados responderam que possuem o desejo dos filhos em permanecerem no campo, porém que respeitam as escolhas dos mesmos, e eles incentivam tanto para dar continuidade aos estudos, como também para sua permanência. O incentivo ocorre de forma financeira e também dando espaço na produção, para que os mesmos obtenham renda e condições de permanecer.

Quadro 3 - Relação Jovens e Permanência dos mesmos no campo dos entrevistados, Poço Fundo-MG.

Entrevistados	Gênero	Idade	Pretendem morar no campo	Desejam ser sucessores	Continuar na Produção Cafeeira	Pais desejam que sejam sucessores
Entrevistado 1	Masculino	20 anos	Ainda não sabe	Não	Não sabe	Sim

Entrevistado 2	Masculino	20 anos	Pretende morar no campo, porém trabalhar na cidade	Sim	Pretende porém não de forma direta	Sim
Entrevistado 3	Feminino	16 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 4	Feminino	19 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 5	Feminino	21 anos	Pretende morar no campo, mas não sabe se continuará na cafeicultura	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 6	Feminino	19 anos	Pretende morar no campo e trabalhar na cidade	Sim, porém não sabe se diretamente	Trabalhar no campo também, porém não sabe se na propriedade dos pais	Sim
Entrevistado 7	Masculino	23 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 8	Masculino	18 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 9	Masculino	23 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 10	Masculino	20 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 11	Masculino	19 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 12	Masculino	20 anos	Sim	Sim	Sim	Sim

Entrevistado 13	Feminino	24 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrevistado 14	Feminino	20 anos	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Trabalho de Campo/Entrevistas via online (2022)

Nas questões sobre gênero, tanto o desejo das filhas mulheres em dar continuidade, tanto dos pais em passar a sucessão para elas, ocorrem mesmo onde os pais possuem filhos homens e mulheres. Ao ser questionada, uma das jovens, se existe uma relação diferenciada entre ela e seu irmão, sobre as tomadas de decisões e também na produção, ela relatou que isso não ocorre nem por parte dos pais e nem do irmão, pois desde o início ele foi introduzido a compreender o papel dela na propriedade.

As jovens mulheres entrevistadas possuem desejo de trabalhar nas atividades agrícolas, elas já produzem seus cafés, seja de forma coletiva com a família ou até mesmo individualmente em um espaço dentro da propriedade.

Entre as dificuldades dos jovens no campo, eles relataram sobre os problemas voltadas às questões climáticas que interferem diretamente na produção e conseqüentemente na renda dos produtores, junto ao trabalho pesado e a falta de equipamentos modernos. Duas jovens entrevistadas relataram que a maior dificuldade no campo é por serem mulheres e as atividades agrícolas serem mais “pesadas” e com isso elas possuem dificuldades em realizar. O trabalho “pesado” para o patriarcado é destinado e colocado como responsabilidade do chefe da família, no caso o homem e com isso as atividades domésticas consideradas “leves” são colocadas como função da mulher, como se as mesmas não tivessem condições de realizar as atividades “pesadas” e até mesmo desvalorizando as atividades domésticas realizadas por elas.

Paulilo (1987) aborda que o trabalho não é destinado leve ou pesado de acordo com suas dificuldades, mais sim de quem o realiza:

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandam o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe (PAULILO, 1987, p.3).

Essa dinâmica faz com que ocorra uma naturalidade em relação ao que é considerado atividade "pesada", as mulheres no campo acabam atribuindo suas atividades e suas obrigações como algo "leve", colocando as atividades "pesadas" como não possíveis a serem realizadas por elas. Mesmo que as mulheres sejam jovens ou não estejam ocupando os espaços rurais e participando das produções e tomadas de decisões, ainda existe um processo de entendimento da importância e da valorização das suas atividades.

A função do trabalho foi alterada diante das necessidades de consumo desses jovens, sejam para suprir suas necessidades básicas ou para atender as criadas pela dinâmica capitalista. Pensar nessa questão nos leva a entender que os interesses dos jovens em permanecer no campo, podem ser alterados de acordo com o que é imposto para eles como o bem de consumo.

A cafeicultura possui papel importante para a economia do município de Poço Fundo como já mencionado nos tópicos anteriores, onde a produção ocupou espaço de demais produções. Com isso torna-se necessário entender a relação dos jovens rurais com a cafeicultura.

6. 2 Jovens Rurais e a Cafeicultura

A relação da renda é um importante fator para a permanência dos jovens no campo e a produção de café ajuda com que essa permanência aconteça.

A cafeicultura possui importante influência econômica em diversos municípios do estado de Minas Gerais, na região do Sul a produção de café é elemento essencial para economia local, como é o caso de Poço Fundo, como já mencionado anteriormente. Assim, existe uma preocupação em relação ao futuro na atividade e transmissão de ensinamentos e responsabilidades para os possíveis sucessores, já que é conduzida de forma familiar (FARIA, *et al.* 2019). Por se tratar de uma produção familiar os jovens dessa pesquisa, se faz necessário compreender os interesses e a relação dos mesmos com a produção cafeeira, já que serão os possíveis sucessores.

Como podemos observar no quadro 3, na seção anterior, existe um desejo de permanência dos jovens entrevistados para a sucessão geracional e sobretudo para dar continuidade a cafeicultura, seja de forma direta ou indiretamente. Pois os jovens além de possuírem outras opções de trabalho e renda, tem outras perspectivas de vida, pois para eles a cafeicultura faz parte da vida deles, do modo de vida dos mesmos, porém diante de suas vidas, ela não é a única alternativa.

A relação dos jovens com a cafeicultura começa desde sua infância, onde os mesmos acompanham seus pais na produção, além de ser uma produção que ocorre dentro da propriedade,

onde os mesmos estão presentes no ambiente, o que faz com que ocorra uma relação de proximidade.

Wanderley (2000) retrata o importante papel da família para a tomada de decisão em relação à permanência, pois o desejo de continuidade terá relação com as conquistas e a estrutura de produção da propriedade. Assim, a renda obtida pelos pais também torna-se um fator atraente em relação a sua permanência. Como mencionado no capítulo anterior, os pais agricultores acreditam que a renda com a cafeicultura seja suficiente para a vida deles. Para os jovens entrevistados a renda também é vista por eles como suficiente, pois ambos acreditam que, dependendo do modo de vida que eles levam, dá para ter uma vida confortável.

O trabalho no campo é cansativo, a renda é incerta, pois ela ocorre anualmente e por diversos fatores como produção, cotação, ela pode se diferenciar, o que também é visto como uma das dificuldades de permanência no campo, por essa oscilação dos preços.

A modernização agrícola também é vista como algo de dificuldade no campo, o Entrevistado 2 retratou que a falta de equipamentos, os quais muitos deles não possuem acesso é um fator de dificuldade, pois ajudariam muito na produção. O mesmo ainda destaca que chegam equipamentos em alguns lugares e propriedades maiores, porém não chegam para eles que possuem uma produção menor, mostrando que a modernização agrícola intensificou a desigualdade no campo. O tamanho da propriedade também é algo que interfere em relação a esse entrevistado, seu pai relatou que a vida seria mais confortável se o mesmo tivesse uma propriedade maior, pois sua propriedade tem 3 hectares, onde toda a produção está voltada para o café e sua casa está localizada na cidade, para deixar a propriedade apenas para a produção. O produtor retrata que pelo tamanho da propriedade é necessário trabalhar em outras produções para ajudar na renda.

Porém, mesmo diante das dificuldades presentes no campo, o trabalho urbano também não é visto como solução para eles, pois mesmo que o trabalho do campo não possua uma remuneração fixa, ou seja pode ocorrer interferências, diante da vida e o salário dos espaços urbanos, ela continua sendo a melhor alternativa.

O Brasil, diante das crises políticas e econômicas vivenciadas atualmente, tem gerado grandes índices de pobreza e de fome. De acordo com a Oxfam Brasil em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer, com um aumento de 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em menos de um ano. A pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) mostra que 58,7% da população brasileira convive em

segurança alimentar em algum grau, levando o país a regredir o patamar equivalente na década de 1990 (OXFAM BRASIL, 2022). Porém, a fome também atinge a agricultura familiar, o Inquérito Nacional sobre Insegurança alimentar apresentou em seu relatório em 2022, que 22% dos agricultores familiares estão atingidos pela fome. Isso ocorre pela falha nas políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, comparada aos investimentos ao agronegócio, que tem crescido, com aumento nas exportações, de acordo com IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica), que entre janeiro a abril de 2022 o agronegócio registrou um superávit de US\$ 43,7 bilhões, com um crescimento de 34,9% da exportações em relação ao ano anterior.

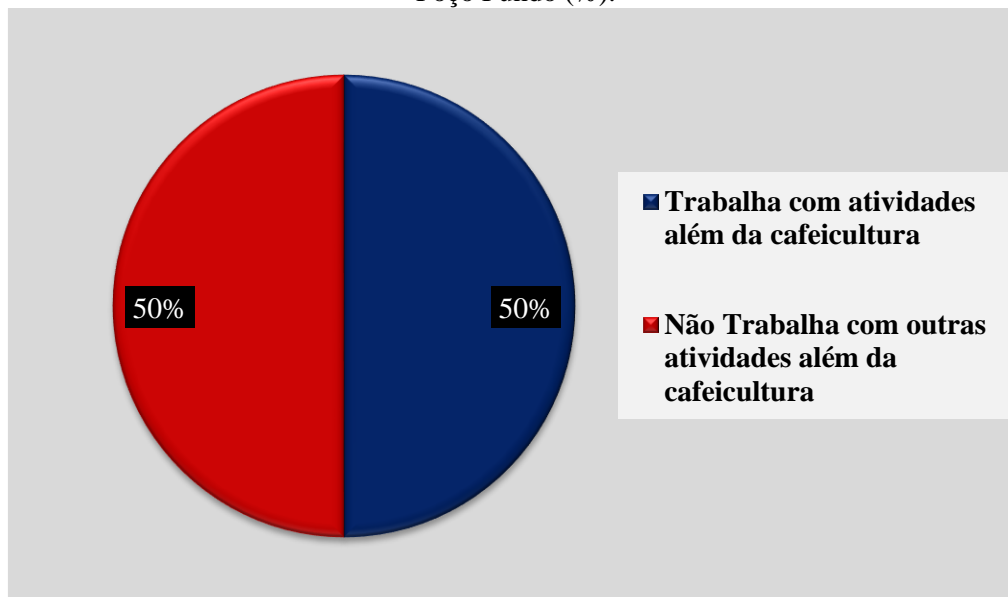
Os índices de desemprego nos espaços urbanos, de acordo com IBGE, no primeiro trimestre de 2022 a taxa de desemprego era de 11,1%, com 11,9 milhões de desempregados. Fazendo com que o espaço urbano também não seja uma alternativa favorável. Por isso a necessidade de fortalecimento das políticas públicas tanto para o ambiente urbano como para o rural, para garantir os produtores no campo, sobretudo com incentivos da produção de alimentos de necessidade básica, para ir em contrapartida ao agronegócio.

Afinal, os dados mostram que mesmo que o agronegócio esteja em crescimento, o índice da fome também, apresentando que o agronegócio não alimenta os brasileiros e sobretudo contribui para o nível da pobreza, diante das políticas que o favorecem. As políticas públicas para o campo e a reforma agrária deveriam consistir em diminuir a pobreza e garantir a permanência dos agricultores no campo.

Apesar das dificuldades de inserção dos agricultores no modo de produção capitalista, a vida dos agricultores familiares entrevistados, é favorável, tornando-se um dos incentivos para permanecerem no campo. Reafirmando que Brumer (2007) retrata, que a migração para os espaços urbanos ocorre mais pelo insucesso das atividades agrícolas, do que das vantagens e sucesso do ambiente urbano. Afinal, como podemos perceber, quando a renda é favorável no campo a migração para cidade não se torna uma alternativa.

Mesmo que a cafeicultura seja uma renda viável para os produtores e os jovens, metade deles realizam outras atividades além da produção de café. Como podemos observar no Gráfico 17, entre as atividades realizadas por eles estão voltadas para agricultura, como a produção e venda de hortaliças, tem também voltadas para o comércio nos espaços urbanos, estágios remunerados, vendas de quitandas e trabalhos na associação de cafeicultores.

Gráfico 17 - Jovens que trabalham com atividades agrícolas e os que trabalham com demais atividades - Poço Fundo (%).



Fonte: Trabalho de Campo e Entrevistas via online (2022)

A renda dos jovens entrevistados varia de acordo com suas ocupações, tem os que trabalham somente com o café, alguns possuem produção individual e, também, os que recebem ajuda financeira dos pais, isso ocorre tanto para aqueles que trabalham e residem integralmente no campo ou para aqueles que contribuem com a produção nos finais de semana. A renda para os que trabalham com as outras atividades é para benefício próprio, seja para seus gastos, ajudar nos custos da universidade ou até mesmo para investimento na produção.

Duas das jovens (Entrevistadas 3 e 4), que são irmãs, além de possuírem uma parte das terras na qual elas produzem seu café, mas que por enquanto ainda não tem gerado lucro, também trabalhavam na feira, vendendo hortaliças, algo que as mesmas foram inseridas desde criança com a venda, ambas falaram que os pais introduziram elas nessas atividades desde pequenas, a terem seu próprio dinheiro e também na valorização das atividades agrícolas. Atualmente elas vendem quitandas para contribuir na renda familiar, onde sua avó produz bolachinhas, bolos e demais produtos para que elas comercializem.

Figura 8 - Quitandas vendidas pelas jovens entrevistadas como forma de contribuir para renda, Poço Fundo-MG.



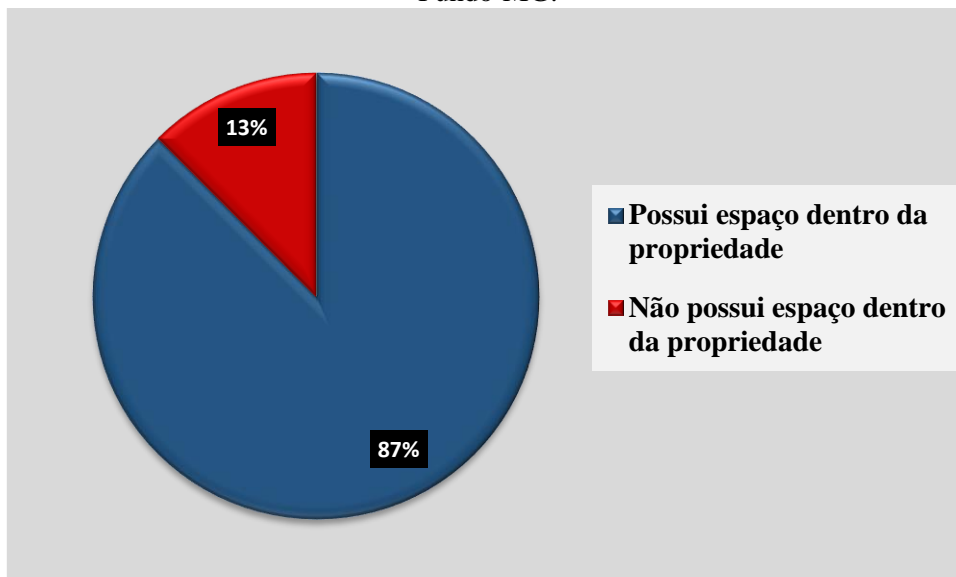
Fonte: Arquivo pessoal das entrevistadas.

Os jovens que trabalham com a cafeicultura somente, além da produção individual ou de forma familiar, tem aqueles que também possuem produções com primos, tios e demais familiares, seja com forma de sócios ou para obter maior renda.

Uma forma de incentivo dos pais para a permanência dos jovens e a passar a sucessão geracional de forma gradual e também oferecendo uma parte das terras para os filhos, para que os mesmo consigam ter o seu espaço de produção e também renda própria. Além do espaço oferecido pelos pais, inicialmente ajudam com os custos da produção e também de forma manual, ajudando-os desde a plantação até a colheita. Esse processo é visto pelos jovens como importante forma de incentivo, pois, assim, conseguem ter acesso a um modo de produção.

No gráfico 18, podemos observar que 88% dos jovens possuem um espaço de produção agropecuária dentro da propriedade, que foram oferecidas pelos pais, os outros 13%, que ainda não possuem, relataram possuir a vontade e isso, também, é o desejo dos pais, de passar um espaço para eles, para conseguir a produção.

Gráfico 18 - Porcentagem dos Jovens que possuem espaço agropecuário dentro da propriedade, Poço Fundo-MG.

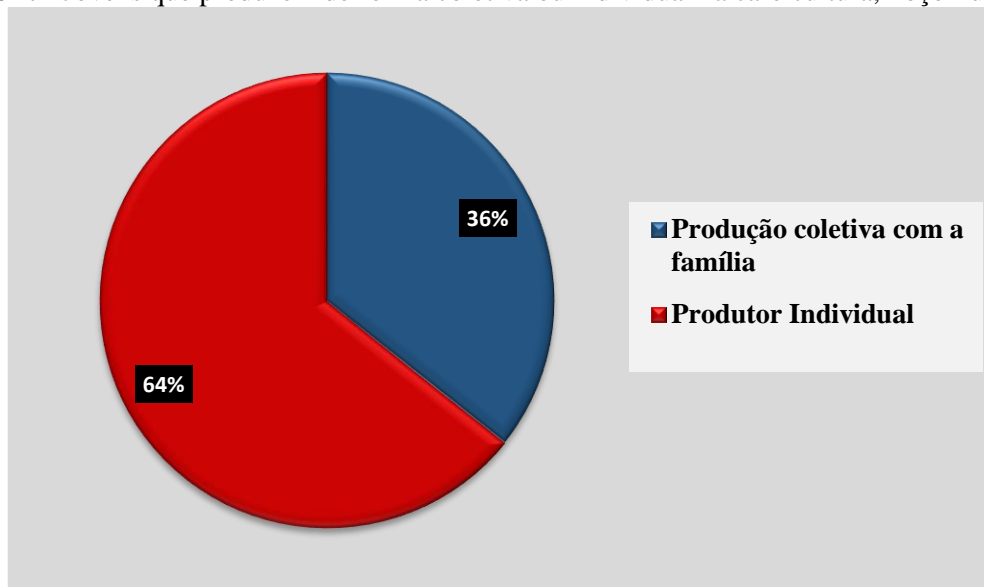


Fonte: Trabalho de Campo/Entrevistas online (2022).

O espaço dentro da propriedade rural não necessariamente é voltada para a produção cafeeira, por mais que em sua maioria a terra seja voltada para esse fim. Para os pais, esse processo também contribui para que os jovens sejam seus sucessores.

Em relação a produção cafeeira, os jovens produzem como já mencionado de forma coletiva com os familiares, mas tem aqueles que produzem de forma individual dentro da propriedade por espaços cedidos pelos pais. Dos entrevistados, 64% deles possuem produção individual, seja dentro da propriedade ou em outro espaço, pois têm jovens que produzem com primos em outro espaço, também tem os jovens que os pais compraram terras em outro espaço, próximo a propriedade. Os outros 36% produzem apenas de forma coletiva com os pais, porém possuem renda de acordo com suas necessidades que são solicitadas aos pais, porém ambos possuem desejo de ter renda individual no futuro.

Gráfico 19- Jovens que produzem de forma coletiva ou individual na cafeicultura, Poço Fundo-MG.



Fonte: Trabalho de Campo/Entrevistas online (2022).

Dos jovens que produzem de forma individual, 70% estão inseridos na produção de café orgânico, a renda obtida diante a venda dos produtos é maior, pela questão do manejo e qualidade do café, o que para os jovens é visto como positivo, porém é um trabalho que requer maiores cuidados, o que para os demais jovens não é visto como vantagem, mesmo com a produção com valor mais agregado.

Ao serem questionados sobre o futuro deles na cafeicultura e na propriedade, o desejo dos jovens é de continuarem na produção cafeeira mesmo que em menor proporção por dar continuidade aos estudos ou pela profissão que ambos também desejam exercer para além da produção cafeeira. Porém, para aqueles que querem continuar com a produção cafeeira no futuro, desejam aumentar e ampliar a produção. Os jovens desejam continuar na cafeicultura, porém alguns não rejeitam se adaptarem a outra produção caso necessário.

A cafeicultura para esses jovens faz parte do modo de vida deles, o desejo de continuarem na produção e no modo de cultivo dos pais é algo presente por eles. Como a cafeicultura orgânica também faz parte de uma ideologia, um dos entrevistados mesmo retratou que a produção orgânica não se trata apenas de uma questão de renda, porém de uma ideologia e modo de vida deles. Assim, os jovens já crescem em um ambiente entendendo o importante papel da produção sem agrotóxicos ou de forma mais sustentável.

A produção cafeeira faz parte da vida dos jovens e de seus familiares, onde os mesmos foram inseridos desde a infância, isso junto a favorável renda obtida faz com que a permanência e continuidade na produção seja favorável, mesmo para aqueles que continuaram de forma gradual, realizando outras atividades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo passou por alterações que transformaram o modo de produzir, o que alterou o modo de vida dos produtores rurais, que precisaram se adaptar aos novos modelos de produção. Com isso, as relações dos mesmos com o lugar também sofreram mudanças.

O modelo capitalista de produção no campo surge com a Revolução Verde, que aparece com a falsa ideia de acabar com a fome nos países pobres e cria-se, então, uma dependência dos países não desenvolvidos para os países desenvolvidos. A modernização agrícola e as políticas públicas voltadas para a exportação, alteraram as relações do modo de produção nacional, abrindo espaços para as *commodities*. Além de alterar o modo de produzir, fez com que os produtores se tornassem “reféns” de um sistema que os exploram.

Essas alterações no modo de vida do espaço agrário, sobretudo nacional, fez com que os produtores tivessem diversas dificuldades de permanência no campo. Visto que em consequência dos preços da produção moderna, os produtores não possuem fácil acesso aos maquinários e insumos químicos, levando, assim, a emigração para os espaços urbanos. A saída dos produtores rurais continua constante diante as dificuldades que os mesmos enfrentam diariamente.

A saída do campo ocorre de forma seletiva, pois os jovens e as mulheres são os que migram em maior frequência, pois por estarem inseridos no meio patriarcal que desvaloriza as funções realizadas por eles e a dificuldade de acesso à terra, a renda e entre diversos outros conflitos, acabam interferindo em suas permanências. Essa migração seletiva tem caracterizado o campo como um espaço masculinizado e envelhecido, comprometendo a reprodução social da agricultura familiar.

Essa migração por parte dos jovens tem comprometido a sucessão geracional, que é vista como um importante elemento para a continuidade dos agricultores familiares, não somente na produção, mas, também, nas questões culturais e sociais que são comprometidas. A sucessão não é apenas para mudar a ordem e dono do patrimônio, mas é dar continuidade ao modo de vida dos produtores. Os jovens necessitam possuir melhores condições no campo, com políticas públicas mais eficazes, que se preocupem com a permanência e renda dos jovens agricultores que possuem o desejo de permanecer, porém, com as dificuldades vêm a necessidade de migrarem.

A renda é um dos principais fatores de permanência da agricultura familiar, pois onde os produtores conseguem se manter é mais viável. Porém, com a falta de investimentos em políticas

públicas para agricultura familiar e o processo de modernização agrícola, alteraram e transformaram o campo, levando os produtores a adaptarem seus cultivos, como forma de permanência. Assim deixando de produzir alimentos essenciais e dando espaço para a produção em *commodities*. Essas transformações ocorreram em todo país, de forma alterada, de acordo com as necessidades que o capital foram criando, monopolizando as regiões para atender o mercado externo.

Entre essas adaptações e transformações está a de produção de café, que possui a região do Sul de Minas como a maior produtora do país, elemento importante para a economia dos municípios, entre eles o de Poço Fundo. A cafeicultura se insere no município na qual é produzida em sua maioria de agricultores familiares de pequenas propriedades, ocupando espaços de demais cultivos de produtos essenciais, como arroz e feijão. As multinacionais e as cooperativas instaladas na região, são responsáveis por delimitar esse processo de produção, onde o agricultor se vê "refém" de um sistema internacional que beneficia as grandes empresas. A economia do município se desenvolve na agropecuária com destaque para a cafeicultura, que gera empregos de forma direta e indiretamente pelos serviços na cidade que ocorrem para atender as necessidades da produção.

Além da cafeicultura convencional pode-se observar que a produção orgânica e sustentável tem gerado bons resultados aos produtores, pois gera maiores valorizações no preço comercial, isso ocorre principalmente pela cooperativa local está inserida no modelo *fair trade*, que possui como finalidade pagar valores mais justos para que os produtores tenham uma vida digna. Porém, por outro lado, os produtores necessitam seguir uma lista de exigências, como forma de se inserir no mercado. Assim mesmo que eles sejam valorizados, os mesmos se tornam "reféns" de um padrão internacional, que se não possuir condições de seguir, não terá condições de permanecer.

Vale lembrar que a produção de cafés especiais no país, surge a partir de uma necessidade de ampliar as relações comerciais e oferecer um café de qualidade, que os comerciantes internacionais exigiam. Com isso, como podemos observar nos mapas que apresentam sobre a exportação dos cafés no país, sejam eles especiais ou convencionais, os principais países de comercialização serão os mesmos.

Como já mencionado, as cooperativas fazem parte desse processo de monopolização das regiões no território agrário do país, pois em sua maioria elas se inserem como empresas. A Coopfam, possui importante papel no espaço que está inserida, visto que é uma cooperativa de pequenos produtores, além de estar inserida no comércio justo, que valoriza economicamente a

produção dos agricultores, também realiza projetos para a permanência e bem estar dos produtores e cooperados. Entre os projetos, encontra-se o dos grupos de jovens da Coopfam, que possuem jovens filhos de cooperados e demais jovens do município de Poço Fundo.

O *fair trade* e a cooperativa promovem esses projetos para além da garantia de produção e permanência dos agricultores no campo, mas também para divulgar e fortalecer o mercado, por isso a participação de todo o município torna-se importante. Nesse sentido a Coopfam, tem realizado um bom trabalho, visto que os cooperados e seus filhos estão satisfeitos. Isso pode ser o reflexo do desejo de permanência dos jovens no campo, pois mesmo diante dos demais interesses como estudos e a vida nos espaços urbanos, em sua maioria possuem o desejo de retornar ao campo e também de dar continuidade a cafeicultura.

A renda também tem contribuído para a permanência dos agricultores e principalmente os jovens, que vêem perspectiva de continuar na produção pelos bons resultados dos pais. Além das incertezas do ambiente urbano, que não garantem bons resultados de acordo com a renda que os cooperados têm conquistado na cafeicultura, principalmente na produção orgânica que gera melhores resultados e também que deixam os agricultores satisfeitos pela entrega de um produto saudável e de qualidade.

Porém, existem fatores que também influenciam e podem se tornar uma questão para a não permanência, que está relacionada ao lazer, infraestrutura e terra, pois mesmo que os pais passam uma parte da terra para os filhos, eles tornam-se independentes da terra dos pais. Assim, além das melhores condições que a produção tem gerado para esses produtores é necessário políticas públicas voltadas para a permanência dos jovens.

Dessa forma, constata-se que a sucessão geracional na agricultura familiar em Poço Fundo é complexa e depende de vários fatores que estão em constante processo e podem influenciar na permanência ou não dos jovens no campo, entre eles pode-se citar:

Pontos Positivos:

- A rentabilidade da produção do café e o comércio já estabelecido via cooperativa;
- A articulação da COOPFAM com projetos e ações para vincular os jovens no cotidiano da cooperativa e da produção;
- A lógica do *Fair Trade* e o incentivo a permanência dos jovens na produção do café;

Pontos Negativos:

- Dependência dos pais quanto a posse da propriedade;

- Oportunidades de emprego e ensino no espaço rural;
- Falta de opções de lazer.

Porém, mesmo diante de alguns pontos negativos, os jovens em sua maioria desejam permanecer, apenas um dos jovens disse que não, porém que os pais não ficaram sem sucessor, pois o irmão mais novo possui o desejo e continuará. Assim todos os agricultores cooperados possuem um possível sucessor, que além de permanecer possuem o desejo de continuar com a produção cafeeira. Processo que ocorre pelo modo de produção que faz parte do modo de vida desses agricultores e jovens, com isso a permanência deles é importante, para uma garantia da reprodução social dos agricultores familiares e sobretudo com o tipo de cultivo familiar e modo de produção, com destaque no cultivo orgânico.

A renda, a cooperativa e a relação de pertencimento dos jovens com o campo e com o modo de produção faz com que mesmo que profissionalizem em outras áreas, pretendam continuar com as atividades, diferentemente do que vemos em pesquisas como Abramovay et. al. (1998), que os estudos dividem os que ficaram e os que migraram.

Por fim, vale destacar que os jovens podem ter outros desejos que vão para além do ser produtores rurais, pois possuem outros modos e perspectivas de vida. Porém, é necessário melhores políticas públicas para que eles tenham condições de permanecer, quando for o desejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R, *et al.* Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. 1998.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. 2001.
- ALBANO, G. P.; DE SÁ, A. J. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 36, p. 126-151, 2011.
- ALVES, F. D. O agronegócio do café e a territorialização no sul de Minas. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S. C.; COCA, E. L. F.; VALE A. R. (Org.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas MG: Universidade Federal de Alfenas, 2019. p. 324-374. p. 306-323.
- ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2019. Acesso em: várias datas, de <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>.
- BACON, Vânia Rocha. O papel da educação do campo para o incentivo e a permanência do jovem à frente da agricultura familiar, 2018, UFPR.
- BATICINI, C. T; ALVES, F. D. GÊNERO NO CAMPO: SIGNIFICADO DO GRUPO MOBI E AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES INSERIDAS NA CAFEICULTURA EM POÇO FUNDO-MG. **Geografia**, v. 43, n. 1, p. 129-138, 2018.
- BENKO, G; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.
- BOESSIO, A. T; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 370-383, 2016.
- BORGES, M. J., PARRÉ, J. L. O impacto do crédito rural no produto agropecuário brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.60, n.2, 2021.
- BOSCARDIN, M; CONTERATO, M. A. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 3, 2017.
- BRASIL. **Lei ordinária nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, julho de 2006.
- BRASIL. Lei nº 10696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Lei de criação do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 de abril de 2022.

BRENNER, A. K, DAYREJ, J; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Percecu Abramo, 2005.

BROGGIO, C.; DROULERS, M.; GRANDJEAN, P. A dinâmica territorial da cafeicultura brasileira dois sistemas de produção em Minas Gerais. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, n. 12, p. 6-17, 2012.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: FETRAF-Sul-CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

BURG, I. C; LOVATO, P. E. **Agricultura Familiar e Relações de Gênero**. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Vol 2, Nº 1, 2007.

CAMARGO, R. A. L de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, 2013, vol. 8, no 2, p. 1-21.

CAMARANO, A. A. ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil — panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO. **Caracterização do Município de Poço Fundo**. Disponível: <http://camarapf.mg.gov.br/volume-ii-caracterizacao-do-municipio-de-poco-fundo/>

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 22-55, 2001.

CASTRO, F. A. T. **Juventude Rural e as Contribuições do Projeto Transformar de Capacitação de Jovens Rurais do Sul de Minas (2006-2013)**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal de Lavras, Lavras Minas Gerais, 2016.

CASTRO, A. M. G et. al. Importância do Jovem Rural para a Agricultura Familiar. **Juventude Rural, Agricultura Familiar e Políticas de Acesso à Terra no Brasil**. Editora: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. 2013. p. 13-18.

CASTRO, E. G de. O Paradoxo ‘Ficar’ e ‘Sair’: caminhos para o debate sobre juventude rural. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**, 2005.

CARVALHO, D. M. et al. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: **CONGRESSO DA SOBER**. 2009.

CAVINO, V. C. O. **A experiência de comércio justo de agricultores familiares da cooperativa Coopfam de Poço Fundo (MG): Identificando os obstáculos e as potencialidades da transição para a agricultura de base ecológica**. 2012. 51 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2012.

CECAFÉ – Conselho dos exportadores de café do Brasil. **Exportações de café do Brasil em 2020**.

CECAFÉ – Conselho dos exportadores de café do Brasil. **Relatório mensal de Dezembro 2020**.

CECAFÉ – Conselho dos exportadores de café do Brasil. **Relatório mensal de Dezembro 2021**.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, n. 2, 2001. **Tradução: Ruy Braga. Syros, 1997**.

CLAC. **Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos(as) Produtores(as) e Trabalhadores(as) de Comércio Justo**, 2022. Disponível em: <https://clac-comerciojusto.org/pt-br/#>. Acesso em: 12 de Abril de 2022.

COOPFAM. **Projeto Grupo MOBI**.

COOXUPÉ – COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ. Site da Cooperativa.

CHRISTEN, Rafaela Souza; NETTO, Fernando Franco. Sucessão, Masculinização, Envelhecimento e Educação na Agricultura Familiar. Qual A Influência desses fatores no Êxodo Rural?. **Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário-Instituto Infocos**, p. 1-15. 2006.

COGUETO, J. V. **Indicação geográfica e cafés especiais: circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

CONTI, V. *et al.* O papel da escola na formação dos guardiões mirins das sementes crioulas de Ibarama-RS. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**, 2012.

CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno-Brasil. **Mundo agrário**, v. 16, 2015.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. GEOUSP. São Paulo, n.30, 2011. p.05-12.

CRUZ, N. A. **A Práxis Da Escola Família Agrícola: Continuidades E Permanências Na Vida De Egressos Camponeses**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da

Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação na Área de Concentração Educação, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Cuiabá, 2014, p.226.

DEPARTAMENTO TÉCNICO COOPFAM, 2022, Poço Fundo

DEPARTAMENTO SOCIOAMBIENTAL COOPFAM, 2022, Poço Fundo.

DELGADO, G. C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 79-97, 1985.

DEGGERONE, Z. A. OLIVEIRA, C. A. O. A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na região do Corede Norte (RS). **Extensão Rural**, v. 25, n. 1, p. 60-77, 2018.

EMBRAPA. **Embrapa Café**. Disponível: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/57657457/exportacoes-dos-cafes-do-brasil-atingem-41-milhoes-de-sacas-em-outubro-e-batem-recorde-historico-para-o-mes>. Acesso em: 02 de Jan. 2021.

FAJADO, S. A Territorialidade das Cooperativas Agropecuárias no Estado do Paraná. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas condições do Desenvolvimento brasileiro, Uberlândia, 2012**.

FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000, p.1.74.

FERREIRA, M. F. M, *et al*. Geomorfologia da Área de Proteção Ambiental do Rio Machado, Sul de Minas Gerais. *Caderno de Geografia*, 2019, vol. 29, no 1, p. 36-57.

FERRARI, D. L, *et al*. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2004, vol. 12, no capítulo 2, p. 237-271.

FILETTO, F. **Trajatória histórica do café na região Sul de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2000. 133p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

FLO, *Fair Trade Internacional*, 2022. Disponível: <https://www.fairtrade.net/>. Acesso em: 20 de Abril de 2022.

FONTES, R. E. Estudo econômico da cafeicultura no Sul de Minas Gerais. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras - UFLA - como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, Área de Concentração, Administração Da Empresa Rural, para obtenção do título de Mestre. Lavras, 2001.

FRANZ, J. C; SALAMONI, G. PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise no município de Lajeado-RS. V Encontro da Rede de Estudos Agrários: Faces da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro, Alfenas, 2015.p. 55-69.

FREDERICO, S. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Geografia**, v. 37, n. 1, p. 5-18, 2012.

- FREDERICO, S. Lógicas das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**. vol. 3(1), 2013, p. 97 -116
- FREDERICO, S; BARONE, M. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas-ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). **Sociedade & Natureza**, v. 27, p. 393-404, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*.(2002). **São Paulo, Paz e Terra**, 2002.
- GIL, A.C. Métodos das ciências sociais. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, Cap.2, p. 8-26.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1996.
- GROPPO, L. A; Teorias Críticas da Juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n,1, janeiro-julho, 2015. p.4-32.
- GODOY, C. M. T; WIZNIEWSKY, José Geraldo. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS. **Desafio Online**, v. 1, n. 3, p. 66-83, 2013.
- GONÇALVES. A. **Agroecologia, saber local e mercado-um estudo sobre a Agricultura Familiar de Poço Fundo-MG**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte da exigência do curso de Mestrado em Administração. Área de concentração em Gestão Social. Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção de mestre. Lavras, 2003, p.195.
- GUIMARÃES, E. R; CASTRO JÚNIOR, L. G; DE ANDRADE, H. C. C. A terceira onda do café em Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 18, n. 3, p. 214-227, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Minas Gerais Poço Fundo** 2010. Disponível: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/poco-fundo>>. Acesso em: 20 de Novembro de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário** 2006. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 20 de Novembro de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**, 2018. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 20 de Novembro de 2020.
- KALAKI, R.B; NOGUEIRA, J. G. **Estrutura do setor de cafés no Brasil. Estratégias para a cafeicultura no Brasil**. Orgs: NOGUEIRA, J. G; NEVES, M.F. 2015, p.248.
- KIYOTA, N.; PERONDI, M. Â. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M., *et al.* (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1011-1045.
- KUMMER, R; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LEÃO, E. A. **A produção de cafés especiais no Brasil e a emergência de novos padrões de competitividade.** Dissertação apresentada ao Curso de Pós graduação em Ciências Econômicas do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curitiba, 2010.

LEITE, B. R.; SILVA, R. A. P. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 3, n. 1, p. 26-37, 2021.

LEMOS, T. C. S. **O Papel Das Mulheres Na Agricultura Familiar Produtora De Café Orgânico no Município de Poço Fundo – MG.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas- MG, 2019.

LEMOS, T. C. S.; VALE, A. R. O “Café Feminino” no Contexto da Certificação Fair Trade: uma análise sobre o papel das mulheres na COOPFAM. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2. João Pessoa, 2020.

LOPES, D; ANDRADE, D. C. T. O comportamento de compra do consumidor de café orgânico no Sul de Minas. **Revista Agrogeoambiental**, v. 7, n. 1, 2015.

LOPES, P. R. et al. Produção de café agroecológico no sul de Minas Gerais: sistemas alternativos à produção intensiva em agroquímicos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 1, p. 25-38, 2012.

LUSA, M.G. Relações De Gênero No Campo: A Superação Dos Papéis Tradicionais Como Desafio À Proteção Social Básica E O Papel Dos Assistentes Sociais. **Gênero**, Niterói, v.13, no 1, 2012, p.93-107.

LYRA, A.C. Da Fazenda à Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 13, n.1. 2013, p.137-150.

MATTE, A; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, 2008, no capítulo 12, p. 57-67.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 1981.

MELLO, M. A *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agric São Paulo**, v. 50, p. 11-24, 2003.

MELO, R. V. **Territorialização dos Agrotóxicos na Agricultura Familiar no Município de Guaranésia-MG.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Alfenas, 2021.

MENEZES, A. E. N; DE SOUZA, B. S.; PEREIRA, V. S. S. Perspectivas da juventude rural no ensino superior. **VI Colóquio Internacional de “educação e contemporaneidade”**. São Cristovão-SE, 2012.

MESQUITA, G. R. I. **Particularidades do Trabalho Agrícola da Mulher Revisão Da Literatura**. Seminário apresentado junto à Disciplina Seminários Aplicados do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás. 2012, p. 35.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Café no Brasil**, 2018.

MORAIS, E. H. M; DE MORAIS, J. L. L. O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: um relato sobre a escola família agrícola de Natalândia-Minas Gerais. *Itinerarius Reflectionis*, 2018, vol. 14, no 2, p. 01-18.

MOREIRA, C. F. **Caracterização de sistemas de café orgânico sombreado e a pleno sol no sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba. 2003

MOREIRA, C. F. **Sustentabilidade de sistemas de produção de café sombreado orgânico e convencional**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada)- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2009.

MOREIRA, C. F; NADAI FERNANDES, E. A.; FREITAS VIAN, C. E. Características da certificação na cafeicultura brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 3, 2011.

MOURA, W. M. et al. Pesquisas em sistemas agroecológicos e orgânicos da cafeicultura familiar na Zona da Mata mineira. **Informe Agropecuário**, v. 26, p. 46-75, 2005.

NEVES, D.P. Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros!. In: FERNANDES, B. M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. Expressão Popular: São Paulo, 2007, p. 211-270.

NICOLELI, M; MOLLER, H. D. Análise da competitividade dos custos do café orgânico sombreado irrigado. **Cep**, v. 30, 2006.

NOBRE, M. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. **Gênero e Agricultura Familiar**. (Orgs): NOBRE; SILIPRANDI; MENASCHE. Editora SOF, São Paulo, 1998, p.1-9.

NOGUEIRA, C. M. Estratégias de posicionamento no ramo de cafés especiais. **Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção de título de Mestre em Administração**, Lavras, 2013.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, 2010.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015.

- OLIVEIRA, A. U. *Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.
- OLIVEIRA, et, al (2006). Caracterização e análise da cadeia produtiva de café orgânico do sul de Minas Gerais: subsídios para o aumento das exportações. **Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, 2006.
- OLIVEIRA, E. G. de. *O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG*. Caratinga-MG, 2006.
- OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**, v. 15, n. 1, p. 136-150, 2014.
- OLIVEIRA, N. J. L. R.; CARLOS, L. O. J; JESUS, S. Análise de fatores mercadológicos para a formação de preço do café especial. **VII SEMEAD**, 2004.
- OLIVEIRA; R.F; ARAÚJO, U. P; SANTOS, A.C. Efeito do Fair Trade na Cooperativa de Agricultores Familiares de Café de Poço Fundo, MG. **Organizações Rurais & Agroindústrias**. Lavras, v.10, n.2, 2008, p.211-225.
- OXFAM BRASIL, 2022. Disponível: <https://www.oxfam.org.br/> . Acesso 22 de Maio de 2022.
- PAIVA, F. Entrevista concedida a Lemos, T.C.S. Poço Fundo, Abril.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 229-252, 2004.
- PEDINI, S. **Apostila de cafeicultura orgânica**, ESACMA - Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado, Machado, 2000.
- PEREIRA, C. J. Entrevista concedida a LEMOS, T. C. S. Poço Fundo, 21 ago. 2017.
- PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. *Geo UERJ*, 2012, vol. 1, no 23, p. 4-18.
- PLOEG, J.D.V. Dez Qualidades da Agricultura Familiar. **Revista Agricultura: Experiências em Agroecologia**. Número Extra, Rio de Janeiro, 2014. p. 7-14.
- PREDIGER, S. Estado da Arte da Situação do Jovem Rural a construção de Identidades. **Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**. Ano 3, Edição 1. Setembro-Novembro de 2009. (p.1-12).
- PREFEITURA DE POÇO FUNDO. Disponível: <http://www.pocofundo.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 Novembro de 2020.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993, 269p.
- REDE PENSSAN, a Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania Alimentar e Nutricional, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/>. Acesso em: 22 de Julho de 2022.

RIBEIRO, A. R. Panorama setorial: o complexo agroindustrial cafeeiro no Brasil. Análise. **Revista das Faculdades de Tecnologia e de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas Padre Anchieta**. Jundiaí – SP: Sociedade Padre Anchieta de Ensino, n. 11, Fevereiro/2005, p.23-34.

ROOHNELT, P. B. C. A participação da mulher nas atividades socioprodutivas na localidade de Trapeira – Canguçu/RS. **Agriculturas Familiares: Estratégias de reprodução social e territorial**. Orgs: SALOMANI, G; COSTA, A.J. V. Editora UFPel. Pelotas, 2014, 355p.

SAES, M. S. M; JAYO, M.; SILVEIRA, R. L. F. Cacer: coordenando ações para a valorização do Café do Cerrado. **São Paulo: VII Seminário Internacional PENSA de Agribusiness**, 1997.

SANTOS, A. S. Condições das juventudes rurais na contemporaneidade: Da migração às políticas públicas. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, 2019, vol. 1, no 14, p. 54-74.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e Sociedade no início do 14, n. 3/4, p. 29-47, 1975. **Século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001a, 473 p.

SAVIAN, M. **Sucessão Geracional na Agricultura Familiar**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano. DE PONTE ALTA-SC. Florianópolis 2011.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista ALASRU-Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Estado de México**, n. 9, p. 21-52, 2014

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SILVA, S.P; MATOS, J.C. As Mulheres Camponesas e a Produção Invisível da Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, Volume 9, Nº.4, 2014, p.1-12 Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/16418>. Acesso em 12 de Dezembro de 2020.

SILVA, S. M.; SANTOS, A. C.; LIMA, J. B. Competitividade do agronegócio do café na região Sul de Minas Gerais. *Organizações Rurais e Agroindustriais*. Lavras: UFLA, v.3, n.1, jan./jun. 2001. Disponível em: <revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/276>. Acesso em:

SILVEIRA, M. A.; MARQUES, P. E. M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: CAZELLA A. A.; BONNAL P.; MALUF. R. S. (organizadores). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 229-250.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, 2001.

SPANNEVELLO, R. M. et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

SPANEVELLO, R. M; DREBES, L. M; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Ipea: Code**, 2011.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

STRAPASOLAS, V. L. Os Desafios da Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.26-29, 2011.

STURMER, N. R. O mundo rural em transformação: possibilidades e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC). 2008.

SOUZA, J. V. P.; BIALOSKORSKI NETO, S. **Formação das Cooperativas de Café no Brasil: Uma Análise Econômica e Institucional**. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2004, Cuiabá - MT. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. Cuiabá - MT: SOBER, 2004. v. 1.

SOUZA, M. C. M.; SAES, M. S. M.; OTANI, M. N. Pequenos produtores e o segmento de cafés especiais no Brasil: uma abordagem preliminar. **Informações Econômicas, São Paulo**, v. 32, n. 11, p. 16-26, 2002.

TEIXEIRA, T. D. Política estratégica para a cafeicultura brasileira. 2002.

TOLEDO, E. N. B; ZONIN, Valdecir José. A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites (Generational succession in rural environment in five brazilian states: possibilities and limits). **Emancipação**, n. 21, p. 4, 2021.

TRICHES, R. M; GRISA, C. **ENTRE MUDANÇAS E CONSERVADORISMOS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA E PNAE) A PARTIR DA RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA** (Between changes and conservatism: an analysis of food purchase programs (PAA and PNAE) from rhetoric of...). *Revista Nera*, 2015, no 26, p. 10-27.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. SciELO-EDUEL, 1974.

VALE, A. R. A agricultura familiar no contexto do agronegócio do café no Sul/Sudoeste de Minas: variações sobre o mesmo tema. In: Marta Felícia Marujo Ferreira; Ana Rute do Vale. (Org.). **Dinâmicas geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Apris, 2017, p. 17-48.

VALE et al. A questão de gênero na agricultura familiar no Sul de Minas: buscando comparações entre os sistemas de produção de café convencional e orgânico. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S. C.; COCA, E. L. F.; VALE A. R. (Org.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e**

desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas MG: Universidade Federal de Alfenas, 2019. p. 324-374.

VALE, A. R; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-território.** Edição especial do XXI ENGA-2012, jun./2014. p. 1-23.

VILAS BOAS, L. G. A atuação das cooperativas agropecuárias no município de Nepomuceno-MG. **Formação (Online)**, v. 28 n. 53, p. 263-293, 2021.

WANDERLEY, M.N.B. A Valorização da Agricultura Familiar e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora da UFPR, nº2, p.29-37, 2000.**

WANDERLEY, M. N. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2000, vol. 2.

WFTO, World Fair Trade Organization, 2017. Disponível: <https://wfto.com/events/2017-world-fair-trade-week>. Acesso: 22 de Agosto de 2019.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, 2016, vol. 21, p. 61-78.

APÊNDICE 1 -ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTE DO GRUPO DE JOVENS COOPFAM

Nome:

Idade:

Função:

1. A quanto tempo trabalha na cooperativa?
2. É cooperada? A quanto tempo?
3. Como é a presença dos jovens dentro da cooperativa?
4. O que a cooperativa tem feito para a permanência dos jovens no campo?
5. Qual o papel dos jovens na cooperativa, tem criado formas de os jovens se associarem e participarem da cooperativa?
6. Existe algum projeto voltado para a jovens? Se sim, como funciona?
7. Existe parcerias entre escolas, universidades e IFS, para que os jovens continuem estudando e se profissionalizando?
8. Os jovens estão se tornando cooperados?
9. Acredita que os jovens continuaram na cafeicultura?
10. Acredita que a cafeicultura orgânica, tem contribuindo para a permanência dos jovens no campo?
11. Qual é a maior queixa deles em relação à permanência?
12. Você como mulher jovem, quais dificuldades estão presentes no campo e o que dificulta sua permanência?

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COOPERADOS DA COOPFAM

Nome da propriedade: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____

GRUPO FAMILIAR

1. Quantas pessoas residem na propriedade:

	Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				

2. Todos os membros da família residem na propriedade?

() Sim

() Não

Onde:

3. Todos os membros da sua família residem na mesma casa?

() sim.

() não.

Onde:

4. Quantos membros trabalham na propriedade? _____

5. Qual é a renda familiar mensal aproximadamente?

- () menos de 1 SM () até 1 SM () de 1 a 3 SM () de 3 a 5 SM
 () de 5 a 10 SM () mais de 10 SM

6. Acredita que a renda na cafeicultura seja suficiente?

- () Sim.
 () Não

Porque?

7. A pandemia, ocorrida pelo vírus do covid-19, interferiu na renda familiar:

- () Não.
 () Sim. De que forma?

8. Algum membro da família que reside na propriedade exerce alguma outra atividade fora da propriedade?

- () Sim
 () Não

Membro	Profissão	Renda	Campo/Cidade

Se sim, qual motivo levou a realização de atividades para além da propriedade?

9. Que membro da família decide sobre as atividades a serem desenvolvidas na propriedade?

- () Todos () Somente Marido () Somente Esposa () Filhos () Outros

10. Existe um responsável pelo controle da renda familiar?

- () Sim
 () Não

Quem? _____

11. Existem membros da família aposentados?

- () Sim. Quem: _____

- () Não.

PROPRIEDADE RURAL**12.** Condição em relação às terras: Proprietário Arrendatário Parceiro Ocupante Outro: _____**13.** Tamanho da propriedade? _____**14.** Além da cafeicultura, quais são as atividades rurais desenvolvidas na propriedade? Agrícola. Quais? _____ Pecuária Atividades não agrícolas. Quais? _____**15.** As atividades são: Comercializadas. Quais? _____ Para subsistência. Quais? _____ Ambas. Quais? _____**16.** Tamanho das áreas destinadas às produções agrícolas:

Atividade	Área

17. Na lavoura trabalham: Somente os membros da família Membros da família e trabalhadores contratados Somente trabalhadores contratados**18.** Que tipos e quantos trabalhadores são contratados na propriedade para a lavoura? Trabalhador rural permanente (formal). Quantos? _____. Para quais atividades? _____. Qual a origem desses trabalhadores? _____

() Trabalhador rural temporário. Quantos? _____. Para quais atividades?
_____. Qual a origem desses trabalhadores? _____

19. Quais e quantos maquinários e/ou implementos agrícolas existem na propriedade?

Maquinários e/ou implementos agrícolas	Quantidade	Situação de pertencimento	
		Próprio	Emprestado
Tratores			
Caminhões			
Colheitadeiras			
Roçadeiras			
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário			
Grades e/ou enxadas rotativas			
Pulverizadores e/ou atomizadores			
Grades e/ou enxadas rotativas			
Pulverizadores e/ou atomizadores			
Derrçadeira manual motorizada			
Abanadora mecânica			
Lavador-separador mecânico			
Descascador e despoldador mecânico			
Secador de café			
Beneficiadora de café			
Ensacador de café			
Outros:			

20. Adquire créditos para financiar os custos de sua produção?

() Sim. Qual? _____

() Não. Por quê? _____

21. Está inscrito em algum programa governamental de ajuda financeira que auxilia no desenvolvimento de alguma atividade?

() Não.

() Sim. () Pronaf. () Outro. _____ Qual atividade? _____ É satisfatório?

22. Com a renda obtida na lavoura, o produtor consegue pagar todas as despesas com a lavoura e colheita e manter as necessidades básicas da família:

- () Sim
 () Não. Porque?

CAFEICULTURA

23. Produção cafeeira:

- () Orgânica () Convencional () Transição () Ambas.

Se Orgânico e ambas. Quanto tempo cultiva orgânico? _____

Quais motivos te levaram a optar por esse tipo de manejo? _____

Se utilizar agrotóxicos: Quais tipos de insumos químicos são utilizados? _____

Utilizou na última produção?

- () Sim.
 () Não. Por quê? _____

24. Quantos pés de café existem aproximadamente? _____

25. Quantas sacas de café foram colhidas na safra de 2021? _____

26. Qual foi a produtividade média neste ano (em sacas/hectare)? _____

27. A geada que ocorreu no ano de 2021, afetará na próxima colheita?

- () Sim. Como? _____
 () Não.

28. Há quantos anos possuem lavouras de café? _____

29. Força de trabalho na lavoura de café:

Tipo	Nº.de pessoas	Fases de utilização		
		Plantio	Colheita	Outros
Familiar				
Empregados Permanentes				
Empregados Temporários				
Parceiros				

30. O beneficiamento do café é feito:

- () Na propriedade com maquinários próprios

- Na propriedade com serviço terceirizado
- Na cooperativa
- Outra forma. _____
- Não faz beneficiamento (vende café em coco)

31. O armazenamento do café é feito:

- No barracão existente na propriedade
- No barracão em outra propriedade rural
- No barracão do armazém geral
- No barracão da cooperativa
- Outra forma. _____

32. A quanto tempo é cooperado? _____

33. A cooperativa tem oferecido boa assistência técnica e/ou financeira?

- Sim
- Não. Em quais aspectos? _____

34. Seus filhos têm planos de continuar exercendo as atividades?

- Sim.
- Não. Por quê? _____

35. Já possui um sucessor, para dar continuidade às atividades agrícolas?

- Sim
- Não.

Se sim, qual membro? _____

36. Como será realizada a sucessão? _____

37. Gostaria que seus filhos continuassem exercendo atividades ligadas à agropecuária?

- Sim. Que tipo de incentivo tem dado a ele?

- Não. Por quê?

40. Para o sr(sra) a renda produção cafeeira (principalmente orgânica) é um fator estimulante para a permanência dos jovens? Por quê? _____

38. Acredita que qual é a maior dificuldade da juventude em permanecer no campo? _____

APÊNDICE 3 -ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS JOVENS

Nome:

Gênero: _____ Idade: _____

Nome da propriedade: _____

Renda:

1. Qual o seu nível de escolaridade?

() Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto

() Ensino médio completo () Ensino médio incompleto () Curso superior. Qual?

_____, Cidade? _____

2. Atualmente, reside no campo ou na cidade? _____

3. Se na cidade, por quê? Pretende voltar para o campo?

4. Durante os estudos, obtinha/ obtém incentivo dos pais? De qual forma?

5. Os conteúdos na escola valorizavam o trabalho no campo? _____

6. Se não terminou os estudos, gostaria de ter continuado?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

7. Se não fez curso superior pretende cursar?

() Sim. Qual? _____

() Não. Por que? _____

8. Estudou/estudou em escola rural?

() Não.

() Sim. O conteúdo era específico para quem mora no campo? _____

9. Estado civil:

() Solteiro. Filhos? Quantos? _____

() Casado. Filhos? Quantos? _____

10. Costuma ir com que frequência para a cidade? Com qual funcionalidade? _____

11. Onde é seu espaço de lazer e socialização _____

12. Como é sua relação com a atividade cafeeira? _____

() Produção coletiva com a família: Qual sua função na propriedade? _____

() Produtor individual. De que forma? _____

13. Tem direito a parte do valor com a venda da produção?

() Não. De onde vem sua renda? _____

() Sim. Como? _____

14. Considera que seu trabalho na propriedade familiar é valorizado?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

15. Você possui irmãos?

() Não.

() Sim. Quantos? Sexo? Idade? _____

16. Se sim, eles permanecem no campo?

() Sim.

() Não. O que levou à saída do campo? _____

17. Trabalha com outra atividade, além da cafeicultura?

() Não.

() Sim. Qual(is)? Onde? _____

18. Você participa das decisões da família com relação à propriedade rural (venda dos produtos, novos investimentos, etc.). De que forma? _____

19. Possui espaço para produção agropecuária dentro da propriedade?

() Sim. Como funciona? _____

() Não. Gostaria? _____

20. Você já foi beneficiado ou se beneficia de algum programa federal para jovem rural?

() Não.

() Sim. Quais? _____

21. Você faz parte de alguma associação específica para jovens?

() Não.

() Sim. Qual? _____

22. Você é associado à COOPFAM?

() Não. Gostaria de ser? _____

() Sim. Costuma participar das reuniões e eventos promovidos por este? Você julga importante fazer parte desse tipo de associação? Por quê? _____

23. A cooperativa incentiva sua permanência no campo? Se sim, de que forma? _____

24. Você pretende continuar na atividade cafeeira e vivendo no espaço rural?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

25. A produção cafeeira que está inserido (a) é orgânica?

() Sim.

() Não. Mas pretende se inserir na produção orgânica? Por quê? _____

26. Acredita que a renda seja suficiente?

() Sim.

() Não. Por quê? _____

27. Você recebe incentivo dos seus pais para continuar na cafeicultura?

() Não. Por quê? _____

() Sim. De que forma? _____

28. Para você qual é a maior dificuldade de trabalhar no campo? _____

29. Pretende se tornar sucessor de seus pais e dar continuidade na produção realizada por eles?

() Sim.

() Não. Por quê? _____

Acredita que seus pais querem que você seja o sucessor na propriedade?

() Sim.

() Não. Por quê? _____

30. Você gosta das atividades rurais? Se não, por que? _____

31. Seus pais o(a) incentivam a permanecer no campo, realizando as atividades da cafeicultura?

32. Em sua opinião, o que leva os jovens a não permanecerem no campo?

33. Quais são suas expectativas em relação ao seu futuro no campo e na cafeicultura?